Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Leonardo Calado Gonçalves do Sul

A emigração laborativa portuguesa para o Brasil: da segunda metade do século XX ao início do século XXI

Rio de Janeiro

2024

Leonardo Calado Gonçalves do Sul

A emigração laborativa portuguesa para o Brasil: da segunda metade do século XX ao início do século XXI

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.
.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses S. Fernandes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CTCC

S949 Sul, Leonardo Calado Gonçalves do.
A emigração laborativa portuguesa para o Brasil: da segunda metade do século XX ao início do século XXI / Leonardo Calado Gonçalves do Sul. – 2024.
149 f.: il.

Orientadora: Ulisses S. Fernandes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia – migração – Teses. 2. Urbanização - Teses. 3. Geografia humana – Teses. I. Fernandes, Ulisses S. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.3(81)

Bibliotecária responsável: Ingrid Pinheiro / CRB-7: 7048

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Leonardo Calado Gonçalves do Sul

A emigração laborativa portuguesa para o Brasil: da segunda metade do século XX ao início do século XXI.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Aprovada em 17 de maio de 2024.

Orientador (a) (es): Prof. Dr. Ulisses S. Fernandes

Instituto de Geografia - UERJ

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Ulisses S. Fernandes – Orientador

Instituto de Geografia - UERJ

_____

Prof. Dr. João Carlos C. dos Santos Monteiro

Instituto de Geografia - UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Denise Cristina Bomtempo

ProPGeo - UECE

Rio de Janeiro

2024

Dedico este trabalho aos meus avós paternos Irene e Joaquim, imigrantes portugueses, e aos meus avós maternos Altemira e José Antônio, imigrantes nordestinos, pois graças à coragem desses quatro é que eu existo, como resultado da imigração deles no Rio de Janeiro.

Dedico ainda aos meus pais, irmãos, demais familiares e amigos, a cada um que contribuiu para o desenvolvimento dessa dissertação, que me apoiaram, cada um a seu modo, quando eu precisei. E por fim, dedico a cada um desses corajosos jovens que decidiram deixar suas famílias, terras e amigos, e realizar a emigração. Este trabalho é uma homenagem à bravura e determinação dessas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às minhas grandes inspirações: meus avós paternos Irene e Joaquim. Graças a eles tive o desejo de pesquisar sobre o assunto e, possivelmente, graças a eles e aos meus avós maternos Altemira e José Antônio, acabei me interessando desde cedo pela Geografia, mesmo antes de entender o que era essa ciência em si. Isto porque mesmo antes de ter contato com a disciplina na escola, já me interessava por temas pertinentes, uma vez que convivendo com quatro imigrantes me surgiam diversas curiosidades sobre as origens deles. Desde tentar entender onde eles nasceram olhando nos mapas, até imaginar a paisagem de suas terras.

Mas meu agradecimento a eles vai além da escolha desse curso. Não posso deixar de agradecê-los por todas as oportunidades que tive na vida. Todos os privilégios que tive estão diretamente ligados ao esforço deles. Estendo esse agradecimento aos meus pais, Ana Paula e Silvio, que muito me ajudaram desde sempre, mas que especialmente durante o período do Mestrado e da elaboração deste trabalho, me ofereceram toda a assistência que precisei. Sem eles eu não teria conseguido fazer a transição de carreira que precisei realizar, deixando de atuar como professor e recomeçando do zero numa nova graduação simultaneamente a uma pós-graduação. Eu não teria conseguido aguentar a árdua jornada de estudos cursando uma graduação em Direito, tendo que desenvolver este trabalho, e posteriormente ao término da bolsa de pesquisa, tendo que estagiar nessa nova carreira. Foram dias longos que começavam muito cedo e terminavam bem tarde, com horas de sono bastante reduzidas, além de finais de semana sem descanso, apenas de muito estudo e uma pesada carga de leitura. Foi o apoio moral, financeiro e pequenas ajudas (como caronas que me permitiam descansar 30 minutos a mais de manhã, ou ajuda com almoço, com as marmitas diárias que eu conseguia fazer e me aliviavam financeiramente no estágio) que me possibilitou escrever esta dissertação e chegar até o 6º período de Direito na UERJ.

Agradeço ainda à minha irmã Leticia e ao Breno Tommasi, que muito me incentivaram a prestar a seleção para o mestrado ao final de 2020, quando eu estava bastante desanimado e sem muitas perspectivas. Breno, que fez mestrado, e em seguida iniciou um doutorado; e minha irmã que iniciou outra graduação também nesse período. Além de Lucas Arantes que decidiu trocar de área uma década após ter iniciado a sua

primeira graduação, me incentivando a fazer o mesmo quando eu achava que era muito tarde para recomeçar. Essas pessoas foram exemplos próximos que me motivaram.

Agradeço também a Mylla Vermelho, ao meu irmão Gabriel, aos meus amigos da faculdade de Direito que acabei conhecendo já no decorrer do mestrado e aos demais amigos que tanto me apoiaram, ouviram minhas reclamações, meu pessimismo e tanto me estimularam, não me deixaram desistir e me ajudaram quando precisei.

Agradeço ainda à banca examinadora que leu e avaliou a presente dissertação, a Prof.ª Dr.ª Denise Bomtempo e o Prof. Dr. João Carlos Monteiro, e já na qualificação fizeram excelentes apontamentos que me ajudaram a direcionar o meu trabalho, assim como meu sempre solícito orientador Ulisses Fernandes, que me forneceu meios para que eu pudesse elaborar a dissertação, além de seus conselhos. E agradeço também ao NIEM, especialmente ao Prof. Dr. Helion Póvoa Neto, do IPPUR-UFRJ, pois mesmo antes das aulas do PPGEO iniciarem, eu já tinha sido ouvinte em suas excelentes aulas na eletiva de Políticas de Imigração no Brasil e, posteriormente, de Políticas Migratórias Internacionais.

Também agradeço ao corpo docente e os funcionários do IGEOG e do PPGEO, e aos alunos colegas de pós-graduação pelos ensinamentos, além da parceria nos trabalhos e avaliações do programa. Além disso, preciso agradecer à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, minha Alma Mater, o local que sempre sonhei em estudar. Não fosse a UERJ a instituição de ensino a me acolher, possivelmente eu não teria ido até o fim nem na primeira graduação, pois o sentimento de pertencimento sem dúvidas foi um dos grandes motivadores. Além disso, também agradeço a todos os seus funcionários e colaboradores.

Deixo aqui o meu “muito obrigado” a cada um que contribuiu para que essa dissertação fosse possível.

Saudades de Minha Aldeia,
Que trago sempre na ideia,
Pela terra mais distante;
Penso nela à toda hora,
Recordo-a pela vida fora,
Como se fosse migrante.
Neste saudoso cantinho,
Já construí o meu ninho,
Era desejo, afinal,
O encanto das suas fontes.
Oh terra de Trás-os-Montes,
Deste País Portugal.

Inigo Manuel Guerra

RESUMO

SUL, Leonardo Calado Gonçalves do. **A emigração laborativa portuguesa para o Brasil:** da segunda metade do século XX ao início do século XXI. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A emigração de indivíduos para terras distantes pode ser motivada por uma série de fatores, tanto ligados às condições de vida no local de origem quanto às oportunidades no destino, incluindo aspectos culturais e históricos. Esta dissertação de Mestrado propõe uma análise comparativa entre dois momentos distintos da migração portuguesa para o Rio de Janeiro: primeiramente as décadas de 50 e 60 do século passado, analisando as suas motivações, como se consolidaram, processos envolvidos; em seguida, pretende-se comparar este movimento com a emigração mais recente de lusitanos para o Brasil, a fim de obter resultados que apontem as mudanças no processo migratório e seus impactos. Foram levados em consideração as variações dos elementos sociais e econômicas de ambos os países, além de eventos históricos que influenciaram diretamente no fluxo. Desde eventos de cunho meramente laboral, a mudanças políticas e grandes eventos internacionais que afetaram a geopolítica e a economia global. Para elaboração do trabalho a fundamentação em teorias sociológicas e geográficas foi essencial. Com base em autores de diversas ciências humanas foi possível formular questões, traçar parâmetros e colocá-los frente aos dados coletados para assim discutir resultados dentro da própria pesquisa. Foi feito ainda um confronto teórico-empírico através de entrevistas com indivíduos pertencentes ao processo em questão para verificar a aplicabilidade das questões previamente formuladas. Seguindo tal metodologia foi possível chegar a elementos que apontam para uma cultura migratória e a redes de solidariedade favorecendo e conectando imigrantes ao longo da história, nas duas margens do Atlântico.

Palavras-chave: Migração; Portugal; Rio de Janeiro; Séculos XX e XXI; Imigrantes.

ABSTRACT

SUL, Leonardo Calado Gonçalves do. **Portuguese labour emigration to Brazil**: from the second half of the 20th century to the beginning of the 21st century2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The emigration of individuals to distant lands can be motivated by a series of factors, both linked to living conditions in the place of origin and to opportunities at the destination, including cultural and historical aspects. This Master's dissertation proposes a comparative analysis of two different periods of Portuguese migration to Rio de Janeiro: firstly, the 50s and 60s of the last century, analysing their motivations, how they were consolidated and the processes involved; then, it aims to compare this movement with the more recent emigration of Lusitanians to Brazil, in order to obtain results that point to changes in the migratory process and its impacts. The variations in the social and economic elements of both countries were taken into account, as well as historical events that directly influenced the flow. These range from purely labour-related events to political changes and major international events that have affected geopolitics and the global economy. Sociological and geographical theories were essential for the work. Based on authors from various human sciences, it was possible to formulate hypotheses, draw up parameters and place them in front of the data collected in order to discuss the results within the research itself. A theoretical-empirical comparison was also made through interviews with individuals belonging to the process in question in order to verify the applicability of the previously formulated hypotheses. Following this methodology, it was possible to arrive at elements that point to a migratory culture and networks of solidarity favouring and connecting immigrants throughout history, on both sides of the Atlantic.

Keywords: Migration; Portugal; Rio de Janeiro; 20th and 21st centuries; Immigrants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Cercamento das Terras Comuns.....	35
Figura 2 –	O que oferece a cidadania: solo ou sangue?.....	42
Figura 3 –	Mapa das Comarcas do Séc. XV; e das Províncias Históricas de Portugal de 1936.....	55
Figura 4 –	Mapa dos Distritos de Portugal.....	57
Figura 5 –	Províncias Históricas (do Norte português) sobre os Distritos.....	58
Figura 6 –	Judiarias Portuguesas.....	62
Figura 7 –	Pintura retratando a Nova Amsterdam	63
Figura 8 –	Pintura representando o Porto de New Bedford em 1854.....	66
Figura 9 –	Travessia clandestina de portugueses pelos Pirineus – 1965.....	72
Figura 10 –	Campanha anti-imigração portuguesa no Jornal “O Jacobino”.....	84
Figura 11 –	Charges lusofóbicas no Jornal “O Jacobino”.....	85
Figura 12 –	Entradas anuais de estrangeiros no Brasil (1872-1972)	87
Figura 13 –	População do Rio de Janeiro (Censos de 1872, 1890, 1906 e 1920)	87
Figura 14 –	Nacionalidades estrangeiras fixadas na Capital Brasileira (Censos de 1890 e 1920).....	88
Figura 15 –	Ilustração referente às nacionalidades estrangeiras no Censo de 1920....	88
Figura 16 –	Paróquias cariocas com mais de 4.000 portugueses em 1890.....	91
Figura 17 –	Distritos cariocas com mais de 6.000 portugueses em 1906.....	91
Figura 18 –	Distritos cariocas com mais de 6.000 portugueses em 1920.....	92
Figura 19 –	Carta de chamada de Isabel Guimarães Carvalho Sagres.....	95
Figura 20 –	Política Anti-imigratória do Período Vargas.....	97
Figura 21 –	Quantitativo de imigrantes portugueses no Brasil (1955-74).....	102
Figura 22 –	Casa Vila da Feira e Terras de Santa Maria.....	111
Figura 23 –	Painel em azulejos portugueses no estádio de São Januário.....	112
Figura 24 –	Apresentação de Grupo Folclórico na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	113
Figura 25 –	Folder de evento na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	113
Figura 26 –	Atividade exercida na terra natal.....	117
Figura 27 –	Distritos de origem dos portugueses.....	118

Figura 28 – Cartograma com os Distritos de origem dos portugueses..... 119
Figura 29 – Mercearia portuguesa Abronhense, no Rio Comprido..... 121
Figura 30 – Casamentos entre os imigrantes portugueses entrevistados..... 122
Figura 31 – Quem custeou o pagamento da passagem de vinda ao Brasil..... 124
Figura 32 – Passagem de navio de Isabel Guimarães Carvalho Sagres, 1955..... 125
Figura 33 – Autorização paterna de Isabel Guimarães Carvalho Sagres..... 127
Figura 34 – A origem das Cartas de Chamada..... 128
Figura 35 – Remessas de emigrantes..... 136
Figura 36 – Pirâmides etárias de Portugal em 1950 e 2023..... 138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Resumo das Teorias sobre o Início das Migrações Internacionais.....	48
Quadro 2 –	Perpetuação das Migrações Internacionais	53
Quadro 3 –	Emigração portuguesa segundo os países de destino: 1950-62.....	68
Quadro 4 –	Imigração de trabalhadores permanentes na França segundo as principais naturalidades: 1950-63.....	69
Quadro 5 –	Comparativo entre os censos de 1890, 1906 e 1920 sobre as localidades nas quais se concentravam os portugueses.....	88
Quadro 6 –	Entrada de imigrantes portugueses no Brasil no período 1820-1940	97
Quadro 7 –	A origem dos imigrantes portugueses no Brasil (1959-74).....	101
Quadro 8 –	A origem dos imigrantes portugueses nos EUA (1959-74).....	103
Quadro 9 –	A origem dos imigrantes portugueses no Canadá (1959-74).....	104
Quadro 10 –	A origem dos imigrantes portugueses na Venezuela (1959-74).....	105
Quadro 11 –	A origem dos imigrantes portugueses na África do Sul (1959-74).....	107
Quadro 12 –	Entrada de portugueses no Brasil na década de 1950.....	108
Quadro 13 –	Entrada de portugueses no Brasil na década de 1960.....	109
Quadro 14 –	Imigrantes portugueses entrevistados (nomes fictícios).....	116
Quadro 15 –	Número de filhos dos Imigrantes Portugueses.....	129
Quadro 16 –	Taxas de emigração por país – 2010.....	131
Quadro 17 –	Países com maior presença de portugueses na atualidade.....	132
Quadro 18 –	Remessas dos emigrantes para Portugal, 2000-2022.....	134

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CEE – Comunidade Econômica Europeia

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

EFTA - European Free Trade Association

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE – Instituto Nacional de Estatística (de Portugal)

IGEOG – Instituto de Geografia da UERJ

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

MFA – Movimento das Forças Armadas

NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCEE - Organização para a Cooperação Econômica Europeia

OEm – Observatório da Emigração

OIM - Organização Internacional das Migrações

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONI - Office National d'Immigration (França)

ONU - Organização das Nações Unidas

PPG-PUR – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR

PPGEO – Programa de Pós-graduação em Geografia do IGEOG-UERJ

UE – União Europeia

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	**JUSTIFICATIVA**.....	17
2	**OBJETIVOS**.....	19
2.1	**Objetivos gerais**.....	19
2.2	**Objetivos específicos**.....	19
3	**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**.....	20
4	**METODOLOGIA**.....	22
4.1	**Capítulos**.....	23
5	**CONTEXTUALIZANDO AS TEORIAS MIGRATÓRIAS**.....	25
5.1	**Migrações: Conceitos Fudamentais**.....	25
5.2	**Teorias da Lógica Liberal**.....	31
5.3	**Teorias da Lógica Crítica**.....	34
5.4	**Teorias Críticas x Teorias Liberais**.....	40
6	**A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: DO BRASIL COLONIAL AO IMPERIAL**.....	54
6.1	**Regionalizações e Divisões Administrativas de Portugal**.....	55
6.2	**Emigração Histórica Portuguesa no Mundo**.....	59
6.2.1	As origens do processo de emigração portuguesa.....	58
6.2.2	A diáspora judia.....	60
6.2.3	O estabelecimento de emigrantes portugueses nos E.U.A.....	65
6.2.4	A emigração portuguesa no Século XX.....	68
6.3	**O processo histórico das migrações portuguesas para o Brasil**.....	73
6.3.1	Os primórdios da presença portuguesa no Brasil.....	74
6.3.2	O avanço da presença portuguesa no Brasil no Século XVIII.....	76
6.3.3	A presença portuguesa no Brasil no Século XIX e 1ª metade do Século XX.....	78
7	**MIGRAÇÕES LABORATIVAS PORTUGUESAS PARA O BRASIL: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO SÉCULO XXI** ...	100
7.1	**Anos 1950-60: último grande fluxo migratório português para o Brasil**.....	100
7.1.1	Presença portuguesa no Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60.....	116
7.2	**A Emigração portuguesa no Século XXI: considerações iniciais**.....	130

7.3	**Os efeitos da emigração em território português**	134
7.4	**A situação dos migrantes portugueses no Brasil atual**.....	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve sua motivação derivada das origens familiares deste autor. Meus avós paternos vieram de Portugal para o Rio de Janeiro durante a década de 1950, fazendo assim parte de um dos recortes aqui analisados. Foi justamente o contato com esse tipo de história desde os primeiros anos de minha que despertou em mim o interesse pela temática aqui desenvolvida.

O trabalho pretende responder a questões como: por que um pastor de cabras e ovelhas de 22 anos, e uma agricultora de batatas de 18 anos, decidiram emigrar para um país totalmente desconhecido, que sequer conheciam por fotos? Por que dois jovens, assim como a maioria dos lusitanos que para cá se deslocaram, que viviam quase em meio a uma realidade feudal, bucólica e campesina, quiseram participar do desenvolvimento do que viria a ser uma das maiores cidades do planeta? O que fizeram para se sustentarem? Como se estabeleceram e onde? Quem os recebeu? Como esse processo se perpetuou, mesmo após o fim do período colonial ao longo dos anos nos séculos XIX e XX, mesmo com diversas dificuldades naturais e impostas a esses indivíduos, até gradativamente diminuir nos anos 60 do século XX, e finalmente chegar a níveis muito baixos? E a partir daí, passar a analisar uma outra realidade bem distinta: a emigração portuguesa no século XXI, distinguindo características centrais e as diferenças existentes no país em relação ao cenário do século anterior.

Tais questionamentos resultam em questões que orientaram esse trabalho: quais causas explicam o último grande fluxo emigratório português para o Brasil ocorrido nas décadas de 1950-1960? A partir dessa, surgem outras perguntas: qual dinâmica socioespacial garantiu a existência deste fluxo migratório português no Brasil, especificamente numa metrópole como o Rio de Janeiro?

Ademais, qual seria a conjuntura que leva os emigrantes do presente a repetirem os passos de seus conterrâneos do século XX, ao sair de seu país natal? Seriam os mesmos fatores, ainda que o país tenha condições sociais e econômicas bem distintas em relação aos primeiros anos do pós-Segunda Guerra?

Essas reflexões e as conclusões obtidas neste estudo revelam-se essenciais para compreender as relações entre o povo brasileiro e o maior componente imigratório a integra-lo, os portugueses.

1 **JUSTIFICATIVA**

Existem inúmeras motivações que levam indivíduos a se deslocarem centenas ou milhares de quilômetros, e se aventurarem em regiões distantes de seus países ou ainda em terras estrangeiras. Desde motivos tanto atrelados às condições de vida no local de origem, quanto às condições no destino, até motivos muito mais abstratos e subjetivos como fatores culturais, ligações históricas entre as regiões de origem e destino, e até modismos momentâneos.

A presente dissertação de Mestrado tem por intuito uma análise comparativa entre dois momentos distintos da emigração portuguesa: 1. em um primeiro momento, verificar as causas que fizeram milhares de portugueses, especialmente da porção setentrional do país, sendo a maioria de jovens com a maioridade recém completa, deixarem suas terras natais e famílias, e emigrarem para o Brasil, em especial para a cidade do Rio de Janeiro, durante as décadas de 50 e 60 do século passado.

O Rio de Janeiro historicamente quase sempre foi o maior ponto de atração de imigrantes portugueses, mas a história da emigração desse povo é vasta e se iniciou antes do início da colonização do Brasil. Sendo assim, é importante fazer um panorama histórico, analisar outros fluxos anteriores e até simultâneos, trazendo os processos que contribuíram para a consolidação do fluxo para o Rio de Janeiro, ou ainda que interferiram, abordando os períodos de explosão do fluxo e de queda, destacando os períodos de maior influência até chegar em meados do século XX.

O recorte temporal a ser estudado justifica-se por ser correspondente ao último grande fluxo migratório português para o Brasil, isso em um período de retomada de imigrações para o país, após o término da Segunda Guerra Mundial. Tal fluxo veio a decair vertiginosamente após o Golpe Militar de 1964, o que justifica o fim de um ciclo. Posteriormente a isso, as imigrações de portugueses para o Brasil acabam tendo outras características bem distintas, sendo assim outro ciclo migratório menos expressivo do ponto de vista quantitativo, mas importante para compreender as mudanças em ambas as sociedades.

Em um segundo momento: 2. traçar um comparativo em relação a esse fluxo mais recente de saída de lusitanos, que em pequeno número se deslocaram para o Brasil, a fim de compreender as mudanças que ocorreram no processo migratório nas últimas

décadas e as consequências disso no direcionamento e grandeza dos fluxos emigratórios portugueses que atingiram o Brasil.

Ademais, há a necessidade de se abordar relevantes teorias que tratam de questões ligadas aos deslocamentos humanos. Teorias das mais diversas áreas das ciências humanas, pois migrações envolvem aspectos sociais, históricos e filosóficos importantes, porém, tendo como referência o espaço geográfico. Essas teorias são essenciais para a contextualização, para a formulação de questões e para a validação delas, a partir de comparações com indivíduos entrevistados.

Serão tratadas teorias que possuem pontos de partida bem distintos e que apontam para causas e atores completamente divergentes. Isso será importante para compreender a mudança da percepção das correntes migratória ao longo da história, e como o processo de globalização foi enxergado de forma bem distinta por pesquisadores ao longo dos séculos, até ser compreendido da forma que é no presente, ainda que haja divergências na análise desse fenômeno, o que será abordado, por ser fundamental para a compreensão de sua complexidade.

O presente trabalho possui uma grande importância para compreender a formação, a consolidação e a herança cultural de uma das regiões que mais contribuíram no quantitativo do fluxo migratório português no período estudado, notadamente aqueles imigrantes que se espacializaram na cidade do Rio de Janeiro através de laços sociais, e como conquistaram algum tipo de renda, e a partir de quais atividades desempenhadas. Ou seja, como esses indivíduos influenciaram no desenvolvimento de algumas regiões da cidade do Rio de Janeiro e a herança cultural que deixaram para a população, como clubes e casas regionais que ajudaram a construir, empreendimentos como bares e restaurantes que servem pratos típicos, e mercearias que de alguma forma ainda reproduzem algum aspecto cultural.

Além disso, o trabalho se torna importante para a sociedade portuguesa, pois possibilita um comparativo entre os fatores de repulsão de indivíduos entre os dois séculos explorados no trabalho.

2 **OBJETIVOS**

O presente estudo tem como objetivo central realizar uma análise comparativa entre dois períodos da emigração portuguesa para o Brasil, partindo de uma construção histórica de períodos anteriores como forma de entender a evolução histórica desse movimento e identificar padrões, tendo foco na cidade do Rio de Janeiro.

Tais análises e comparações terão como base estudos e teorias sociais, antropológicas e geográficas, e ainda investigações empíricas, observações concretas e diretas como forma de chegar a resultados. Quatro objetivos estarão envolvidos neste estudo:

2.1 Objetivo Geral:

a) Analisar o fluxo migratório português para o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, no período correspondente à última grande emigração portuguesa para o Brasil, nas décadas de 1950-1960 e traçar um comparativo com relação ao fluxo emigratório português ao longo do século XXI.

2.2 Objetivos Específicos:

a) Comparar as atividades econômicas desempenhadas por tais imigrantes em seu país de origem e no Brasil a partir de suas chegadas nas décadas de 1950-60;
b) Elencar características dissemelhantes dos emigrantes do século XXI em relação aos indivíduos do outro recorte temporal;
c) Analisar de que forma as redes de solidariedade influenciaram em tal processo migratório nos dois momentos destacados.

3 **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O ponto de partida do trabalho se baseia em teorias que descrevem fluxos migratórios em sua origem e como eles se perpetuam. Assim, uma série de Teorias Migratórias são abordadas. O estudo de Barricarte (2010), terá algumas de suas teorias extraídas e abordadas neste trabalho, sendo esse de enorme importância. Segundo o autor, a motivação geral que leva às migrações se explica do seguinte modo:

> na maior parte das vezes, as pessoas emigram ao estrangeiro por razões econômicas, porém em algumas ocasiões saem fugindo de guerras, discriminações étnicas, perseguições políticas, etc (...). Não há uma única teoria aceita amplamente pelos cientistas sociais que seja capaz de explicar o início, a perpetuação dos fluxos migratórios internacionais. Tão pouco dispomos de uma serie fragmentada de teorias, muitas vezes elaboradas de forma isolada umas das outras. Dificilmente poderemos entender a complexidade dos processos migratórios se somente nos apoiarmos em um único modelo conceitual (BARRICARTE, 2010, p.19).

Se somente conceituar o que é um fluxo migratório e criar um padrão que explique causas em geral e fatores que influenciam, abordar as complexidades geradas por diferentes fluxos é ainda mais delicado. Nesse sentido, sobre as suas consequências para o seu país natal e de destino, é a contribuição de Clifford Jansen que merece destaque:

> a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN, 1969, p .60).

Para a melhor compreensão do objeto de estudo será fundamental demonstrar a forma como as migrações se perpetuam, de maneira que certos fluxos acabam por adquirir especificidades extremamente particulares. Características que ajudam a montar estereótipos dos imigrantes, tamanho o condicionamento de um perfil específico. Novamente, é no estudo de Barricarte (2010) que tais questões são abordadas.

> as redes de migrantes são conjuntos de vínculos interpessoais que conectam emigrantes, emigrantes retornados ou potenciais emigrantes com parentes, amigos ou compatriotas, sejam eles no país de origem ou no do destino. A teoria das redes de contatos assegura que, uma vez iniciados os primeiros fluxos migratórios, se estabelecem algumas relações interpessoais que aumentam a probabilidade de novas migrações porque abaixam o custo e o risco de emigrar. As redes transmitem informação e proporcionam assistência econômica, alojamento e ajuda humana, o que facilita a emigração ao reduzir os custos e a incerteza que habitualmente a acompanham (BARRICARTE, 2010, p. 31).

Essas redes acabam por criar fluxos migratórios, modificá-los, perpetuá-los ou ainda são capazes de manter vivos elementos culturais de um povo em solo estrangeiro por décadas e gerações, mesmo após o fim de o fluxo migratório original. Tais vínculos interpessoais, extremamente subjetivos, complexos e específicos de cada caso são justamente o que tornam mais interessante e necessária a análise minuciosa de tal processo.

Diante de tal complexidade e visando estabelecer uma maior abrangência do trabalho, atendendo diferentes conceituações, parte-se tanto de teorias de cunho sociológico e geográfico que descrevem fluxos migratórios em sua essência, bem como o que os condicionam e os perpetuam, além de uma abordagem histórica do povo português e sua tradicional tendência migratória. Sendo assim, se busca enfatizar como a cultura migratória se desenvolveu e se enraizou na cultural nacional portuguesa, sua importância para o país em séculos passados, para posteriormente alcançar o objetivo geral do trabalho em tela.

4 **MEDOTODOLOGIA**

O trabalho foi elaborado a partir de dois pilares:

a) Revisão bibliográfica, que considerasse: a) um aporte teórico para as migrações internacionais – fundamentalmente com base no trabalho do geógrafo Jesús Javier Sánchez Barricarte (2010), "Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado"; b) um levantamento de caráter Geo-histórico – baseado nos dados para fins estatísticos da migração histórica para o Brasil e especialmente para o Rio de Janeiro, de Maria Stella Ferreira Levy (1974), "O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira - 1872 a 1972" e de Gladys Sabina Ribeiro (2007), "O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930)"; c) dos dados espacializados de portugueses e suas ocupações, além das listas de clubes, casas e associações portuguesas de Vitor Manoel Marques Fonseca (2007), "Monumentos à Imigração: As Sedes das Associações Portuguesas no Rio De Janeiro, em Inícios do séc. XX"; d) nos dados sobre a saída de portugueses da região estudada, de Afonso Henrique Carvalho da Cunha (2019), "A emigração para o Brasil no distrito de Vila Real (1838-1860)", Isilda Braga da Costa Monteiro (2010), "A emigração do distrito de vila real para o brasil (1901-1930) realidade e percepções" e Torquato de Sousa Soares (1981), "Despovoamento e repovoamento do norte de Portugal"; e) nos dados dos fluxos migratórios portugueses par outros países de Jorge Carvalho Arroteia (1983), "A Emigração Portuguesa Suas Origens e Distribuição"; f) e nos dados mais recentes, tanto do ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil / Polícia Federal brasileira sobre a entrada de portugueses no Brasil nesse início de Século XXI e dos órgãos estatísticos portugueses sobre a saída de cidadãos seus igualmente no mesmo período.

b) Empírico – com base em entrevistas aplicadas a imigrantes, com perguntas desenvolvidas pelo próprio autor do presente trabalho, e aplicadas ao longo da elaboração da dissertação. As perguntas basicamente considerarão saber: a origem dos mesmos (local de

> nascimento e data); as motivações e os meios encontrados para realizar a emigração (o parente ou conhecido que aqui estava e enviou os documentos, quem pagou a passagem); onde se estabeleceram ao chegar; o emprego ou atividade que desenvolveram (e se já possuíam indicação prévia antes de virem para o Brasil); e de que maneira manteve contato com Portugal de um modo geral (com a família que lá ficou, se é que ficou.

4.1 **Capítulos**

O primeiro capítulo apresenta uma série de pontos preliminares e essenciais para este trabalho. Serão abordados conceitos fundamentais para que todos os elementos sejam analisados a partir de um ponto bem definido. Conceitos e visões majoritárias sobre cada elemento presente em migrações serão descritos. Posteriormente, serão apresentadas dois grandes grupos de correntes teóricas acerca das migrações: teorias que seguem uma lógica liberal e teorias que seguem uma lógica crítica. Após isso, elas serão confrontadas.

O segundo capítulo trata de todo o período de emigração portuguesa na fase colonialista do país, iniciando no século XV, passando pelo início da colonização do Brasil, a consolidação do fluxo em paralelo às mudanças nos ciclos econômicos brasileiros, passando pela fase do império do Brasil, soberano e independente, passando também pelo período da jovem república do Brasil até a Segunda Guerra Mundial. O capítulo compreenderá desde a segunda metade do século XV até a primeira metade do século XX, ou seja, 500 anos de história de forma resumida, com dados históricos sobretudo nos últimos 80 anos do recorte.

O terceiro capítulo retrata o último grande fluxo migratório para o país no período posterior às Grandes Guerras do Século XX, até o Golpe Militar de 1964 no país. Esse momento receberá grande atenção, por ser o período de chegada da esmagadora maioria dos imigrantes lusitanos ainda vivos e residentes no Brasil. Além disso, será abordada o período mais recente da imigração, ainda que envolvendo menos pessoas, ele tem grande importância por ter características econômicas e sociais muito distintas dos seis séculos anteriores. Além disso, serão abordados elementos da emigração portuguesa no século XXI para além do Brasil, e suas consequências para Portugal, sendo positivas e negativas. Por fim, será abordada a situação dos migrantes portugueses que ainda vivem no Brasil.

Os capítulos retratados acima são fruto de pesquisa, de levantamento bibliográfico e histórico para a construção de uma narrativa e a reconstrução de um processo que já dura mais de meio milênio. Assim, resumir de forma eficiente sem deixar lacunas requer levar em consideração múltiplas perspectivas e uma síntese de

informações de fontes variadas e narrativas diversas. Assim, foram selecionados uma série de referências que tratam desses momentos diversos do fluxo e trazem informações relevantes para o trabalho. Num primeiro momento serão apresentados os pensamentos de autores das ciências sociais para ilustrar a importância dos deslocamentos humanos na sociedade, e posteriormente serão apresentados os conceitos e proposições propriamente geográficos.

5 **CONTEXTUALIZANDO AS TEORIAS MIGRATÓRIAS**

Para proporcionar um melhor entendimento sobre os componentes relacionados aos processos migratórios será necessário clarificar interpretações concernentes a alguns termos utilizados com respeito aos atores envolvidos no fenômeno, sendo esta a proposta do presente capítulo.

5.1 **Migrações: Conceitos Fundamentais**

Grosso modo, entende-se como migrante o indivíduo que realiza um deslocamento, saindo do local onde nasceu e se estabelecendo em um destino específico. Sendo ele emigrante para o local de origem, de saída, e imigrante em seu destino, de chegada. Segundo Golgher (2004), no Brasil existe uma tendência a considerar a migração como um deslocamento para além de limites municipais que envolva o estabelecimento de maneira fixa no local de destino, desconsiderando a distância percorrida.

Essas são interpretações utilizadas tradicionalmente, entretanto, ainda que seja um tema com um imenso campo de estudos, o conceito de migração carece de definição oficial e tem sido alvo de uma série de interpretações distintas. Isso porque durante boa parte da história moderna tal fenômeno foi ignorado por antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores e pesquisadores em geral. Apenas com a Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos do conflito, com muitos refugiados espalhados pelo planeta, sendo mais de 20 milhões de pessoas compulsoriamente deslocadas somente na Europa, é que houve de fato uma preocupação pública, acadêmica e dos governos das potências globais com esse fenômeno.

Assim, pode-se dizer que foi necessário um grande conflito armado em escala global que serviu de catalizador para uma série de tensões locais, a partir dos consequentes deslocamentos populacionais, para que o tema ganhasse uma maior

atenção de estudiosos – especialmente por conta de o epicentro do conflito ter sido a Europa e suas populações terem sido as mais afetadas. Além da Segunda Guerra propriamente dita, ainda é possível enumerar alguns fatos que proporcionaram grandes deslocamentos populacionais e que ocorreram em decorrência de tal conflito, como a cisão entre Índia e Paquistão, em 1947, que levou 12,5 milhões de pessoas a migrarem compulsoriamente, e na qual os muçulmanos que habitavam a região que passou a compor o território indiano foram forçados a se transferirem para o Paquistão, e os hindus que habitavam o novo território paquistanês foram forçados a passar para o território da Índia. Outro evento relacionado ao pós-Guerra foi a criação do Estado de Israel, em maio de 1948, através da Resolução 181 da ONU, que ficou conhecida como "A partilha da Palestina". Nela, a região da Palestina fora dividida em dois Estados, um destinado a judeus e outro a muçulmanos, ocasionando assim uma onda deslocamentos forçados no Oriente Médio.

Para além dos deslocamentos por tensões e conflitos que sucederam a Grande Guerra, as décadas seguintes também foram marcadas por transformações na economia global que trataram de dinamizar fluxos econômicos e, por conseguinte, fluxos populacionais.

> Após o término da II Guerra Mundial, uma nova geopolítica do desenvolvimento, gestada pelos países capitalistas centrais, criou a possibilidade do estabelecimento de companhias multinacionais (principalmente europeias e estadunidenses) em várias regiões do globo e, particularmente, na América Latina. Um novo processo de expansão da economia capitalista teve início após o término do conflito mundial. (...) a imigração de deslocados e refugiados de guerra apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica, que marcaria as relações internacionais no pós-guerra, e da qual fizeram parte os investimentos em regiões periféricas do globo e a instalação de companhias multinacionais. (...) O final da II Guerra Mundial marcou o início da colocação, fora da Europa, de um contingente significativo de pessoas vítimas do conflito. Os números são controversos, mas não seria equivocado afirmar que aproximadamente dois milhões de pessoas estavam fora de suas regiões de origem após o conflito, vítimas de deslocamentos forçados por forças de ocupação. Em sua maioria, eram egressos de países que foram situados, após o conflito, na zona denominada Leste Europeu e, portanto, na órbita política da União Soviética. A organização de campos de refugiados na Alemanha, Áustria, Itália e Grécia, e a posterior inserção desses sujeitos em diversos países, demonstrou quão complexas eram as formas da política internacional a partir da segunda metade do século XX. Entre 1947 até 1951 a Organização Internacional de Refugiados foi a principal responsável pela realocação desse contingente em diversos países do bloco ocidental, dentre eles Israel, Estados Unidos, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia, Venezuela, Argentina, Peru, Canadá etc. (PAIVA, 2000, s./p.).

Todavia, a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos não marcaram a primeira grande onda de deslocamentos pelo planeta em meio ao processo de Globalização. Antes, já havia grandes processos de saídas do continente europeu, até áreas marcadas por despovoamentos. Na realidade, àquela altura as consequências demográficas das grandes navegações e do colonialismo já eram evidentes. E mais que isso, pode-se afirmar que tais navegações foram o fator que iniciou o processo de globalização, e dentre as populações mais afetadas pelo colonialismo, inclui-se sem dúvidas o povo português, o qual pretende-se estudar no presente trabalho. Segundo Magnoli (1997, p. 07),

> Globalização é o processo pelo qual o espaço mundial adquiriu unidade. O ponto de partida desse movimento remonta às Grandes Navegações europeias dos séculos XV e XVI, que conferiram unidade à aventura histórica dos povos e configuraram, na consciência dos homens, pela primeira vez, a imagem geográfica do planeta.

Essa visão que demarca o processo das Grandes Navegações como o marco inicial para o início do que entendemos como Globalização se trata de um pensamento moderno que ganhou notoriedade a partir da década de 1990. Entretanto, há contrapontos a tal corrente, podendo se destacar uma percepção oriental acerca de tal fenômeno. Isso se justifica uma vez que estudos feitos por pesquisadores ocidentais que envolvem reconstrução histórica geralmente são feitos sob uma ótica eurocêntrica. Como sempre houve uma hegemonia entre um seleto grupo de nações ocidentais produzindo ciência, não é comum encontrarmos estudos que fujam desse padrão.

Porém, em 2006 em um simpósio organizado pela Academia de Ciências Sociais da China defendeu-se a teoria de que, na realidade, a Globalização foi promovida por Gêngis Khan (GÊNGIS KHAN, 2012). Segundo o pesquisador Hao Shiyuan, o Império Mongol, a partir de sua fundação em 1206, iniciou um processo de intercâmbios econômicos e culturais nunca antes visto, que acompanhava a sua escala de extensão territorial, de forma que ao atingir seu tamanho máximo de 24 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 22% da superfície do planeta) da China até a Europa Oriental, se tornou o maior império em extensão territorial da história e possibilitou um intercâmbio em escala transcontinental (GÊNGIS KHAN, 2012).

Ainda assim existe uma predominância da ideia das Grandes Navegações como o grande marco. Diversos autores brasileiros sustentam essa percepção, como no caso de Cristina Strazzacappa e Valdir Montanari (1998), que fazem um pequeno contraponto, mas seguem esse raciocínio de maneira geral. Para eles, a Globalização

começou quando um grupo de indivíduos pertencentes a uma aldeia qualquer resolveu migrar para uma aleia vizinha, daí a importância do fenômeno migratório para o entendimento da Globalização. Entretanto, ainda segundo tais autores, a demarcação do início do processo de Globalização poderia ser qualquer momento da história da humanidade, uma vez que movimentos migratórios são uma constante da história do ser humano. Porém, houve uma ininterrupta aceleração desse processo justamente com as Grandes Navegações, principalmente a partir do Século XVI (STRAZZACAPPA; MONTANARI, 1998).

Esse pensamento justifica-se uma vez que ao longo do primeiro milênio, e até metade do segundo, houve uma série de oscilações na intensidade do intercâmbio entre povos distintos no Velho Mundo, em especial na Europa, devido a Guerras, à ascensão e queda de Impérios que controlavam rotas, bloqueios continentais, pandemias e pestes. É possível afirmar que após a virada do século XV para o XVI não houve uma retração no transcorrer de fluxos materiais e imateriais, sobretudo nos movimentos migratórios, devido ao esforço colonial das grandes potências da Europa, atrelado ao tráfico negreiro no continente africano e a busca por especiarias na Ásia. Assim, nos últimos cinco séculos a humanidade vem experimentando a difusão de ideais no sentido dos países centrais para os periféricos, a partir da dinamização da troca de informações e fluxos imateriais, proporcionada através dos avanços tecnológicos. Sendo assim, a Globalização pode ser tratada como o

> resultado de um processo histórico, cujos fatores dinâmicos são a concentração-centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade. Essa tendência manifesta-se, também, na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, de consumo, de formas de lazer e de expressão cultural-artística, enfim, um estilo de vida decorrente das pressões competitivas do mercado, que aproximam culturas políticas e práticas administrativas e difundem e generalizam os mesmos problemas e conflitos ambientais (RATTNER, 1995, p. 69).

Contudo, ainda que massivos deslocamentos humanos existam há centenas de anos, as primeiras definições concretas a respeito das migrações começaram a ser elaboradas apenas no último século, a fim de se criar uma interpretação similar, ainda que não houvesse consenso. Talvez a que mais se aproxime de ter um caráter oficial seja a apresentada pela Organização Internacional para as Migrações [OIM], que a define como um

> processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de

> pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (PERRUCHOUD, 2009, p. 40).

É possível afirmar que trabalhar com uma noção minimamente convencionada se faz necessário para garantir o entendimento de qualquer processo estudado em um artigo científico, caso contrário seria inviável provocar uma série reflexões sobre o tema no leitor. Entretanto, é preciso tomar cuidado com tentativas de criar definições intransponíveis para temas tão complexos. Segundo Póvoa-Neto,

> a opção por uma definição específica do que se entende por migração pode significar o ponto de partida para a análise seletiva de certos processos, enquanto outros são postos de lado. Sendo o esforço de pesquisa alimentado pela intenção de intervir junto a certos problemas teóricos e práticos a definição dos mesmos tende naturalmente a conduzir a análise. Assim, cientistas e propositores de políticas elegerão seus objetos de estudo e intervenção com base em problemas muitas vezes definidos aprioristicamente. (PÓVOA-NETO, 1997, p. 11)

Em outras palavras, por conta da complexidade do tema e às diversas definições criadas por diferentes autores das mais variadas áreas das ciências humanas, abre-se a possibilidade de um autor fazer uma seleção de conceitos e aplicar em seu trabalho somente aquele que melhor se encaixar no seu objeto de estudo, assim podendo partir de uma premissa e somente comprová-la através da teoria ou conceituação escolhida. Mais que isso, seria possível ainda ignorar atores imprescindíveis no fluxo migratório analisado que contradissessem ou ameaçassem de alguma forma a premissa inicial, bastando aplicar um conceito ou teoria que os se considerasse relevante.

Já para Douglas Massey (1990), o grande problema envolvendo a temática se deve ao enorme número de teorias migratórias que foram desenvolvidas ao longo do Século XX, que acabam não dialogando entre si, devido aos diferentes vieses de análise seguidos pelos estudiosos que as desenvolveram. Sendo assim, existem quatro dimensões básicas distintas que podem ser escolhidas para se analisar um fluxo migratório e assim, elaborar uma teoria que o explique. A primeira dimensão seria a perspectiva histórica; a segunda seria uma análise estrutural, a partir das condições que envolvem o migrante; a terceira seria a partir de uma relação com a escala ou nível de análise (sendo o indivíduo, sua comunidade, sua cidade, região etc.); e a quarta seria a partir da análise das causas e consequências de processos migratórios.

Além da questão da perspectiva de análise sobre as migrações, ainda há um debate a respeito das ciências que devem tratá-la. Num primeiro momento, ao abordar o tema das migrações, o sociólogo francês Abdelmalek Sayad destaca a importância da

Geografia e da Demografia no entendimento de um fenômeno que basicamente é pautado no deslocamento humano através do espaço.

> A imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população inclina-se a anexar aquela (SAYAD, 1998, p. 15).

Porém, Sayad (1998) chama tal fenômeno de "fato social total", conceito do sociólogo francês Marcel Mauss (1966), o qual advoga que um fenômeno tem implicações em toda a sociedade, nas esferas religiosas, jurídicas e morais, políticas e econômicas. Sendo assim, é possível afirmar que os fluxos migratórios são componentes essenciais na constituição das sociedades como as conhecemos, tendo interferência não apenas demográficas e culturais, mas sendo influentes também na constituição de pilares das sociedades, como o ordenamento jurídico e no âmbito econômico – e por decorrência, torna-se essencial levar em consideração a análise feita por historiadores, economistas, juristas e antropólogos. Ao falar especificamente da importância do processo migratório para o povo francês, o autor afirma que

> (...) falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (história demográfica e história política da formação da população francesa), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma das suas partes integrantes, a parte relativa à emigração (SAYAD, 1998, p.16).

Para além do ator principal, o próprio migrante, há outras palavras que trazem consigo, desde suas etimologias, os significados que ajudam a compreender dinâmicas que envolvem movimentos migratórios. Entre elas, está o termo território.

> O termo território, tem origem no latim, significando "terra pertencente à alguém", e que independe da participação do Estado-Nação. O conceito é posterior à do espaço, isto é, toda a identidade, relações, e o sentimento de pertencimento dos indivíduos. A apropriação, dominação do espaço, por parte da relação entre os indivíduos, seja concreta ou abstratamente (econômicas, políticas e culturais), é o que tradicionalmente produz um território (BRITO, 2005; SANTOS, 2000; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2010 *apud* BASSAN et al., 2019, p. 11).

A partir desse entendimento de posse e pertencimento que a palavra território carrega – e que envolvem relações poder e a ideia de defesa e manutenção da soberania de um grupo sobre esse espaço – é possível compreender a origem de sentimentos xenófobos. Sem dúvidas, o conceito de território é peça chave para a compreensão do

ato de migrar, que pode ser entendido a partir daí como uma passagem de um indivíduo de seu território de origem para o de outrem.

Por fim, segundo Cavalcanti et al (2017), "a migração é difícil de definir, complicada de medir, multifacetada e resistente à teorização". Assim, diante de uma imprecisão no seu conceito, por conta de divergências no viés de análise, da necessidade de fazer uma análise ampla para não cometer o erro de partir de premissas e focar somente em objetos definidos aprioristicamente e ignorar outros, e segundo a OIM, por englobar tantos tipos de processos e causas, sejam eles migrantes por motivos econômicos, deslocados, refugiados, ou basicamente qualquer indivíduo que atravesse fronteiras, é necessário abordar uma série de teorias de diferentes ciências humanas, sejam da Geografia, Antropologia, História, e de correntes ideológicas distintas, que aqui serão designadas como liberais e críticas.

1.2 **Teorias da Lógica Liberal**

Ainda que o tema das migrações não tenha recebido uma maior atenção no Século XIX e no início do Século XX, alguns dos grandes pensadores daquele período fizeram análises sobre deslocamentos humanos. O pensamento de um dos grandes teóricos liberais está presente na obra de Anthony H. Richmond, *Immigration and Ethnic Conflict*, de 1988. Segundo o autor, para o economista e sociólogo britânico Thomas Malthus, os deslocamentos populacionais eram causados pelo crescimento vertiginoso de populações. Ou seja, uma consequência direta da superpopulação, especialmente em áreas marcadas por pobreza. De forma que pobreza e alta taxa de natalidade formavam uma espécie de círculo vicioso, sendo uma causa e também consequência do outro, e as emigrações dessas áreas uma resposta, uma tentativa de se quebrar tal círculo.

Tal pensamento poderia levar à interpretação de que os fluxos humanos teriam sempre como origem nações periféricas e o destino seria sempre em direção aos países centrais, como é o sentido da maioria dos grandes fluxos populacionais do presente. Mas não era o caso no Século XIX, quando existiam gigantescas ondas migratórias originadas da Europa com destino a todo o continente americano, mesmo a partir de países com um notório processo de desenvolvimento industrial, como a Itália e a

Alemanha, para ex-colônias recém libertas, ainda extremamente rurais e de economias dependentes de exportações agrícolas, como a Argentina e o Brasil. Assim, Malthus analisava tais dinâmicas migratórias entre Velho e Novo Mundo apenas como uma oportunidade de escape temporário de populações europeias, para que esses indivíduos pudessem fugir da miséria decorrente do enorme crescimento populacional vivido no Velho Continente (RICHMOND, 1988).

Ainda segundo Malthus, havia um crescimento desigual entre população e produção de alimentos. Esse pensamento é simplificado pela analogia que diz que os alimentos cresceriam em Progressão Aritmética, em ritmo lento ou moderado, e a população em Progressão Geométrica, em ritmo acelerado. Ou seja, indicando a fome como uma consequência natural do crescimento populacional acelerado. Esse pensamento justifica parcialmente fluxos originários da Europa com destino ao continente americano naquele período, uma vez que a vastidão de terras no Novo Mundo poderia possibilitar uma maior produção de alimentos e consequentemente reduzir a disparidade entre a demanda e a oferta de alimentos. Porém, tal pensamento ignora que em boa parte do continente americano, especialmente na porção latina, a concentração fundiária e o modelo de *plantation* prevaleceram. De maneira que a produção agrícola como um todo não era para abastecimento interno, mas sim para exportação e o destino desses alimentos era justamente os países europeus, além dos Estados Unidos. Dessa forma, estabelecer uma relação direta e exclusiva entre produção de alimentos e emigração acaba não fazendo sentido, pois já havia um mercado global consolidado, e com o passar dos anos e o avanço da Globalização, essa relação fica ainda mais incapaz de explicar e justificar tais fluxos (RICHMOND, 1988). Este tema, a envolver a associação entre disponibilidade de terras, produção e atração de imigrantes será novamente discutida no subcapítulo 1.3, como desdobramento do pensamento de Karl Marx associado às migrações.

A partir do Século XVIII, teorias que associam a imigração exclusivamente à economia e ofertas de trabalho são desenvolvidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith, o mais importante teórico do liberalismo econômico, e por outros economistas, muitos deles influenciados pelo próprio britânico. Para Adam Smith, o progresso de uma sociedade está intrinsecamente associado à busca por interesses individuais, de forma que numa economia liberal, onde o mercado trataria de distribuir trabalhadores de maneira natural, ocorreria uma autorregulação dos fluxos migratórios a partir do instinto humano da busca pelo próprio sucesso e da mão invisível do mercado

realocando trabalhadores ao longo do espaço. Passados mais de 200 anos, nas décadas de 60 e 70 do Século XX, o pensamento de Smith acaba sendo resgatado em meio a teorias neoclássicas e com o ressurgimento de teorias liberais.

> Essas premissas foram atualizadas pelas teorias neoclássicas, nas décadas de 1960 e 1970, em nível macro e microeconômico, afirmando que os migrantes optam racionalmente pelo deslocamento, analisam o custo-benefício da troca de território, sobrepondo aos fatores sociopsicológicos (DURAND e LUSSI, 2014; BECKER, 1997 *apud* BASSAN et al., 2019, p.12).

É importante ressaltar que, segundo Rogério Haesbaert, o termo Globalização é, sobretudo, carregado de teor econômico, sendo a economia o centro de análise de tal processo (HAESBAERT; LIMONAD, 2019). A par disso, e considerando o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002), as últimas três décadas do Século XX foram marcados por um processo de globalização atrelado às ideias de liberalização da economia, abertura irrestrita de mercados, privatizações, controle inflacionário a partir da redução de tarifas e políticas monetárias que favoreçam exportações; e principalmente, a redução do tamanho do Estado. O autor discorre sobre como a ascensão do neoliberalismo em potências hegemônicas como Reino Unido e EUA, a partir do final dos anos 1970, acabaram influenciando diretamente nas economias de países periféricos ou ainda países ditos centrais, mas que são áreas de influência dessas potências.

Ainda é abordada pelo autor, a questão de um processo de Globalização pós-Consenso de Washington, pois tal evento pode ser considerado um marco para tal processo, por se tratar de um pacote de medidas econômicas sendo exportado para diversas nações pelo planeta. Assim, pode-se concluir que há uma enorme influência de políticas de liberalização da economia sobre a Globalização e, por conseguinte, sobre fluxos migratórios.

Tal difusão de ideais políticos, sociais e econômicos que marcaram a segunda metade do Século XX acabaram por promover uma espécie de homogeneização cultural que pode ser apontada como responsável por intensificar fluxos migratórios a partir desse período destacado, de forma que a formação de uma sociedade globalizada parecia se encaminhar. Essa perspectiva levou os filósofos Marshall McLuhan e Quentin Fiore (1968) a cunharem o termo “Aldeia Global” e o cientista político polaco Zbigniew Brzezinski (1970) a cunhar o termo “Sociedade Global”. Ambas as obras designavam algo similar e por isso os termos são tratados como sinônimos, tratando-se

de uma visão romântica de um mundo conectado, onde uma espécie de intercâmbio harmonioso de informações ocorre entre povos distintos. Essa visão pode ser resumida através das palavras do sociólogo brasileiro Octávio Ianni.

> Quando o sistema social mundial se põe em movimento e se moderniza, então começa a aparecer à assim chamada aldeia global. A noção de aldeia global é a globalidade das ideias, padrões e valores socioculturais, imaginários (reais/hiper-reais). A aldeia global é um sistema comunicacional que molda uma cultura de massa, um mercado de bens culturais, universos de signos e símbolos, um conjunto de linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros se situam no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem (IANNI, 1997, p.119).

A fase mais recente do capitalismo tratou de formar uma suposta sociedade até certa medida unificada. Porém, é possível afirmar que a maior integração entre povos promovida pela Globalização gerou uma aproximação cultural que favoreceu a vida dos imigrantes a ponto de motivar novos fluxos que justificam o aumento dos deslocamentos populacionais ou esse novo estágio capitalista ampliou desigualdades que as motivaram? Para os adeptos da Lógica Liberal, a primeira opção se apresenta como resposta, porém há um grande número de pensadores que concluem que a segunda opção traduz a realidade, como veremos nas seções dos capítulos a seguir.

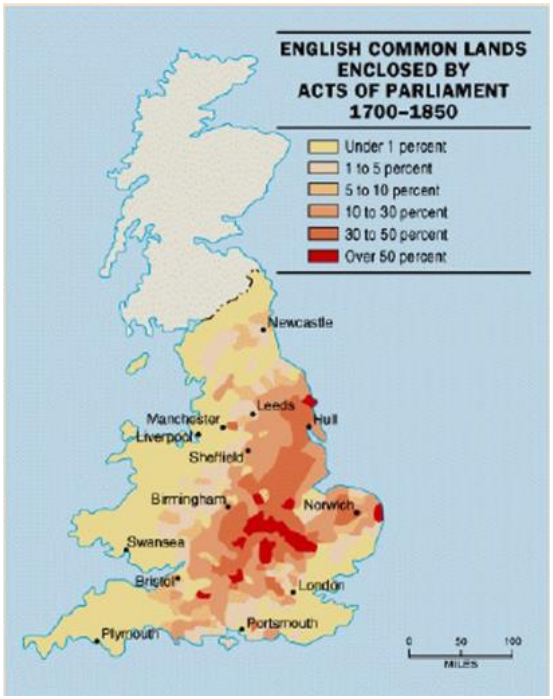
1.3 **Teorias da Lógica Crítica**

Em contraponto à lógica anteriormente expressa, existem autores que se propuseram a estudar movimentos migratórios a partir de um viés de análise baseado nas condições sociais, econômicas e de vida que esses migrantes tinham no país de origem em comparação a essas condições no local de destino. Tais autores aqui serão chamados de teóricos críticos, por conta de suas análises humanistas com críticas ao sistema capitalista como causa-chave de deslocamentos humanos.

Entre os pensadores críticos, sem dúvidas Karl Marx possui um papel pioneiro e de grande destaque, principalmente por discutir e apresentar contrapontos ao pensamento de Thomas Malthus. Segundo Marx, a pobreza e a fome seriam consequências não da superpopulação ou de ações tomadas pelo povo, por trabalhadores, como Malthus indicara anteriormente, mas sim por conta de fatores históricos relativos ao processo de acumulação capitalista.

No campo, a acumulação primitiva separou o produtor direto dos meios de produção através de *Enclosures Acts* – Política de Cercamento dos Campos –, algo determinante para dar fim à existência de terras comuns na Europa, forçando o trabalhador a se submeter ao trabalho assalariado na produção agrícola ou a emigrar para o meio urbano (processos de êxodo rural e urbanização) tanto no período pré-industrial, como também a partir da industrialização – vide a Figura 1. Tanto para o trabalhador assalariado do meio urbano quanto para o do meio rural, os salários pagos por patrões, sendo eles burgueses industriais ou latifundiários agrícolas, eram reduzidos para maximizar o lucro, sendo esses classificados por Marx como insuficientes para garantir a alimentação adequada das famílias desses proletários.

Figura 1 - Cercamento das Terras Comuns



Fonte: History of Wellesbourne Allotments (s./d.).

No caso específico da Inglaterra, berço da política dos *Enclosures*, essa relação irreal entre disponibilidade de terras e produção de alimentos fica mais clara. Isso porque os campos que foram cercados eram anteriormente terras comunais, uma prática existente em todo o continente europeu desde o início da Idade Média. Eram plantações

coletivizadas em que o excedente da produção era repassado ao senhor feudal (detentor da posse da terra) através de um sistema de tributação. Em tal sistema, o camponês era tão detentor dos meios de produção quanto o senhor feudal, mas com a privatização dessas terras o senhor feudal se torna um proprietário e não há mais excedente, com toda a produção passando a pertencer ao proprietário que passa a ter um poder absoluto nas decisões relativas ao terreno, inclusive na atividade que será desempenhada nela.

Em tal país isso foi marcante para o pensamento de Marx, pois a maioria desses grandes proprietários acabou optando por substituir a produção de gêneros agrícolas pela ovinocultura. Isso porque a criação de ovelhas se tornou uma atividade extremamente lucrativa, uma vez que a economia da Inglaterra àquela altura estava completamente associada ao desenvolvimento das manufaturas têxteis, que posteriormente se tornaram protagonistas na Revolução Industrial, e a lã extraída desses animais era uma matéria-prima essencial para esse mercado em expansão. Assim, o mercado capitalista em formação já indicava uma de suas prioridades: a preponderância da necessidade de matérias-primas para a produção de bens em detrimento de alimentos. De forma que a oferta de terras não signifique necessariamente a tendência a uma maior produção de alimentos, visto que o seu uso depende muito mais de uma necessidade de mercado do que das necessidades humanas propriamente ditas.

Já fora da Europa, nos demais continentes, não houve uma política de cercamento dos campos, mas sim algo mais severo e maléfico às populações: o colonialismo, a escravidão e o imperialismo europeu. Assim, o processo de concentração fundiária nos demais continentes não ocorreu por conta da ação de privatização de terras por um Estado interessado em promover uma ascensão de uma classe econômica, mas através de invasões, genocídio, captura e tráfico de seres humanos. Portanto, essa maior disponibilidade de terras dos demais continentes em relação à Europa não se traduziu num acesso facilitado à alimentos, não à toa que historicamente a fome sempre foi um dos fatores responsáveis por impulsionar fluxos emigratórios de países subdesenvolvidos.

Ao desenvolver suas explicações sobre o processo de nascimento do capitalismo, Marx aponta uma série de consequências da acumulação primitiva que podem ser apontadas como causas para migrações e também para transformações na sociedade. O sociólogo alemão afirma que tal processo provoca a desintegração de laços sociais comuns da pré-modernidade e a pulverização da sociedade em grupos sociais com interesses e poderes em níveis distintos. Com o desenvolvimento da economia

capitalista, relações de troca e escambos que outrora eram recorrentes foram sendo substituídos por compra e venda mediadas pelo Capital. Ainda que já existissem moedas e relações comerciais mediadas por dinheiro desde a Antiguidade, esse tipo de relação acabou sendo intensificado com a evolução do Capitalismo e as trocas clássicas acabaram sendo suprimidas. Essa alteração possibilitou a construção de relações sociais entre indivíduos alheios uns aos outros. Ou seja, com o capitalismo houve uma desintegração da relação feudal em que um agricultor responsável por arar a terra, semeá-la, regar a plantação e colher um vegetal era também o mesmo a vendê-lo ou trocá-lo com um vizinho. A nova relação passa a ser complexa, com diversos agentes inseridos e com etapas com trabalhadores distintos que não possuem conhecimento entre si, ou seja, são alheios uns aos outros.

Nesse sentido, a partir de artigo de Márcio de Oliveira (2014), observamos que também o sociólogo alemão Max Weber fez suas análises sobre a formação da sociedade capitalista através da ótica da industrialização e da consequente urbanização. Para ele, as migrações eram consequências de ambos os processos, e por sua vez ainda que fossem causados por processos desintegradores da sociedade, também eram responsáveis por gerar novas desintegrações, pois movimentos migratórios seriam capazes de construir novas classes dentro de sociedades, pois os imigrantes como grupos segregados estariam a margem da sociedade, formando uma classe social a parte. (WEBER, 1979).

Ainda em acordo com Oliveira (2014), o francês Émile Durkheim, ao analisar fatores responsáveis pela quebra das relações sociais e desenvolver seu conceito de anomia (quebra de regras por uma sociedade com problemas), cita a migração. Para ele, as mudanças que as sociedades que se industrializavam e se desenvolviam na lógica capitalista, tinham como consequência um adoecimento coletivo, que posteriormente seria chamado de Patologia Social, tendo movimentos populacionais um papel de causa e consequência, ou seja, servindo como fator de desintegração e rompimento de relações sociais entre indivíduos, mas também como uma consequência de uma sociedade adoecida, patológica (DURKHEIM, 1977).

Segundo Sasaki e Assis (2000), Durkheim considerava as migrações como um importante fator de quebra de laços de solidariedade mecânica, tradicional, e de substituição por uma solidariedade orgânica pautada por relações de trabalho e interdependência econômica. Isso fica claro, uma vez que seja levado em conta que as

novas relações de trabalho ocorriam em cidades que cresciam a partir de um veloz processo de urbanização movido por um enorme êxodo rural.

Ainda sobre as relações de trabalho, Marx afirmava que o sistema capitalista dividia os trabalhadores através de estímulos a intolerâncias entre si, graças ao fato de uma classe abastada deter os meios de comunicação e o Estado a educação. Ao analisar tal explicação marxista, Barricarte (2010) pontua que as migrações surgiam como uma ferramenta que poderia ser manipulada a favor da burguesia industrial, já que através do advento do estrangeiro seria possível fomentar racismo e xenofobia. A utilidade para o Capital se baseia em gerar secessões na classe trabalhadora, enfraquecer sindicatos e fazer com que não haja consciência de classe entre indivíduos de nacionalidades distintas. Ou seja, uma vez que um trabalhador não se veja representado em outro, seja por xenofobia ou racismo, será menos provável que ambos lutem de maneira conjunta e reivindiquem melhorias das condições salariais e trabalhistas.

O clássico exemplo de Marx é o das fortes campanhas xenofóbicas promovidas por proprietários de fábricas britânicos no Século XIX contra imigrantes irlandeses que eles mesmos contratavam, a fim de estimular conflitos desses indivíduos com os demais proletários. Ademais, é possível afirmar que já nesse momento histórico, os países industrializados estimulavam a importação de trabalhadores para criar um exército de reserva industrial. Segundo Marx, tal conceito desenvolvido pelo autor se baseia na ação de burgueses fomentando o crescimento de uma massa de desempregados para que assim pudessem pagar salários menores aos seus funcionários, de forma que em caso de insatisfação com essa remuneração, esses indivíduos pudessem ser facilmente substituídos por novos trabalhadores que viriam a aceitar salários ainda menores, assim garantindo a esses donos de fábricas um processo de acumulação. De acordo com Gorz,

> (...) como os estrangeiros ocupam grande parte de certos setores de trabalho braçal, eles empurraram um grande número de trabalhadores nativos para setores de colarinho branco, onde é mais provável que não se filiem a sindicatos, votem em partidos de esquerda e se identifiquem como proletários. As oscilações nos ciclos econômicos e nas taxas de desemprego influenciam a imigração no curto prazo, mas no longo prazo os capitalistas se beneficiam da chegada contínua de trabalhadores estrangeiros (GORZ, 1970, apud BARRICARTE, 2010, p. 37).

A consolidação do capitalismo e a formação de uma sociedade capitalista passaram pelo rompimento de valores sociais que anteriormente sustentavam diversas sociedades pelo planeta. Com a aceleração da Globalização durante a Revolução Técnico-científico-informacional a partir de meados do Século XX, houve uma grande exportação de valores de sociedades desenvolvidas para sociedades marcadas pelo

subdesenvolvimento a partir de uma cada vez mais veloz troca de informações, possível graças a tal evolução dos meios de comunicação. Assim, criou-se um mito de que a Globalização estaria criando uma Aldeia Global que seria marcada por uma expansão de oportunidades e uma maior aproximação cultural entre povos, além de um encurtamento de distâncias devido ao avanço das tecnologias de transporte e comunicação. Essa visão acaba sendo vista como utópica, ou segundo Milton Santos (2001), como uma fábula.

Em seu livro, *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*, o autor define que existe um pensamento hegemônico do fenômeno da Globalização que é a forma como nos é imposta a sua compreensão, "como nos fazem crer", ou seja, como uma ilusão hipócrita. Segundo o autor,

> fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 9).

Ainda segundo Milton Santos, na realidade a Globalização não seria uma fábrica de oportunidades, mas sim de "perversidades". Essa afirmação pode ser justificada através de um outro texto do autor chamado *Por uma globalização mais humana*, presente na obra *O país distorcido* (1995), no qual aborda tais perversidades da Aldeia Global que espalha pelos quatro cantos do mundo seus problemas e restringe a um pequeno grupo os benefícios dela.

> Num mundo assim transformado, todos os lugares tendem a tornar-se globais, e o que acontece em qualquer ponto do ecúmeno (parte habitada da Terra) tem relação com o acontece em todos os demais. Daí a ilusão de vivermos num mundo sem fronteiras, uma aldeia global. Na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais. Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais (SANTOS, 1995, p. 80).

Assim, fica evidente que para autores adeptos da lógica crítica, o aumento de fluxos migratórios ao longo do Século XX mais está relacionado com a perpetuação e intensificação de desigualdades entre países ricos e pobres do que com o fato de existir uma maior integração informacional e de comunicação entre povos distintos. Essa visão

pode ser representada pelo pensamento do sociólogo espanhol Manuel Castells (1975), pois segundo ele, a imigração se trata do remédio ideal para combater as crises do sistema capitalista, pois a mão de obra imigrante é extremamente produtiva nas fases de crescimento econômico e é possível dispensá-la sem grandes problemas em períodos de recessão e por fim, porque ela reduz tensões inflacionárias nos períodos de crescimento e amortiza a queda da demanda nos períodos de recessão.

1.4 Teorias Críticas x Teorias Liberais

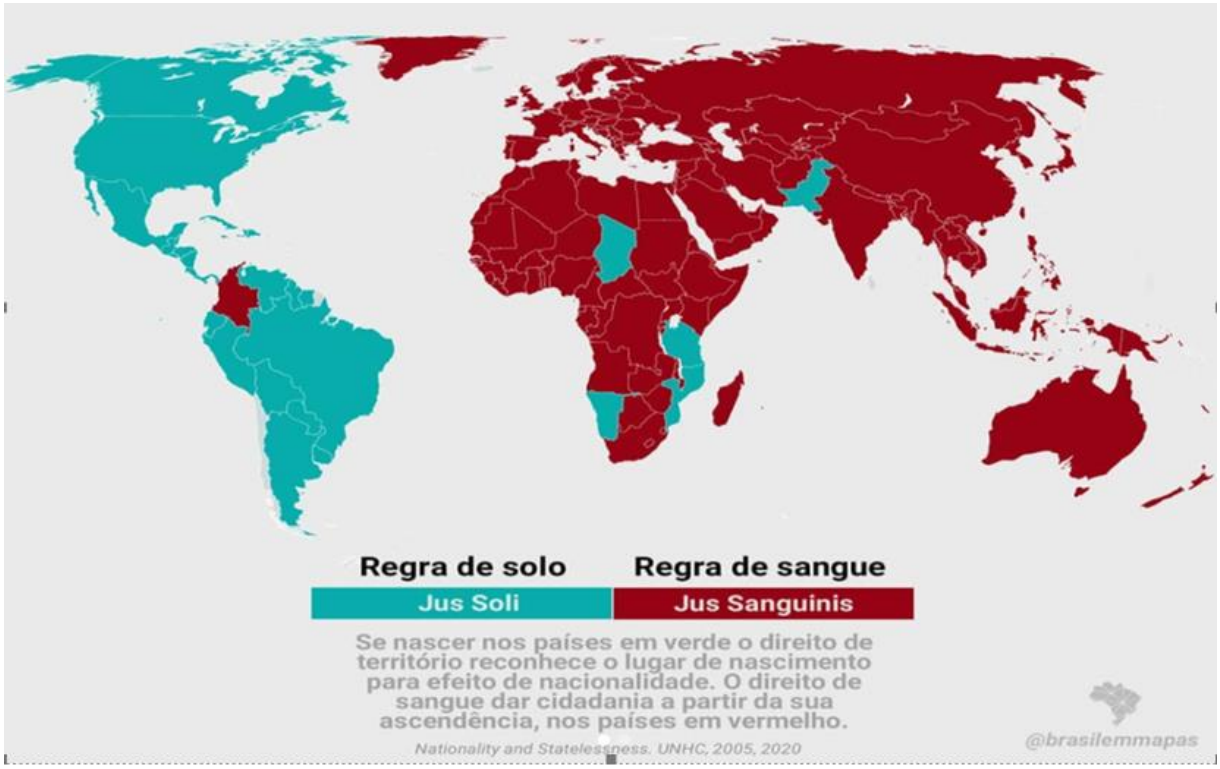
Embora as teorias analisadas até o momento apresentem visões extremamente conflitantes sobre o assunto, é possível estabelecer pontos comuns em visões de autores de tais correntes. Um exemplo, segundo Richmond (1988), é que tanto para Durkheim, Malthus, Marx e Weber a migração deve ser entendida como uma consequência direta do desenvolvimento da economia capitalista que naquele momento estava diretamente associada aos processos de industrialização e urbanização, e por conseguinte ao êxodo rural. Portanto, nesse período a migração e o desenvolvimento do sistema capitalista devem ser compreendidos numa relação de causa e consequência mútua, sendo eles processos interdependentes. Além disso, segundo Sasaki e Assis (2000) "envolvia o declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, na concorrência dos imigrantes por emprego e na luta para sobreviver numa cidade de ambiente estranho".

Na virada do milênio, surgem contestações à teoria marxista. Elas podem ser resumidas pelo trabalho de Meyers (2000) citado por Barricarte (2010), no qual o autor considera muito contestável que a predição marxista de que o crescimento dos fluxos migratórios seja um fator estrutural do capitalismo, pois existem exemplos de países que frearam fluxos migratórios suprimindo o recrutamento de mão de obra estrangeira, especialmente de imigrantes de grupos racialmente indesejados e cita exemplos de países como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, que dificultaram a entrada de chineses e japoneses durante o Século XIX, e do Reino Unido, na década de 1960. O que o autor acaba ignorando é que os países citados não frearam movimentos imigratórios e recrutamento de trabalhadores estrangeiros como um todo, apenas escolheram grupos específicos para terem suas entradas dificultadas. No mesmo

período, países como os Estados Unidos e Austrália incentivavam fortemente a entrada de imigrantes europeus, o Canadá passou a fazer o mesmo anos mais tarde, e o Reino Unido entraria na Comunidade Econômica Europeia (bloco econômico antecessor à União Europeia) na década seguinte, o que também se caracterizou em parte por um incentivo à mão-de-obra estrangeira europeia.

Ainda segundo Meyers (2000, Apud BARRICARTE, 2010), existe uma grande distinção na forma com a qual países se apoiam sobre o trabalho imigrante e o que isso implica na construção da identidade nacional. Desse modo, vemos: 1. pelo critério da concessão da nacionalidade, em países que historicamente se basearam na *ius soli*, como os Estados Unidos, com população de origem mais diversa, e que facilitaram aos imigrantes criarem raízes ao construírem famílias, pois seus descendentes seriam nativos do país em que nasceram; 2. e países que optaram por conceder a nacionalidade através do critério do *ius sanguinis*, como o Japão e os países europeus, que possuem população mais homogênea, e que buscaram atrair a entrada temporária de imigrantes, pois ao término de suas atividades laborais, esses indivíduos seriam estimulados a voltar para seus territórios de origem. A Figura 2, a seguir, mostra a expressão espacial das duas possibilidades descritas.

Figura 2 - O que oferece a cidadania: solo ou sangue?



Fonte: Cidadania Italiana - Ser Italiano, 2021.

Porém, é preciso destacar que não há nenhuma relação entre o critério legal aplicado para a concessão de nacionalidade e às condições de receptividade desses países para imigrantes. Os Estados Unidos, por exemplo, que concedem a nacionalidade a nascidos em território estadunidense, é um país que aplica um imenso controle das fronteiras e tem uma grande quantidade de medidas que dificultam o ingresso de imigrantes, como a grande complexidade para adquirir o *Green Card* – visto de permanente de imigração. Entretanto, é um país extremamente dependente da mão-de-obra imigrante para o funcionamento de sua economia. Por outro lado, existem países que são muito mais permissivos para a imigração como a Alemanha e a Austrália, que adotam o direito de sangue. Dessa forma, fica claro que as diferentes políticas migratórias e os elementos que constituem a construção da identidade nacional não são fatores que anulam a ideia da imigração como estruturante da economia capitalista e nem da economia das potências econômicas de tal modelo.

Um outro ponto que ambos os grupos teóricos concordam é que para além do desenvolvimento da economia capitalista, realizar um movimento migratório é um ato de busca pelo próprio bem-estar, individual ou coletivo. Isso pode ser sintetizado pelo

pensamento do sociólogo australiano Stephen Castles (2010), que diz que a migração se trata de um aspecto normal da vida social e inerentemente faz parte do processo de desenvolvimento humano de forma profunda. Num período mais recente, já na segunda década do Século XXI, uma série de pesquisadores passaram a se debruçar sobre uma tentativa de compreender se existem padrões entre grupos diversos de migrantes, motivos comuns e fatores que possibilitem que esses fluxos se consolidem ao longo de décadas, não sejam casos isolados. Entre eles, destaca-se o espanhol Jesús Barricarte (2010), que explica a motivação geral que leva migrantes a realizarem deslocamentos dessa forma:

> na maior parte das vezes, as pessoas emigram ao estrangeiro por razões econômicas, porém em algumas ocasiões saem fugindo de guerras, discriminações étnicas, perseguições políticas etc. (...). Não há uma única teoria aceita amplamente pelos cientistas sociais que seja capaz de explicar o início, a perpetuação dos fluxos migratórios internacionais. Tão pouco dispomos de uma série fragmentada de teorias, muitas vezes elaboradas de forma isolada umas das outras. Dificilmente poderemos entender a complexidade dos processos migratórios se somente nos apoiarmos em um único modelo conceitual (BARRICARTE, 2010, p. 19).

Através desse prisma, Barricarte define que existem quatro grupos de teorias que explicam como ocorrem fenômenos migratórios. A primeira explicação é por ele denominada de *Neoclássica*. Nela, o autor trata de forma combinada as perspectivas micro e macro, onde "de acordo com a vertente macro dessa teoria, as migrações são produzidas pelas diferenças geográficas na demanda e na oferta de trabalho" (BARRICARTE, 2010, p. 21). Enquanto a vertente micro analisa se o imigrante leva em consideração uma comparação entre as chances de sucesso que esse indivíduo terá no local de destino em comparação com seu local de origem, se ele pensa no lucro bruto ou líquido (descontando os custos de vida, de permanência e de deslocamento para seu local de destino, pois os salários ainda que sejam muito maiores no destino podem acabar não resultando em um maior lucro líquido de fato, em relação ao salário e os gastos do país natal).

Entretanto, segundo o próprio Barricarte, a teoria Neoclássica não dá conta de explicar todas as questões que envolvem as migrações, pois somente diferenças salariais e esse cálculo de um possível "lucro" não explicam fluxos comuns e intensos de países subdesenvolvidos, próximos a países ricos, para outras nações desenvolvidas, mais afastadas, e por vezes longínquas. Pois, se essa teoria estivesse totalmente correta e por si só desse conta de explicar o surgimento de deslocamentos humanos, então seria mais provável que tais deslocamentos se dirigissem para países vizinhos, que possivelmente

gerassem custos de deslocamento menores. Ou ainda, não levando em conta as distâncias, mas somente desenvolvimento: por que fluxos migratórios não são diretamente proporcionais ao salário médio de países desenvolvidos? Por que países estruturalmente semelhantes, com economias similares possuem taxas tão distintas de entradas de imigrantes? Ou ainda, o contrário, por que são observadas taxas de saídas tão distintas entre países subdesenvolvidos de economias e estruturações sociais e políticas também similares?

A partir desses questionamentos e lacunas de explicações da teoria inicial, surge a segunda teoria, a *Nova Economia das Migrações Laborais*, que se torna mais comum para explicar os fluxos do final do Século XX, mas que aborda aspectos atemporais no processo migratório. Essa teoria possui um componente importante que anterior não trata: a coletivização do desejo de emigrar. No geral, é uma tese que envolve aspectos muito mais heterogêneos e subjetivos, como conjunturas econômicas influenciando diretamente no imaginário coletivo de comunidades, que de maneira conjunta tomam a decisão de realizar uma migração coletiva, levando em conta ainda a diminuição na liberdade da circulação humana, políticas restritivas para o ingresso e permanência de indivíduos no estrangeiro. Nesta teoria,

> as decisões de emigrar não são tomadas pelas pessoas de forma individual (como apontava a teoria neoclássica), mas sim por unidades maiores (familiares), cujos membros atuam coletivamente, não sozinhos, para maximizar as entradas esperadas, mas também para minimizar os riscos associados a uma variedade de falhas do mercado. A nova economia das migrações argumenta que os fluxos transfronteiriços têm suas origens nos fracassos dos mercados que ameaçam o bem-estar material das famílias e criam barreiras a seu progresso econômico (BARRICARTE, 2010, p. 23).

A fim de tornar mais precisa essa afirmação, o autor faz uma lista de quatro situações de falhas de mercado em que a imigração acaba tendo uma função de solução ou prevenção para problemas financeiros da família, sendo elas:

• Como Seguros Agrícolas, a imigração é tratada acima de tudo como um seguro financeiro para eventuais perdas de colheitas agrícolas, já que boa parte das nações subdesenvolvidas são países agrário-exportadores, tendo uma dependência da agricultura e sendo suscetíveis a crises econômicas causadas por pragas, oscilações nas chuvas, ou seja, secas e enchentes, imprevistos em geral que venham a destruir plantações e prejudiquem a safra de gêneros agrícolas. Esse fato se agrava uma vez que muitas dessas nações de onde partem tais fluxos migratórios são países dos quais o Estado não presta esse tipo de auxílio aos seus produtos. Dessa maneira, é possível

concluir que caso houvesse uma maior cooperação estatal, haveria menos indivíduos vislumbrando em outros Estados uma maior segurança, e consequentemente menos famílias enxergando a migração como uma alternativa para subsistência em caso de uma perda na atividade primordial desses indivíduos.

• Como Mercado de Futuro, ou seja, como uma ferramenta anti-inflacionária. A migração trata de fazer o ajuste de preços agrícolas. Trata-se de um fator também associado à predominância de atividades agroexportadoras nas nações que tradicionalmente são marcadas por saídas, e pela ausência de auxílio estatal aliado à não existência de uma economia sólida. Tal fator se trata de um mecanismo no qual países geralmente desenvolvidos utilizam para não gerar prejuízo aos produtores, onde se assina num contrato um compromisso de comprar ou de vender uma quantidade especificada de um produto determinado numa data futura através de um preço pré-definido, de forma que a variação do preço desse gênero durante o período entre o plantio e a colheita não prejudique quem produz, já que a expectativa de lucro acaba conduzindo os investimentos de produtores. Há uma espécie de congelamento dos preços dos produtos agrícolas determinada pelo Estado. Porém, em boa parte das nações em vias de desenvolvimento ocorre um absenteísmo estatal, além do fato da inflação ser muito mais significativa nesses países, de forma que a migração surge como alternativa para realizar um comércio mais seguro num país que tenha uma economia menos suscetível a uma oscilação abrupta de preços e que ainda tenha tal mecanismo para impedir que prejuízos significativos ocorram.

• Como Seguro de Desemprego, sendo esse fator similar ao anterior no que diz respeito à estabilidade econômica das nações desenvolvidas em detrimento daquelas em via de desenvolvimento. Serve para momentos de crise e desemprego nos países subdesenvolvidos, já que assim como nos outros casos, não há auxílio estatal para trabalhadores desempregados na maioria desses países. Além disso, as taxas de desemprego verificadas em nações atrativas para migrantes são significativamente menores e suas economias permitem projeções de que isso não irá se alterar a curto e médio prazo. Desse modo, o parente no exterior estaria longe de um momento de alta nos índices de desemprego dessa nação menos desenvolvida (ou ainda longe uma eventual crise que possa vir a ocorrer futuramente) e sendo uma fonte de renda garantida durante a recessão enfrentada por sua família em seu país natal.

• Como Mercado de Capitais, esse fator se trata do imigrante captando dinheiro no exterior para que seja feita uma espécie de poupança, uma reserva econômica da qual a

família desse individuo poderá usufruir futuramente em investimentos que venham a surgir posteriormente, ou seja, a imigração é tratada como um tipo de investimento familiar.

Porém, surge uma terceira teoria, a do *Mercado dual de Trabalho* que é apontada por Joaquín Arango (2003) como uma "variante crítica e refinada" da teoria Neoclássica. Nessa corrente, seus adeptos consideram que imigrações não são causadas fundamentalmente por motivações negativas associadas a uma repulsão ou "push" dos países de onde saem os indivíduos, mas sim fatores positivos de atração ou "pull" nos países para onde se direcionam essas pessoas. Essa perspectiva pode ser considerada inovadora, uma vez que historicamente as análises sobre migrações em geral enfatizaram muito mais as condições de vida no local de origem de migrantes, do que em seu destino.

Tal teoria também aponta que existe um imaginário coletivo que certas atividades econômicas são tipicamente de imigrantes, sendo chamadas de etiquetas sociais. Essa situação nasce de uma repulsa de nativos por algumas atividades, por se tratar de trabalhos degradantes ou simplesmente tidos como "subempregos" e que jovens imigrantes desses países desenvolvidos não se importam em realizá-las. Trata-se em muitos casos de uma questão de um tratamento de desprestígio social com tais atividades, e devido ao fato desses imigrantes muitas vezes sequer se considerarem pertencentes a essas sociedades, não se sentem depreciados, além da necessidade muitas vezes urgente de conseguir um trabalho, o que não os permite escolher. Além disso, o fato desses imigrantes enviarem remessas de dinheiro para a terra natal agrega um enorme prestígio dentro de sua comunidade de origem, que é de fato o status social que importa para a maioria desses indivíduos. Ou seja, se torna um status positivamente considerável, ainda que realizando trabalhos que em suas terras tenham exatamente a mesma conotação negativa, o fato de estarem prosperando no estrangeiro e ainda ajudando a família, que muitas vezes passa a viver em condições muito melhores, pesa a favor. Essa explicação favorece a compreensão do porquê de diversos grupos de imigrantes transnacionais ou regionais acabarem dominando uma atividade ou profissão específica em determinadas localidades onde são consideradas subalternas. Há clássicos exemplos, como portugueses sendo notavelmente encanadores, eletricistas e pedreiros em Paris e demais cidades francesas; latinos em geral nessas mesmas profissões, mas ainda como domésticos, cuidadores de idosos, atendentes de fast-foods nos EUA; imigrantes de nações árabes sendo taxistas nesse mesmo país; e imigrantes do sudeste

asiático trabalhando na construção civil em nações árabes ricas, entre outros. Isso ainda desmistifica a máxima xenofóbica anti-imigracionista de que os imigrantes competem e tomam empregos dos nativos.

A quarta e última teoria que explica a origem das migrações se chama *Sistema-Mundial*, a qual basicamente analisa a fase do capitalismo pós-II Guerra Mundial, fase essa em que as desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se acentua e perpetua a pobreza no segundo grupo. De tal maneira que o mercado estrangeiro, as grandes indústrias dos ditos desenvolvidos penetram na economia de nações pouco industrializadas e competem com seus produtos, de forma que isso prejudica a economia dessas nações. Ou seja, nessa fase de um capitalismo globalizado, as nações ricas acabam prejudicando a economia das nações subdesenvolvidas e se beneficiam disso, pois acabam conquistando mercados novos e ampliando suas economias e em consequência direta, também acabam atraindo imigrantes desses países afetados economicamente por eles mesmos, de forma que fluxos migratórios devem ser encarados como parte desse processo.

Além disso, essa quarta teoria ainda traz uma questão importante e maléfica das imigrações em meio ao capitalismo globalizado, o *Brain Drain*, ou a Fuga de Cérebros e de Capital Humano, que se trata da perda de profissionais qualificados ou simplesmente indivíduos com talentos ou condições de investirem e darem algum tipo de benefício para os países subdesenvolvidos, que ao invés de permanecerem nesses países, acabam imigrando para nações mais ricas, onde vislumbram maiores oportunidades de crescimento econômico e profissional. Em muitos casos o país desenvolvido acaba arcando com todos os custos de formação de um indivíduo, educando-o, qualificando-o, arcando com sua saúde e bem-estar durante sua fase de desenvolvimento e o perde para uma nação rica que lhe oferece maiores salários assim que esse profissional entra em idade economicamente ativa. Ou seja, todo custo fica a cargo da nação subdesenvolvida e todo o retorno econômico e social vai para a nação desenvolvida. Essa situação também ajuda a economia dos desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos e do mesmo modo também serve como um fator que ajuda a perpetuar a desigualdade entre tais nações.

Por fim, essa teoria também “ajuda a explicar porque alguns fluxos migratórios conectam países com vínculos passados (metrópoles e colônias)” (BARRICARTE, 2010, p. 30). Ou seja, o Sistema-Mundo ainda que conectado, ainda que supostamente estejamos vivendo numa Aldeia Global com distâncias encurtadas e um suposto maior

acesso à aspectos culturais estrangeiros, incluindo o idioma, ainda existe um peso significativo de laços antigos. Os exemplos são muitos, como a predominância da migração de indivíduos oriundos de ex-colônias francesas na África para a sua antiga metrópole. Ou ainda o fato de Portugal ter a segunda maior colônia de imigrantes brasileiros, com cerca de 280 mil pessoas lá presentes (BRASIL, 2021), perdendo somente para os EUA, de forma que fica evidente a importância da questão histórico-cultural, haja vista que Portugal não é nem um dos países com maior vastidão de ofertas de emprego, tão pouco o que oferece melhores salários dentro da União Europeia.

As teorias listadas por Barricarte (2010) tratam de explicar motivações que em geral justificam o início de migrações internacionais. Porém, ainda existem motivações totalmente particulares que as justificam de acordo com questões históricas locais. É possível citar uma espécie incorporação cultural da imigração a ponto de criar uma tradição migratória. Esse é o caso do povo português, que já apresentava uma espécie de impulsão ao mar e ao desconhecido desde antes das Grandes Navegações. Na realidade, não foram as Grandes Navegações que motivaram o início de grandes fluxos de saídas de Portugal, a relação de causa e consequência é o contrário nesse caso: essa aptidão por ser lançar ao mar e ao desconhecido proporcionou o pioneirismo português nas Grandes Navegações. Pode-se afirmar que "a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa" (GODINHO, 1978 *apud* GÓIS *et al*, 2017, p. 6).

Sendo assim, é possível afirmar que essa constante é oriunda de uma tradição pesqueira que se criou por conta de o país apresentar um território limitado e um vasto litoral. Assim, a pesca surgiu como uma alternativa para essa nação, e foi ela que gradualmente foi desenvolvendo o sentimento desbravador nesse povo, uma vez que cada vez mais essa atividade ia sendo realizada em locais mais distantes da costa. Aos poucos os portugueses desenvolveram rotas de pesca que posteriormente foram utilizadas para comércio e por fim, para as primeiras experiências colonizadoras. Segundo Góis *et al*. (2017), foi criado um sentimento emigratório que acabou se enraizando nesse povo português a partir do início do Século XV, com a colonização da Ilha da Madeira, que se tratou de um laboratório colonial para essa nação por se tratar de um povoamento sem resistências, em uma ilha relativamente próxima ao território português e acabou simbolizando um êxito significativo que se perpetuou no imaginário popular de forma que a emigração passou a ser encarada como uma virtude desse povo, alinhada ao sentimento desbravador.

> Desde a colonização da Madeira, a emigração foi interiorizada nos modos de vida e na mentalidade dos portugueses, contribuiu para mudanças na sociedade e na economia do país e integrou experiências migratórias, laborais, educativas, linguísticas ou outras na matriz sociológica do país ao longo do tempo (GÓIS *et al*., 2017, p. 6).

Esse exemplo relativo aos lusitanos pode ser tratado como um retrato da quarta teoria explicativa da origem de fluxos migratórios de Barricarte (2010). Além disso, para além da formação de uma cultura de emigração, é possível afirmar que a relação entre cultura e migração é ainda mais complexa, pois ao ocorrer o regresso desses indivíduos que em algum momento viveram no estrangeiro, aspectos culturais do local onde essas pessoas estiveram são trazidos e assimilados a cultura de seu país nativo, ou seja, há uma troca de valores culturais entre esses povos. Não apenas Portugal, mas todas as antigas potências coloniais experimentaram esse tipo de situação durante o Colonialismo e o Neocolonialismo, e vêm vivenciando algo similar recentemente: um regresso dos descendentes desses indivíduos às nações de seus pais, avós, ou ancestrais mais longínquos. Esse fenômeno é uma das tendências das migrações internacionais atuais, tendo como exemplo a emigração de sul-africanos brancos para países de seus ancestrais como Reino Unido, Países Baixos e França – entre 1995 e 2005, cerca de um milhão de sul-africanos brancos deixaram o país (AARDT, 2006) – ou ainda emigrações do Brasil, de luso-brasileiros e ítalo-brasileiros, uma vez que parte considerável da população do país tem direito à nacionalidade nesses dois países de destino.

À guisa de uma sumarização, as quatro teorias apresentadas e que, grosso modo, explicam a origem de fluxos migratórios podem ser resumidas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Resumo das Teorias sobre o Início das Migrações Internacionais

Teorias sobre o Início das Migrações Internacionais
-1ª) Explicação Neoclássica:
• Perspectiva Micro;
• Perspectiva Macro.
- 2ª) Nova Economia das Migrações Laborais:
• Seguros agrícolas;
• Mercados de futuro;
• Seguros-desemprego;
• Mercados de capitais.
- 3ª) Dual do Mercado de Trabalho:
• Fatores de Push/Repulsão;
• Fatores de Pull/Atração;

• Etiquetas Sociais em trabalhos. - **4ª) Sistema-Mundial:** • Globalização Pós-II Guerra Mundial; • Desigualdades Desenvolvidos x Subdesenvolvidos; • Fuga de Cérebros; • Conexão Histórica entre Países.

Fonte: organizado pelo autor a partir de Barricarte (2010).

Entretanto, os fatores que explicam o início desses fluxos não dão conta de explicar a forma com que eles se consolidam e em muitos casos, se mantém constantes mesmo em momentos que podem ser considerados como inapropriados para migração. Isso porque, em certos casos, os fatores que motivaram o início dos fluxos acabam se extinguindo, porém, o movimento migratório segue intenso, ou ainda se intensifica mais. Mais uma vez temos a relação Portugal-Brasil servindo como exemplo, pois o auge desse deslocamento populacional ocorreu justamente num período em que o Brasil já era um país independente e na década subsequente à Proclamação da República, período marcado pela Lusofobia, ou seja, de maior rejeição aos imigrantes lusitanos. Igualmente, houve um novo momento de ressurgimento desse fluxo nos pós II Guerra Mundial, quando havia uma série de Leis anti-imigracionistas, questão que será mais bem tratada ao longo da presente dissertação. Nesse caso, o esforço colonial já havia acabado e permaneciam dispositivos legais que dificultavam a vida desses indivíduos, o que faz gerar o seguinte questionamento: por que o fluxo se manteve constante e chegou a apresentar aumento nos períodos destacados? Essa resposta perpassa por teorias sobre a perpetuação dos fluxos migratórios internacionais, também presente no estudo de Barricarte (2010), sendo elas também quatro outras teorias.

A primeira delas se chama *Rede de Contatos*. Tal teoria é sem dúvida a mais complexa de se investigar e mensurar o seu peso, devido ao seu caráter abstrato e subjetivo. Ela se refere às relações humanas, redes sociais que se formam e favorecem os deslocamentos humanos, de maneira que mesmo em períodos adversos às migrações, que tanto os fatores de repulsão se atenuem e os de atração piorem (como melhorias econômicas no país de saída e crise no de chegada), os fluxos se mantém estáveis, pois esses laços permanecem firmes.

> As redes de migrantes são conjuntos de vínculos interpessoais que conectam emigrantes, emigrantes retornados ou potenciais emigrantes com parentes, amigos ou compatriotas, sejam eles no país de origem ou no do destino. A teoria das redes de contatos assegura que, uma vez iniciados os primeiros fluxos migratórios, se estabelecem algumas relações interpessoais que

> aumentam a probabilidade de novas migrações porque abaixam o custo e o risco de emigrar. As redes transmitem informação e proporcionam assistência econômica, alojamento e ajuda humana, o que facilita a emigração ao reduzir os custos e a incerteza que habitualmente a acompanham (BARRICARTE, 2010, p. 31).

Dessa forma, um indivíduo inaugura uma rota de imigração e a partir dele outros que possuem algum vínculo com esse colonizador original se sentem confortáveis a emigrarem para o mesmo destino, e por sua vez também realizam o mesmo processo de atrair outros indivíduos. O primeiro a realizar emigração serve como um testador, quase como um desbravador, analisando as chances de êxito, os custos, as oportunidades de trabalho e avaliando se vale a pena realizar o deslocamento. Uma vez analisados e aprovados esses fatores, esse imigrante inaugural, após se estabelecer, passa chamar indivíduos com algum grau de proximidade e, a partir disso, surge uma rede, uma estrutura firme e atrativa. Além de atrair indivíduos que talvez não tivessem tal destino como objetivo, ele serve como um "paraquedas" para novos imigrantes, pois em caso de dificuldades, ao chegarem no novo país, eles poderão contar com ajuda de seus compatriotas. Esse vínculo é tão importante que em certos casos chega a atrair indivíduos que sequer desejariam emigrar para qualquer lugar.

Essa estruturação em redes acaba formando comunidades de imigrantes, o que favorece a adaptação desses indivíduos, ajudando a eliminar problemas que tradicionalmente os imigrantes enfrentam, seja a adaptação à nova cultura, à dificuldade de se assentar, de arrumar emprego ou fonte de renda no desconhecido. Pelo sistema de indicações se torna mais fácil preservar costumes e hábitos do país natal, pois mantem-se proximidade com pessoas que compartilham esses aspectos culturais. Na medida em que for maior o abismo cultural entre os países envolvidos em tal processo migratório, maior será a importância do estabelecimento das redes de solidariedade. A consolidação de um fluxo migratório está associada à reprodução desses laços, "uma vez que o número de contatos de uma região alcança um nível adequado, a emigração se perpetua" (BARRICARTE, 2010, p. 32).

Isso fica nítido ao observarmos casos de verdadeiras colônias numerosas de imigrantes originárias de um país multicultural e de grande território e que são oriundos de uma mesma cidade. Barricarte (2010, p. 32) cita um exemplo que ilustra bem essa condição: "não é casualidade que 70% dos chineses que residiam na Espanha no ano de 2008 procedam da mesma cidade (Qingtian, uma localidade de apenas 300.000 habitantes)". Assim, fica evidente que não se trata de uma mera coincidência, além de

China e Espanha não serem países com algum tipo de aproximação cultural e histórica significativa, o primeiro país tem uma vastidão territorial. Fica explícito existe uma rede de contatos entre chineses oriundos dessa cidade que consolidou um fluxo para o país europeu

Já a segunda é a teoria das *Instituições*, que sustenta que após um fluxo migratório ter sido iniciado e esse movimento trouxer algum tipo de benefício para a economia, para a sociedade ou para alguma empresa, surgem organizações e instituições públicas e/ou privadas, até mesmo o Governo do país em um dos extremos, que tratam de manter esses fluxos constantes mesmo em períodos em que circunstâncias específicas poderiam sugerir a diminuição deles.

Geralmente países com vazios demográficos, em expansão industrial ou urbana, têm demandas populacionais imediatas, principalmente para mão de obra. Assim, o Estado ou ainda empresas privadas atuam diretamente facilitando as entradas. Um outro exemplo é o do período das políticas pró-imigração europeia no Brasil durante o projeto eugenista de embranquecimento populacional do Estado brasileiro, ao final do século XIX. Naquele momento houve tanto um esforço público como também privado de cafeicultores do Sudeste e do Sul para a vinda desses indivíduos. No outro extremo desse processo também se observou *Concelhos portugueses* e *Comunas italianas* "vendendo" lotes de pessoas para esses cafeicultores interessados em ter agricultores brancos. Ou seja, enquanto essas localidades possuíam grandes ofertas de mão-de-obra jovem e problemas como falta de orçamento público, em certos casos fome e uma desproporção entre o número de habitantes e o de terras agricultáveis disponíveis, havia do outro lado do Atlântico um interesse nesses indivíduos. Assim, instituições de ambos os lados colaboraram para que esse fluxo se mantivesse intenso.

A terceira teoria abordada por Barricarte é a da *Causa Cumulativa*. Como o próprio nome sugere, ela não aborda apenas um elemento, mas sim um somatório deles, a combinação de uma infinidade de fatores é responsável por consolidar fluxos migratórios, como a expansão da rede de contatos, a distribuição de renda, distribuição de terra, de organização de produção no país de destino, de etiquetas sociais (ou seja, atividades laborais que são majoritariamente desempenhadas por imigrantes, que acabam sendo associadas a eles) e um fator mais complexo: a cultura de emigração. Sobre a cultura de emigração, o autor diz:

> quanto mais habitual se faz a emigração em uma determinada comunidade, mais se alteramos valores e as percepções em uma determinada comunidade, de tal maneira que aumenta a probabilidade de futuras emigrações. Ainda que

> os emigrantes tenham decidido sair de seu país com a intenção de voltar, o contato com a nova sociedade os faz adquirir novos padrões de consumo e estilos de vida muito difíceis de satisfazer em suas comunidades de origem. Dessa maneira, há muitos emigrantes que, quando regressam a suas comunidades de origem, prensam novamente em voltar a emigrar. Nas comunidades onde boa parte da população foi para o estrangeiro para tentar enriquecer pode chegar a formar parte dos valores da comunidade. Para muitos jovens, emigrar pode chegar a ser como um rito de passagem, ou prova e quem não o faz são socialmente malvistos (BARRICARTE, 2010, p. 34).

Essa concepção da incorporação da migração como valor social se aproxima da máxima de Godinho (1978 *apud* GÓIS *et al*, 2017) anteriormente citada, pois de fato a migração estrutura a sociedade portuguesa, de maneira que ela pode ser considerada um fator cultural desse povo, que foi iniciada no Século XV e se perpetuou até o presente. Isso se mostra verídico em momentos de crescimento econômico do país, pois ainda em momentos como esse, as taxas de emigração se mantêm elevadas. Um exemplo disso foi o ano de 2021, pois mesmo Portugal tendo sido um dos países economicamente menos afetados pela Covid, o país registrou um aumento das emigrações, sendo o país da Europa Ocidental o que mais teve saídas nesse ano, de forma que o país alcançou a significativa marca de 20% dos portugueses vivendo fora do território nacional, sendo o 20º país do mundo com mais pessoas emigradas face ao número de residentes (ALBUQUERQUE, 2022) – tal histórico de altas e constantes taxas de emigrações será abordado no capítulo a seguir.

A última teoria descrita por Barricarte é a dos *Sistemas Migratórios*, a qual afirma que a consolidação de fluxos migratórios está atrelada à materialização delas no espaço, já que tais processos adquirem forma geográfica e estrutural. É possível citar como exemplos os bairros chineses, judeus, árabes, japonese etc., que existem em diversas grandes metrópoles pelo mundo. É como se um fluxo migratório permitisse criar um território imigrante dentro de outro território dos nativos, de maneira que esse novo espaço se mantenha atrativo para novos imigrantes.

A seguir, apresentamos o Quadro 2, com uma sumarização das quatro teorias apresentadas, as quais tentam explicar a manutenção de fluxos migratórios.

Quadro 2 - Perpetuação das Migrações Internacionais

Perpetuação das Migrações Internacionais
- 1ª) Redes de Contatos:

• Relações Humanas
• Redes Sociais
- 2ª) Instituições:
• Públicas/Estado
• Privadas/Não-governamentais
- 3ª) Causa Cumulativa:
• Rede de Contatos
• Distribuição de Terras
• Organização de produção
• Etiquetas Sociais
• Distribuição de Renda
• Cultura Migratória
- 4ª) Sistemas Migratórios:
• Forma Estrutural
• Forma Geográfica

Fonte: organizado pelo autor a partir de Barricarte (2010).

Assim, a partir dessas teorias que tratam tanto da origem como da perpetuação dos fluxos migratórios, será possível estudar o caso português e compreender fenômenos relativos a determinados recortes temporais.

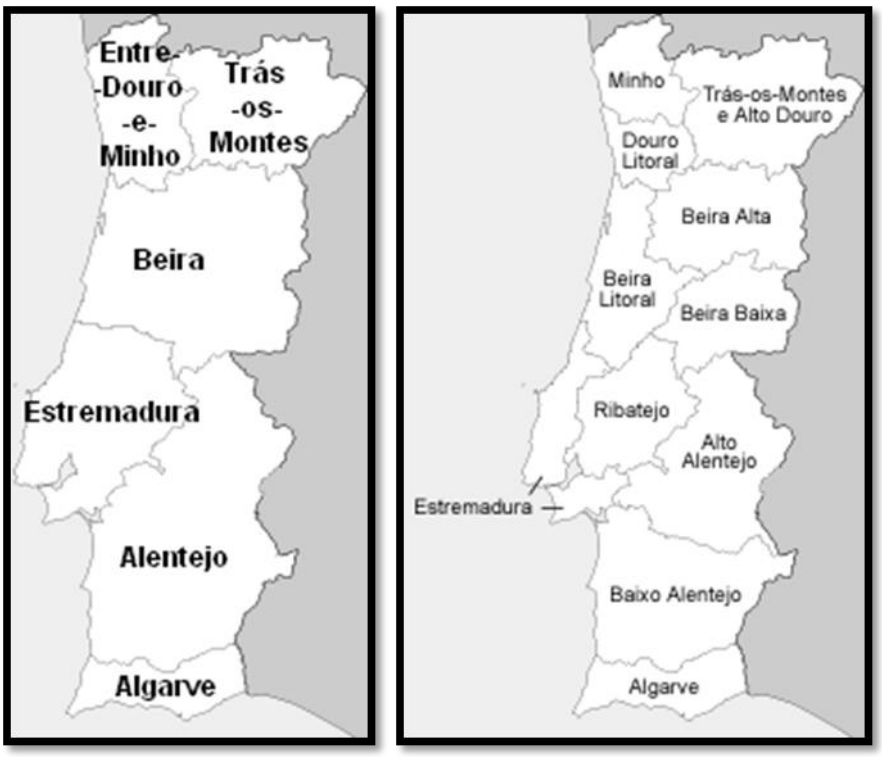
6 **A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: DO BRASIL COLONIAL AO IMPERIAL**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os processos responsáveis por desencadear as migrações portuguesas a partir do Século XV, bem como especificar no tempo e no espaço os principais fluxos estabelecidos a partir da saída de Portugal.

6.1 **Regionalizações e Divisões Administrativas de Portugal**

A fim possibilitar um maior entendimento a respeito do espaço que se pretende estudar neste trabalho, o território português, é preciso definir de maneira mais precisa o que de fato é "Trás-os-Montes e Alto Douro" ou "Minho", por exemplo, haja vista que para os brasileiros pode soar estranho falar em Províncias Históricas, já que não há uma regionalização semelhante no Brasil. Para isso, é preciso recorrer a uma reconstrução histórica.

Figura 3 - Mapa das Comarcas, do Séc. XV; e das Províncias Históricas, de 1936



Fonte: Plataforma Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Provincias_Portugal_legenda.png. Acesso em: 07 de março de 2024.

Apesar de ter se consolidado como o primeiro Estado Moderno do Mundo após a Revolução de Avis, em 1385, Portugal somente começou a ter uma organização administrativa efetiva após o término da guerra contra o Reino de Castela, no ano de 1400, fato esse que estabeleceu definitivamente a independência lusitana em relação ao reino vizinho e possibilitou estabelecer o território nacional. Assim, no século XV o

país teve sua primeira regionalização: a divisão em 6 grandes divisões tradicionais chamadas de “comarcas”, que perduraram até o final do Século XVI, quando passaram a se chamar “províncias” e assim são conhecidas até hoje. Essas regiões seguiam basicamente critérios históricos e culturais, e sofreram alterações ao longo dos anos, passando de 6 para 10 em 1832, e para 11 em 1936, conforme mostra a Figura 3.

Porém, ainda em 1959, a divisão administrativa principal do país passa a ser por distritos – vide a Figura 4. Apesar de terem sido oficialmente extintas em 1976, ainda constituem uma regionalização viva para a população até os dias atuais, sendo a mais utilizada e sua última divisão, a de 1936 ainda é ensinada em escolas e passada às novas gerações. Habitualmente é usada para se referir às “pronúncias” (sotaques) do país, ou festejos e manifestações culturais, já que cada província guarda até hoje uma série de especificidades que as diferem entre si.

Por conta do fato dos limites dos distritos não coincidirem com as das províncias históricas (vide a Figura 5) é comum que haja uma série de confusões entre os próprios portugueses que em alguns casos acabam confundindo a província ou distrito que seus concelhos ou vilas integram, especialmente aqueles indivíduos que são de áreas limítrofes.

Figura 4 - Mapa dos Distritos de Portugal

Fonte: Plataforma Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portuguese_Districts_Map_With_Names.svg. Acesso: 12 mar. 2024

Figura 5 - Províncias Históricas (do Norte português) sobre os Distritos

Fonte: Sitio da Educação. Disponível em: https://www.sitiodaeducacao.pt/2014/01/conhecer-portugal-beira-interior.html?spref=pi.
Acesso em: 07 mar. 2024.

Em resumo, pode-se estabelecer o seguinte comparativo:

Portugal x Brasil:

- Províncias Históricas = Regiões Geoeconômicas de Pedro Geiger (no sentido de não seguirem os limites dos Distritos/Estados, porém, o que difere é que no caso português, o critério é cultural) – vide GEIGER (1969);
- Regiões = Regiões – em Portugal (Norte, Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Centro, Algarve, Autônoma da Madeira e Autônoma dos Açores);
- Distritos = Estados;
- Concelhos e Vilas = Municípios;
- Freguesias e Aldeias = Distritos.

6.2 **Emigração Histórica Portuguesa no Mundo**

O subcapítulo tem por proposta apresentar um histórico das migrações portuguesas dos seus primórdios, no Século XV, até o final do Século XX.

6.2.1 As origens do processo de emigração portuguesa

Historicamente, o povo português é marcado por saídas, por fluxos emigratórios e pela necessidade de buscar a sobrevivência além dos limites territoriais do país. Porém, é necessário traçar um marco para ter como referência o início desse processo histórico. Segundo Joel Serrão (1970, *apud* GÓIS *et al*, 2017, p. 6) “a emigração portuguesa teve início com a colonização da Madeira em 1425”. Dessa forma, ainda que a Península Ibérica tenha sido um local de grandes deslocamentos populacionais desde o final do primeiro milênio, em decorrência da Conquista Muçulmana em 711 d. C. e das batalhas que a sucederam, pode-se afirmar que foi a experiência colonizadora da Ilha da Madeira o momento que consolidou uma preponderância dos movimentos de saída de Portugal em detrimento das entradas. A ocupação da Madeira foi baseada na intenção de ter um entreposto no oceano, próximo à África e em meio a rotas marítimas utilizadas para a pesca e comércio em geral, uma área estratégica para a coroa portuguesa.

Tal experiência é tida não somente como algo inédito para uma potência europeia, mas também é tratada como um embrião do modelo colonial que se desenvolveu a partir do século XVI em territórios nos continentes americano e africano. Essa colonização se tratou de um laboratório para que Portugal desenvolvesse estratégias e um modelo de colonização que depois seria aplicado nesses territórios, com destaque para o sistema de capitanias hereditárias e de sesmarias, que foi aplicado primeiro na Madeira com um certo sucesso, e depois replicado na colônia do Brasil, mas sem a mesma efetividade.

Porém, havia uma diferença entre a Madeira e as futuras colônias: o fato de a ilha ser uma terra inabitada. Isso em parte facilitou a entrada portuguesa e o domínio do território, já que não havia população nativa oferecendo resistência, mas por outro lado a falta de mão-de-obra foi um desafio que somente pôde ser superado com um grande esforço demográfico do Estado. Naquele momento, o Reino de Portugal passou a estimular intensamente a ida de famílias portuguesas, principalmente interioranas, para a ilha do Atlântico. Esse estímulo inaugura o processo que será esclarecido ao longo do presente subcapítulo.

6.2.2 A diáspora judia

Ainda no século XV, um outro evento resultou no início de um processo de saídas de Portugal, trata-se da Diáspora dos Judeus Portugueses. Isso ocorreu a partir de 1497, quando a população judaica do país foi forçada a se converter ao cristianismo. Ao longo do século XVI as conversões forçadas crescendo, devido à criação da Santa Inquisição a partir de 1536, que tornou mais comuns as perseguições e a violência contra esses indivíduos. Porém, com grande resistência a se tornarem Cristãos-novos, uma parte dessa população judia acabou decidindo emigrar para locais onde consideravam que teriam uma maior liberdade religiosa.

É importante destacar que Portugal havia recebido um grande número de judeus vindo de outras regiões da Europa, desde meados do século XIII até o final do século XV, pois o país apresentava condições de segurança para essa população significativamente melhores do que reinos vizinhos da Europa. Os judeus viviam quase como nômades, eram um povo sem território e não costumavam se fixar por gerações

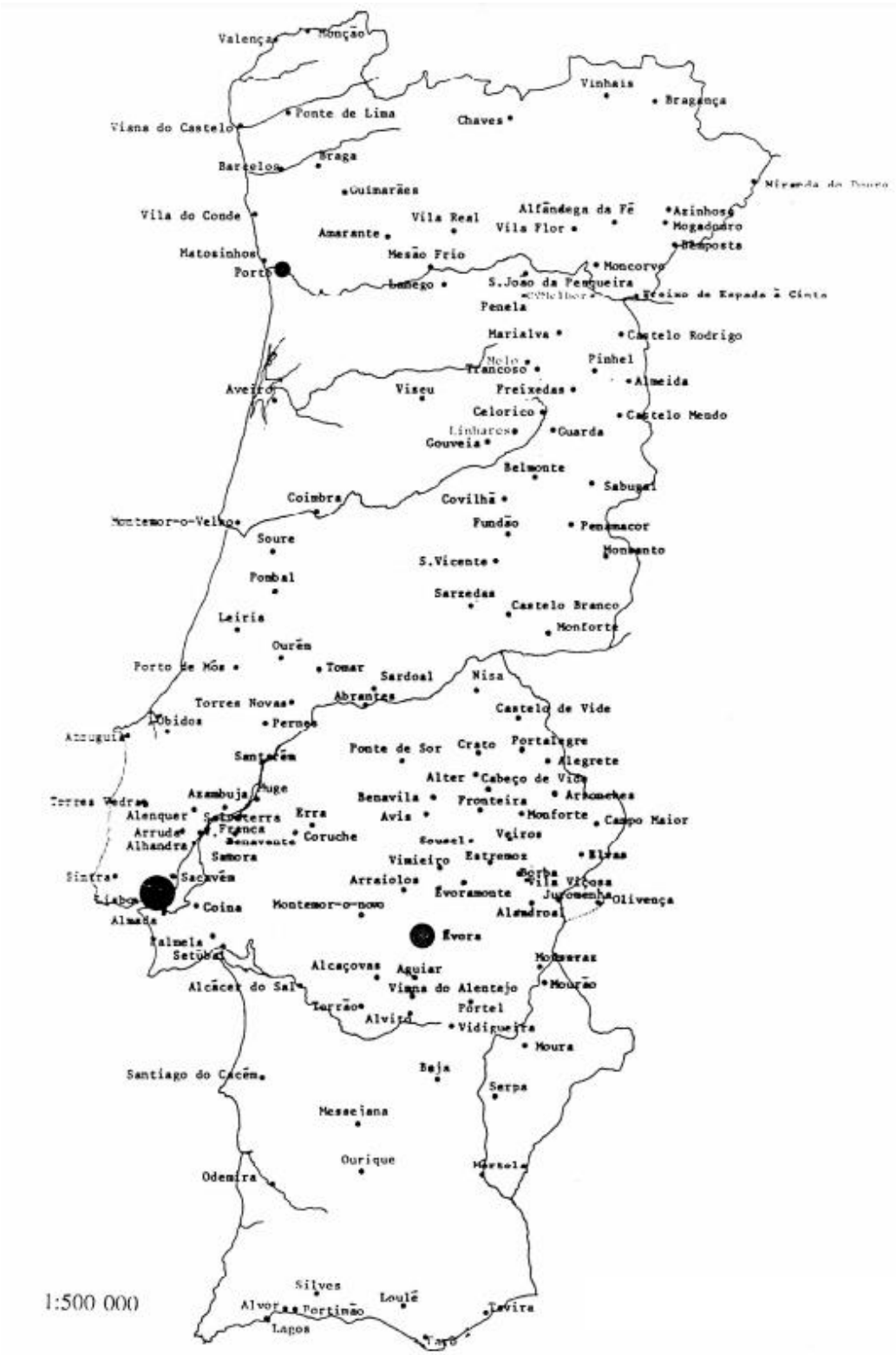
num mesmo território. Com o surgimento do Estado português, houve a possibilidade desses indivíduos se fixarem em segurança, uma vez que nos primeiros anos do Estado Nacional de Portugal havia medidas protetivas a essa comunidade, de forma que houve uma grande imigração de judeus em Portugal ao longo desse período. Segundo Sousa (2007),

> com o surgimento do Estado português no século XII, os primeiros reis manifestaram políticas de proteção à população judaica. Ao longo dos cincos primeiros governos, pode se constatar uma proteção efetiva. Os judeus, protegidos por ordenações reais, possuíram até consideráveis privilégios. No governo de Sancho II (1223-1248) eles ocuparam cargos oficiais devido a suas habilidades em finanças; D. Diniz (1279-1325) cumpriu acordos com judeus de Bragança por causa da alta taxação de impostos cobrados; já D. Afonso IV (1325-1357) 20 corroborou, em 1335, a lei que obrigava os judeus a usarem um distintivo; D. Pedro I (1357- 1367) impôs severas penas à usura, mas os judeus continuaram acumulando fortunas; com D. Fernando (1367-1383), ocorreu um período de muita conturbação para com a comunidade judaica, mas a situação se alterou quando D. João, Mestre de Avis, foi proclamado rei em 1385. A partir deste ano, houve um período de bonança para os judeus (SOUSA, 2007, pp. 19-20).

Essas maiores proteções de Portugal proporcionaram um grande aumento no número de judeus no jovem país em poucos séculos. A prova disso é o grande crescimento de judiarias (comunas judaicas que eram fundadas a partir de 10 famílias, algo como aldeias) em Portugal no período. Naquele momento, Portugal contava com 139 judiarias – vide a Figura 6 –, sendo 56 no Alentejo, 26 na Beira, 25 na Estremadura, 14 em Trás-os-Montes, 11 no Entre-Douro-e-Minho e 7 no Algarve (SERRÃO e OLIVEIRA MARQUES, 1987).

Por se tratar de um longo período que atravessou gerações que se fixaram em solo lusitano, é possível afirmar que esses judeus eram de fato portugueses. Ainda que pareça uma constatação óbvia, não é, pois na maioria dos territórios europeus esses indivíduos eram tratados como imigrantes, ainda que tenham nascido nessas localidades. Portanto, ao serem expulsos, estamos tratando da saída de nacionais portugueses e não de meros imigrantes temporários. Esses indivíduos, ainda que tendo a cultura judaica como preponderante em suas vidas, também assimilaram a cultura portuguesa, incluindo o idioma, e ao emigrarem levaram esses valores.

Figura 6 - Judiarias portuguesas



Fonte: TAVARES, 1982, p. 75

O destino desses indivíduos acabou sendo países e regiões da Europa onde a Igreja Católica não possuía tanta influência e, por conseguinte, a Santa Inquisição acabou não chegando, ou ao menos não conseguiu efetivamente realizar conversões forçadas e perseguições contra judeus. Assim, localidades como os Países Baixos foram o destino de milhares deles.

Porém, ainda havia o temor que eventualmente ocorressem novas expulsões. Os judeus passaram centenas de anos migrando ao longo do continente europeu, sendo expulsos ou perseguidos recorrentemente, então ainda que contassem com uma certa segurança no país, de forma que muitos judeus se tornaram figuras de prestígio, especialmente em Amsterdam, esse grupo ainda buscava uma maior liberdade religiosa. Assim, surgiu a hipótese de emigrarem novamente para um território holandês na América do Sul, a Nova Holanda, atualmente o extremo nordeste brasileiro. Porém, a estadia dos judeus portugueses em solo sul-americano não durou muito, pois com a conquista ibérica da região, houve uma expulsão dos holandeses. Boa parte deles não quiseram retornar para a Europa, preferindo assim se transferirem para a América do Norte ajudando na expansão e no comércio da Nova Amsterdam [vide a Figura 7], hoje a Cidade de Nova Iorque (SERRÃO, 1976).

Figura 7 - Pintura retratando a Nova Amsterdam

Fonte: VINGBOONS, J. (1664).

Com o crescimento das colônias inglesas na América do Norte, a promessa de uma nova vida num território de terras abundantes e com uma liberdade religiosa raríssima no continente europeu, inicia-se um processo de emigração de toda a Europa para essas colônias, especialmente para as mais ao norte, devido ao modelo econômico pautado na agricultura de subsistência, pequenas propriedades e um acesso à terra muito mais facilitado que nas colônias inglesas do sul, e principalmente em relação ao que hoje compreende-se como América Latina. Com portugueses não foi diferente.

Ainda que o Brasil apresentasse uma maior facilidade de adaptação para esses indivíduos, por razões óbvias, muitos portugueses acabaram optando desde o Século XVII pelas colônias inglesas do Norte, justamente pelo Brasil ter uma política de concentração fundiária e um acesso à terra extremamente restrito a uma camada da população portuguesa, o que contrastava muito com essa região. Sendo assim, principalmente a região conhecida como Nova Inglaterra (a metade ao mais ao norte das Colônias do Norte) foi o principal polo de atração de imigrantes lusitanos no continente americano, fora o Brasil. O estado que mais recebeu lusitanos foi Massachusetts – sendo até hoje o segundo estado com maior percentual de portugueses e luso-americanos da América do Norte, atrás apenas de Rhode Island e perdendo em números absolutos somente para a Califórnia, o estado mais populoso da porção continental.

No pequeno estado vizinho de Rhode Island também houve a formação de uma importante comunidade portuária em 1639, composta sobretudo por judeus portugueses e espanhóis fugidos da Inquisição. Ao longo do século XVIII, uma grande quantidade de Sinagogas foi erguida em poucos anos, muitas delas ainda existentes, entre elas a primeira dos Estados Unidos e a segunda Congregação Judia mais antiga do país. Em outras localidades permissivas aos judeus ainda era restrito manifestação religiosa, ou seja, eles podiam viver em meio aos cristãos sem serem perseguidos, desenvolver comércio, mas muitas vezes encontravam dificuldades para professar sua fé. Não era o caso em Newport, não à toa a cidade foi apelidada de Capital Mundial da Tolerância Religiosa. Sua fama positiva acabou servindo para atrair ainda mais indivíduos.

Entre os fundadores da primeira Sinagoga estava o judeu português Aaron Lopez. Sua vida antes da emigração era um retrato bastante comum dos judeus portugueses àquela altura. Nascido em Lisboa em 1731 como Duarte Lopez, pertencia a uma família de Cristãos Novos que professava o catolicismo publicamente, mas em segredo mantinha a religião judaica. Ou seja, para evitar perseguições fingiam terem sido convertidos. Isso mudou ao chegar na América do Norte, onde logo assumiu o

judaísmo e o nome judaico “Aaron”. Segundo Faber (1998), ele tornou-se o mais importante comerciante de Newport a partir do comércio do Óleo de Baleias, e seus derivados, posteriormente tornando-se o maior comerciante e traficante de escravos da Nova Inglaterra, e um dos maiores mercadores marítimos das Américas durante o início da Revolução Americana, chegando a possuir 21 navios negreiros e tendo um papel fundamental para a economia da região.

Com a tradição baleeira emergente, descobriu-se que a matéria cerebral cerosa desses animais, o espermacete ou cetina, poderia ser moldada e cozida, para assim fabricar-se velas muito mais duradouras do que as de cera tradicional. Para um momento da história anterior a invenção da lâmpada incandescente, onde velas eram a forma mais comum de obtenção de luz noturna, a descoberta acabou fazendo com que uma atividade econômica crescesse rapidamente. Assim, a caça às baleias, o comércio do espermacete, dos demais óleos retirados desses animais e dos seus derivados acabou se tornando uma importante atividade para os imigrantes portugueses estabelecidos no nordeste dos EUA. Muitos deles eram oriundos de áreas litorâneas e já carregavam uma experiência com pesca em alto mar.

6.2.3 O estabelecimento de emigrantes portugueses nos E.U.A.

Naquele período, capitães baleeiros, muitos deles portugueses, esbanjavam riquezas em decorrência do sucesso proveniente de tal atividade, que continuava a crescer e a trazer novos indivíduos. E, justamente por estarem próximas a rotas de caça às baleias, Cabo Verde e Açores acabaram cedendo um grande número de habitantes para tal empreitada. Esses indivíduos usavam a caça às baleias como forma de entrada nos EUA, após o término de longas jornadas pelo oceano atlântico, desembarcavam na América e se estabeleciam próximo às zonas portuárias. Os navios de Aaron Lopez saíam da América do Norte carregados de óleo de baleias em direção à Europa, e no regresso passavam pela costa africana do Atlântico para comprarem escravizados. Isso perdurou até a Guerra de Independência dos Estados Unidos, quando a maior parte da frota veleira de Aaron foi destruída e em 1782 o próprio comerciante acabou falecendo num acidente. Essa sucessão de fatos proporcionou uma queda na economia de

Newport, e abriu o caminho para que outra em solo estadunidense pudesse crescer herdando tal atividade econômica e a centralidade na atração de imigrantes lusitanos.

A cidade de New Bedford, em Massachussetts, acabou se tornando um grande porto de veleiros e barcos baleeiros [vide a Figura 8] e consequentemente acabou virando a moradia de muitos portugueses, de forma que as raízes permanecem até hoje. Sendo 40% da população de cerca 95 mil pessoas (segundo o censo de 2010) de ascendência lusitana, a cidade mais portuguesa dos EUA.

Figura 8 - Pintura representando o Porto de New Bedford, em 1854

Fonte: BRADFORD (1854).

Naquele momento, os Estados Unidos já representavam a maior alternativa para imigrantes portugueses em relação ao Brasil. Ainda que a América espanhola apresentasse uma maior proximidade cultural e principalmente linguística, a franca ascensão econômica estadunidense repercutia positivamente em toda a Europa. Além disso, o país continuava em expansão, mesmo já possuindo um vasto território. Em 1808 os EUA realizaram a compra da Lousiana e iniciaram a marcha para oeste. A partir disso passaram a ter o desafio de ocupar uma imensa área pouco povoada.

Para obter êxito nessa missão, a Lei da Propriedade Rural (em inglês, *Homestead Act*) foi criada pelo então presidente Abraham Lincoln no dia 20 de maio de 1862. Tal lei foi uma grandiosa política de distribuição de terras, pois ela concedia a posse de uma propriedade com 160 acres (64 hectares) a qualquer chefe de

família com mais de 21 anos que nunca tivesse participado de algum conflito ou guerra contra os EUA, desde que esse indivíduo e sua família a cultivassem a terra, e desenvolvessem qualquer tipo de agricultura por um período de pelo menos cinco anos. Essa lei acabou proporcionando uma repartição mais justa das terras no país. O modelo pró-desenvolvimento de agricultura familiar de subsistência e as terras tão acessíveis foram uma grande oportunidade para inúmeros camponeses europeus desprovidos de terras ou que possuíssem pequenas propriedades em regiões onde o clima não era tão favorável quanto no Meio-oeste ou no Sul do país. Assim, as políticas de embranquecimento populacional aplicadas nos EUA acabaram sendo extremamente efetivas, uma vez que o governo norte-americano facilitava a chegada de navios vindos da Europa. Estima-se que até o final do Século XIX, 600 mil agricultores e fazendeiros receberam através de tal lei, cerca 80 milhões de acres.

Para além da questão das políticas públicas orientadas para atração de migrantes, o país ainda acabou se tornando o berço da Segunda Revolução Industrial, a partir da descoberta da possibilidade de refino do petróleo naquele momento. Por contar com muitos reservas de petróleo, o país apresentou um rápido crescimento industrial e um processo de crescimento urbano significativo, especialmente no nordeste do país. A abertura de inúmeras fábricas e a construção civil com a expansão de cidade proporcionaram a criação de uma quantidade imensa de postos de emprego. A necessidade por mão-de-obra sobretudo na Costa Leste serviu de atrativo para mais indivíduos. Entre 1820 e 1930, entraram mais de 30 milhões de europeus no país, a maioria pelos portos da região nordeste, especialmente pelo porto da Cidade de Nova Iorque.

Em relação a Portugal acabou não foi diferente, e por esse porto inúmeros lusitanos chegaram ao país. E, muitos deles acabaram se estabelecendo em Newark, a maior cidade de Nova Jérsei, próxima à região portuária de Nova Iorque. A comunidade lusitana de Newark acabou sendo a última a se estabelecer nos EUA, por volta da década de 1910. Formada especialmente por oriundos da Beira Litoral.

A essa altura, o petróleo já havia superado o óleo de baleia em termos de uso e demanda, de forma que os baleeiros passaram a realizar cada vez menos caçadas, necessitando cada vez menos de imigrantes para tais viagens. Entretanto, as indústrias têxteis que se espalharam pelo nordeste dos EUA estavam crescendo, sendo assim, passaram a empregar esses imigrantes. Irlandeses eram maioria na Nova Inglaterra, porém portugueses também eram um componente populacional significativo. Ambos

tiveram um incremento ao final do séc. XIX por motivos semelhantes: a fome causada por pragas em campos nos países natais, sendo uma praga na que exterminou plantações de batatas na Irlanda, e os laranjais nos Açores.

6.2.4 A emigração portuguesa no Século XX

Já no século XX, as saídas do país permanecem altas, mas tiveram oscilações ao longo os anos. Segundo BAGANHA (1994), entre 1900 e 1988 emigraram de Portugal, aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas, sendo que 25% das quais o fizeram ilegalmente. Porém, é importante ressaltar que houve uma clara distinção entre dois ciclos, que por ela são distinguidos da seguinte forma:

> o primeiro é transatlântico, iniciara-se em meados do século passado [Século XIX], irá até aos anos 50; o segundo é intra-europeu e vai dos anos 60 a finais dos anos 70. No total das partidas verificadas até 1960 mais 80% dirigiram-se para as Américas, sendo o fluxo para o Brasil sempre mais volumoso, superior a 80% até 1949 e de 68% na década de 50. No cômputo total, entre 1950 e 1988, 59% fluxo migratório nacional dirigiam-se para a França e para a Alemanha, enquanto 30% se orientaram para o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá (BAGANHA, p. 960, 1994).

O grande marco desse século é a Segundo Guerra Mundial. Durante o período houve desaceleração das saídas, de forma que a década de 1940 acabou sendo um período atípico. Além disso, com o processo de reconstrução da Europa no pós-Guerra, a criação Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE) e sua substituta, a OCDE, que tinha como objetivo ajudar a administrar o Plano Marshall e consequentemente administrar o investimento estadunidense no continente; e com a criação da Comunidade Econômica Europeia, o continente apresentou uma recuperação econômica significativa. Segundo MARGLIN & SCHOR (1991), os países membro da OCDE tiveram uma taxa de crescimento real do PIB superior a 4% ao ano em média ao longo da década de 1950, e muito próximo dos 5% ao ano de média na década de 1960.

Não à toa o período é comumente chamado de período do *boom* econômico ou ainda pelo apelido de Era de Ouro do capitalismo, por conta da pujança econômica de importantes nações capitalistas. Esse período se estendeu até o colapso dos acordos de Bretton Woods, em 1971, e a crise do petróleo de 1973, quando a economia mundial voltou a enfrentar um novo *crash* da bolsa de valores.

Quanto à França não foi diferente, o período conhecido como *Trente Glorieuses* ou Trinta Anos Gloriosos, em referência aos 30 anos de 1945 a 1975, foi um momento em que o índice de desemprego no país girou em torno de 1.2%, o menor dentre as grandes nações da OCDE. A título de comparação, o desemprego na maior economia do mundo e até então, a maior alternativa ao Brasil, os EUA, girou em torno de 4,8% no período.

Assim, a República Francesa acabou se tornando gradativamente mais atrativa para os lusitanos. Num primeiro momento para a construção civil para a reconstrução do país que havia sido devastado na guerra, e posteriormente com uma diversificação maior de funções. Segundo Almeida (1964), baseado em dados da ONI [*Office National d'Immigration*], havia 20,6 mil portugueses na França em 1949, e entre o censo de 1954 e o de 1962 instalaram-se mais 39 mil, com as migrações de retorno, o número de portugueses no país era de 57,7 mil, em 1962. Ainda segundo o autor, baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística [INE], a França na década de 1950 já era o principal destino dos portugueses na Europa, o principal fora do continente americano e em franca ascensão enquanto os destinos no continente americano apresentavam tendências de queda ao longo dessa década, como pode ser observado a partir dos dados do Quadro 3:

Quadro 3 - Emigração portuguesa segundo os países de destino: 1950-62

Anos	França	Brasil	Venezuela	Outros	TOTAL
1950	319	14.143	3.077	4.353	**21.892**
1951	67	28.104	1.416	4.077	**33.664**
1952	261	41.518	1.668	3.571	**47.018**
1953	414	32.159	3.504	3.609	**39.686**
1954	568	29.943	5.508	4.992	**41.011**
1955	958	18.486	5.718	4.607	**29.796**
1956	772	16.814	3.773	5.658	**27.017**
1957	3.102	19.931	4.324	7.999	**35.356**
1958	4.694	19.829	4.073	5.434	**34.030**
1959	3.542	16.400	3.175	10.341	**33.458**
1960	3.593	12.451	4.026	12.248	**32.318**

1961	5.446	16.073	3.347	8.660	**33.526**
1962	8.245	13.555	3.522	8.217	**33.539**
1950-62	**32.008**	**279.406**	**47.131**	**83.766**	**442.311**

Fonte: ALMEIDA (1964, p. 621).

Além disso, ainda segundo o supracitado autor, os portugueses já representavam o terceiro maior grupo de imigrantes do país, segundo dados da ONI e do censo francês. Apenas países muito mais populosos como Espanha e Itália superavam Portugal, como apontam os dados do Quadro 4 a seguir.

Porém, os dados de saídas de emigrantes portugueses, bem como os de entradas de imigrantes portugueses na França e nos demais países europeus são conflitantes, dependendo das fontes. Os números apontados por instituições francesas e portuguesas são diferentes. Isso porque a migração clandestina cresceu significativamente ao longo dos anos 1950 e 1960. Um dos fatores que possivelmente tenham influenciado foi o fato de muitos jovens lusitanos estarem dispostos a correrem riscos saindo do país para fugirem do serviço obrigatório no exército nas colônias africanas sem passarem a ser desertores.

Quadro 4 - Imigração de trabalhadores permanentes na França segundo as principais naturalidades: 1950-63

Anos	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Outros	TOTAL
1950	72	650	6.083	3.720	**10.525**
1951	260	804	15.919	4.013	**20.996**
1952	472	1.646	27.895	2.737	**32.750**
1953	438	1.681	11.166	2.076	**15.361**
1954	459	1.541	8.523	1.769	**12.292**
1955	949	2.204	14.246	1.630	**19.029**
1956	1.432	8.823	52.782	2.391	**65.428**
1957	4.160	23.096	80.385	4.052	**111.693**
1958	5.054	22.698	51.146	3.920	**32.818**
1959	3.339	14.716	21.262	4.862	**44.179**
1960	4.007	21.413	19.515	3.979	**48.914**
1961	6.716	39.623	23.808	8.780	**78.914**

1962	19.916	63.535	21.516	15.102	**78.927**
1963	24.781	57.768	12.963	20.011	**115.523**
1950-63	**65.055**	**260.198**	**367.209**	**79.042**	**771.504**

Fonte: ALMEIDA (1964, p. 621).

Outro fator que impulsionou as saídas de portugueses no pós-II Guerra Mundial, foi a fuga da ditadura salazarista. A França acabou sendo o país escolhido por muitos opositores ao regime ditatorial de António Oliveira Salazar conhecido como Estado Novo (1993-1974). Possivelmente por ser um país marcado por ideais iluministas, e que era visto como a nação ideologicamente mais distante do fascismo que inspirava o governo português. Por outro lado, a Espanha vivia um regime similar, com a ditadura de General Franco, e o Reino Unido como grande aliado dos EUA durante a Guerra Fria, também adotava medidas anti-esquerda. Na contramão disso, a França ainda parecia seguir os fundamentos democráticos em que a república se baseia. Assim, inúmeros comunistas, anarquistas, líderes e ativistas sindicais, liberais, democratas ou ainda trabalhadores comuns contrários a tal regime escolheram viver em *L'hexagone*.

Anualmente, centenas de portugueses atravessavam a fronteira com a Espanha, seguiam rumo à França via cordilheira dos Pirineus [vide a Figura 9] e se arriscavam por trilhas e rotas que eram criadas pelos próprios emigrantes, em meio a um terreno acidentado, enfrentando temperaturas baixíssimas em função da altitude (passando dos 3 mil metros em diversos pontos), além de enfrentarem grandes distâncias e a fome durante o percurso. Segundo Almeida,

> exprimindo a emigração não-oficial em percentagem da emigração global oficial, encontra-se 8,8% para 1960, já 15,0% no ano seguinte e 25,4% em 1962, quando essa relação era de 2,6% no conjunto dos sete primeiros anos do decênio (e de 6,7% para a totalidade deste). (ALMEIDA, 1964, pp. 609-610).

Figura 9 - Travessia clandestina de portugueses pelos Pirineus - 1965

Fonte: BLONCOURT (1965).

A emigração pra França se consolidou e foi um importante fluxo durante todo o Século XX, sendo hoje o país com o maior número absoluto de portugueses vivendo no estrangeiro no mundo. Assim, hoje existem 598.500 portugueses na França, segundo dados de Portugal, a partir do Observatório da Emigração [OEm], de 2021 (PAÍSES, c. 2022). Entretanto, segundo dados do censo francês de 2013, eram 644.206 os portugueses vivendo na França e havia mais 1,72 milhões de pessoas com ascendência portuguesa no país.

Para além, é importante destacar dois acontecimentos ocorridos no último quarto do século XX que fizeram as saídas de Portugal num primeiro momento diminuírem, e posteriormente voltarem a crescer. Em 1974, a emigração sofreu uma queda devido à Revolução dos Cravos, quando em 25 de abril daquele ano o Movimento das Forças Armadas (MFA), com forte apoio de movimentos populares, depuseram o regime ditatorial no país, pondo fim ao Estado Novo, acarretando a dissolução do Império Ultramarino Português, o fim da Guerra Colonial e a independência de vários países africanos lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe, bem como houve a instauração de um regime democrático de forte orientação

socialista em Portugal. Ou seja, diversos fatores de *push* foram extintos em um curto período: Portugal deixou de perder indivíduos por conta da fuga da repressão, da ditadura e pelo medo do serviço forçado nas colônias, especialmente em Angola. Por essa razão, a emigração sofre um sensível declínio por uma década.

Porém, em 1986, Portugal é aceito na Comunidade Econômica Europeia, que um ano antes havia convencionado o Tratado de Schengen – acordo entre países europeus de abertura das fronteiras para a livre-circulação de pessoas entre os países signatários. Ou seja, Portugal passa a integrar a CEE num momento em que, segundo Piovesan (2000), havia o desejo de se criar um território contínuo na Europa, suprimindo gradualmente o controle fronteiriço. Dessa forma, é possível entender que houve um estímulo aos deslocamentos populacionais. Por essa razão, as taxas de saídas de Portugal voltaram a crescer a partir do final da década de 1980.

> A emigração portuguesa tem sido uma constante desde a II Guerra Mundial, embora com intensidade variável. Um primeiro pico de grande intensidade foi atingido no final dos anos 60, princípios da década de 1970. Depois de um curto interregno na década que se seguiu à Revolução de 1974, voltou a crescer de forma gradual e continuada, embora a níveis muito mais baixos do que no passado recente, em consequência da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986. A liberdade de circulação no espaço europeu, entretanto alargada aos países da EFTA, explica esta retoma. De 1974 aos primeiros anos do novo século, Portugal foi, sobretudo, em termos de fluxos, um país de imigração (PIRES *et al*., 2015, p. 29).

A situação descrita se mantém durante a década de 1990, e mais que isso, com a evolução da CEE para União Europeia, a união monetária e a maior integração entre os países integrantes do bloco, houve uma ampliação das taxas de emigração, o que será abordado no próximo capítulo.

6.3 **O processo histórico das migrações portuguesas para o Brasil**

Em se tratando do processo histórico das emigrações de Portugal para o Brasil, é fundamental trabalhá-lo em ciclos, pois houve diversos marcos que acarretaram mudanças no ritmo desses fluxos. Deste modo, buscaremos ordenar o processo histórico arbitrando períodos específicos que vão do chamado “descobrimento” a meados do

Século XX, momento da última grande onda de deslocamento de portugueses para o Brasil.

6.3.1. Os primórdios da presença portuguesa no Brasil:

O senso comum tende a apontar o dia 22 de abril de 1500 como a data de início para esse processo, trata-se do que popularmente é chamado de "Descobrimento" do Brasil, que na realidade marca apenas a chegada da armada comandada por Pedro Álvares Cabral ao que atualmente é conhecido como município de Porto Seguro, no litoral sul da Bahia. Porém, ainda que a presença portuguesa em solo brasileiro tenha acontecido no último ano do século XV, é quase consenso entre historiadores que não houve um esforço colonial naquele momento. Portugal tinha outra prioridade: o oriente. Segundo Maranhão (2019),

> nas primeiras décadas que seguiram à "tomada de posse" do Brasil por Cabral, a atitude portuguesa foi de quase abandono ou relativo desinteresse pela nova terra. Nesse momento, interessavam mais a Portugal as Índias Orientais, ricas em especiarias e manufaturas de luxo, generosas nas suas ofertas ao comércio. O Oriente era densamente povoado: constituía-se de civilizações que haviam vivido muitos séculos afastados das determinações europeias; o ocidental visava agora integrá-las, como mercados, à sua expansão comercial. Para tanto, considerava-se necessário impor-se àquelas populações, dominá-las e subordiná-las a seus desígnios. Homens e somas em quantidade eram imprescindíveis, tanto para a imposição do domínio militar e combate aos árabes e aos potentados indianos, quanto para a montagem de uma administração nas regiões que iam sendo abertas ao comércio. Por isso mesmo poucos recursos sobrariam para o Brasil, escassamente povoado por homens que poucas coisas faziam ou produziam de interesse maior para os lusos. Não possuíam excedentes comerciáveis em escala, e embora o país tivesse riquezas naturais, terra e água em abundância, o seu aproveitamento exigia trabalho. Tudo isso determinaria a atitude de relativo descaso de Portugal com relação ao Brasil (MARANHÃO, 2019, pp. 26-27).

Sendo assim, o pequeno país com uma população limitada não poderia dar-se ao luxo de dividir a atenção entre dois extremos, de a leste e a oeste, ainda mais sendo o Brasil uma terra que até então não oferecesse possibilidades de lucro a curto prazo e uma população nativa que poderia oferecer grande resistência. Porém, ainda segundo o supracitado autor, isso começou a mudar com os relatos de sucesso do Reino da

Espanha na conquista dos territórios que hoje compõem o México, grosso modo. Em 1520 ocorre a destruição do Império Asteca a partir do assassinato do *Tlatoani* (imperador) Moctezuma II e, com isso, a expedição de Hernán Cortés, entre 1521 e 1529, passa a explorar e tomar posse das minas de ouro que antes pertenciam aos nativos. Tais relatos passaram a correr por toda a Europa, de forma que se cria a lenda do Eldorado, o príncipe que se vestia de ouro e o Lago Parima na cidade de Manoa no Peru; além das lendas envolvendo o Rei Branco e sua Montanha de Prata em Potosí, ambos conquistados por Francisco Pizarro. Assim, essas histórias passam a instigar a ambição de centenas de navegadores europeus, bem como dos reinos, como o de Portugal.

Um outro fator que acabou fazendo crescer o interesse pela manutenção do território na América do Sul por Portugal, segundo Maranhão (2019), foi o fato de que a presença francesa nas costas do Brasil se tornava frequente, após os franceses centralizarem o poder, unificarem o seu território e iniciarem uma expansão ultramarina. Assim, essa soma de fatores leva Portugal a organizar sua primeira expedição para colonização do território brasileiro, a expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530. Saindo de Portugal a 3 de dezembro daquele na com 5 navios e 400 tripulantes, seria possível afirmar que esse fato representou o início da emigração portuguesa para o Brasil.

Nos 150 anos seguintes Portugal (e durante 60 anos, entre 1580 e 1640 a União Ibérica[1]) gradualmente foi ocupando o território brasileiro, com o sistema de Entradas e de Bandeiras, que visavam encontrar metais preciosos e escravizar indígenas. Essas expedições acabaram interiorizando a colonização que até então era estritamente litorânea, com algumas expedições fluviais como exceção. Um fato relevante ocorrido no período foi a expansão do território do Brasil, uma vez que com a unificação dos Reinos de Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas acabou perdendo sua validade, e com isso as expedições brasileiras acabaram atravessando a linha que determinava o que até então pertencia a Portugal. Com a dissolução da União Ibérica em 1640 e a restauração do Reino de Portugal e dos Algarves, os avanços da colônia brasileira foram mantidos e posteriormente confirmados, em 1750, com o Tratado de Madrid. Até a última década do século XVII não houve um abrupto crescimento populacional do país.

[1] Período da Dinastia Filipina (1580-1640) no qual o Rei de Espanha era simultaneamente o Rei de Portugal, devido à crise sucessória do trono português e o fim da Dinastia de Avis. Essa unificação das Coroas acabou instituindo a União Ibérica, um reino único dominando toda a península de mesmo nome.

As taxas de emigração rumo ao Brasil eram constantes, com pequenas oscilações pontuais. Além disso o tráfico negreiro ocorria de maneira relativamente pequena, caso comparado ao que ocorreria nos séculos posteriores.

6.3.2. O avanço da presença portuguesa no Brasil no Século XVIII:

Esse cenário mudou completamente com uma descoberta feita por expedicionários lusitanos. Portugal havia financiado as Entradas e Bandeiras, principalmente em busca daquilo que o reino vizinho, a Espanha, havia encontrado rapidamente na América: o ouro. Em 1693, com a descoberta do ouro no Brasil, na região das Minas Gerais, e o início do ciclo da mineração no país, houve o início da chamada Corrida do Ouro, em 1698. A partir dela, a dinâmica econômica da colônia passou a girar em torno da exportação desse metal valioso.

Para a abertura de minas, para a escavação, retirada e transporte do mineral, era necessária uma grande quantidade de mão-de-obra, que rapidamente começou a ser suprida. Se durante mais de 100 anos a lenda do El Dourado na América espanhola correu o continente europeu, havia chegado a hora do "El Dourado da América portuguesa" ser conhecido. A notícia rapidamente se espalhou pelo país, provocando a imigração em massa, o que representou o primeiro grande salto de imigração em solo brasileiro.

Portugueses vindos de todo o país começaram a chegar ao Brasil, em busca das riquezas que tanto eram divulgadas. Porém, foram indivíduos vindos do litoral norte, da antiga província do Entre-Douro-e-Minho (hoje, distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo) e Trás-os-Montes e Alto Douro (atuais Vila Real e Bragança) os que configuravam a maior parte da população migrante. Segundo Godinho (1978 *apud* GÓIS *et al*., 2017), e dados do IBGE (2000), somente entre 1700 e 1760, cerca de 600.000 portugueses se destinaram ao Brasil, contra 300.000 nos primeiros 200 anos de colonização, sendo justamente o de maior fluxo durante no período colonial.

Essa tendência de a porção mais setentrional do país ser aquela a ceder mais emigrantes ocorreu em função de uma característica econômica-social de Portugal, uma vez que o norte do país historicamente era menos desenvolvido, mais pobre, menos alfabetizado, mais agrário e dependente da agricultura, de forma que sucessivas pestes

agrícolas dizimavam inúmeras plantações e espalhavam a fome na região. Sendo assim, ao longo dos séculos XVIII e XIX, diversas famílias nortistas migraram em busca de condições melhores, algumas para o sul de Portugal, e a maioria para o continente americano.

De acordo com Scott (2010), a porção sul portuguesa era majoritariamente caracterizada por latifúndios e vazios demográficos, ao passo que o Norte apresentava um cenário contrário, ou seja, uma região densamente ocupada (sobretudo o Minho) e marcada por propriedades agrícolas de pequeno porte, com uma economia estritamente associada à agricultura, de tal maneira que aquele que não dispusesse de uma propriedade rural, estava fadado à pobreza e, em casos extremos, à fome. Para acentuar o problema de dependência fundiária na região, havia uma tradição que era aplicada a muitas famílias, na qual a repartição da herança era totalmente desigual, tendo o filho primogênito muitos privilégios, recebendo a maior parte das terras, podendo receber a parte integral da herança. Assim, os demais filhos (a essa época muitos, visto que a taxa de natalidade era altíssima, especialmente no Norte) ficando alheios a essas posses, não só tinham as raízes rompidas com as terras onde nasceram, perdendo esse vínculo que poderia ser eterno, como também eram obrigados a buscar alternativas. Para esses indivíduos lhes restava ingressar na Igreja Católica, dar continuidade aos estudos ou buscar um trabalho em cidades, o que na maioria das vezes se tratando de uma realidade semifeudal, escolhida qualquer uma das três alternativas, significava emigrar.

O Brasil aparecia como resposta para indivíduos nessas circunstâncias. De acordo com Alves (2001), tal fluxo populacional seguia uma tendência econômica, a do trabalho no pequeno e médio comércio, principalmente em cidades como o Rio de Janeiro. Isso porque, segundo o autor, a atividade agrícola era desenvolvida por mão de obra escrava, o que impossibilitaria a inserção desses portugueses, ainda que essa fosse a principal atividade deles em suas terras de origem, o que gerou a necessidade de migrar para outra atividade. Assim, portugueses principalmente de classes um pouco mais abastadas, abriam negócios e, pela necessidade de ter empregados de confiança para seus cargos, acabavam trazendo mais imigrantes de suas terras. Muitas vezes um único imigrante abria um negócio e empregava outros imigrantes, cada um trazendo posteriormente sua família, ou seja, uma espécie de corrente de ajuda que impulsionou a chegada de novos indivíduos. Esse processo foi denominado de “A Rota dos Caixeiros”, e embora tenha sido significativo no séc. XIX, atravessou o séc. XX.

6.3.3 A presença portuguesa no Brasil no Século XIX e 1ª metade do Século XX

No Brasil, o modelo pautado em uma economia escravagista se manteve até meados do século XIX, somente tendo uma gradual alteração nesse cenário devido à pressão internacional, notadamente a da Inglaterra, pois, entre outras razões, a principal potência global à época estava interessada na utilização de uma mão-de-obra assalariada, para que houvesse a consolidação de um mercado consumidor no país. Assim, ocorre a promulgação do Bill Aberdeen[2], que proibia o tráfego de escravizados no Oceano Atlântico, e posteriormente a Lei Eusébio de Queirós (BRASIL, 1850), promulgada no Brasil, que proibia o ingresso de novos escravizados no território nacional. Outros elementos importantes que acarretaram na abolição da escravatura, em 1888, foram: a resistência de escravizados; a ascensão social e ganho de notoriedade de ex-escravizados e de descendentes diretos desses indivíduos, figuras negras influentes que passaram a conquistar o apoio do resto da sociedade, como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio; e a mobilização política dos defensores do abolicionismo, que ganhou força por conta da pressão internacional que àquela altura era significativa, uma vez que desde 1843 o Brasil era a única nação sul-americana a manter legal o trabalho escravo, tornando-se o último país da esfera de influência ocidental a abolir a escravatura (BLACKBURN, 2002).

Ademais, em paralelo aos avanços legais no país, houve um retrocesso ideológico, pois ideais eugenistas passaram a ser importados da Europa e dos EUA no início desse mesmo século. Tais concepções sugeriam que o atraso econômico brasileiro estava associado ao fato de a maior parte da população brasileira ser composta por pretos e mestiço.

Dessa forma, tal pensamento apontava que somente um embranquecimento populacional seria capaz de fazer o país escalar degraus no Darwinismo Social, que se trata de um conjunto de teorias oriundas do racismo científico que classificava os povos do planeta, criando hierarquias entre grupos étnicos, conforme aponta Blanc (1994). Por conta de características físicas que supostamente se distinguem de ancestrais primitivo mais do que outras raças, essas correntes teóricas apontavam que certas raças teriam

[2] O *Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act*, conhecido no Brasil como Bill Aberdeen, foi um ato do Parlamento do Reino Unido, promulgado em 8 de agosto de 1845, que autorizava as embarcações e as autoridades britânicas a prender qualquer navio suspeito de transportar escravos através do oceano Atlântico. Para maiores informações, vide Blackburn (2002).

uma maior capacidade de desenvolvimento de acordo com uma suposta inteligência atrelada ao desenvolvimento da espécie humana. Para essas teorias, os povos europeus de pele branca estariam no topo, e povos negros originários do continente africana estariam na base do desenvolvimento (BLANC, 1994).

Assim, nações europeias, mas também suas colônias e ex-colônias cuja população seja preponderantemente composta por indivíduos oriundos da Europa, teriam indivíduos mais desenvolvidos fisicamente e intelectualmente, e por conseguinte, dotados de uma maior propensão ao desenvolvimento social e econômico, enquanto as nações africanas seriam o extremo oposto. Povos ameríndios também ocupavam prateleiras subalternas nessa lógica, tendo hábitos alimentares, religiosos e sua cultura em geral associadas a comportamentos animalescos. Assim, tendo o Brasil sendo fundado sobre o mito das três raças – como apontado por DaMatta (1981) –, duas delas passaram a ser culpadas pelos problemas sociais do jovem país. Esse cenário é descrito por Bolsanello da seguinte forma:

> partia-se do princípio de que o brasileiro não tinha conseguido promover o desenvolvimento adequado do país, por ter-se tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente devido ao calor e à mistura com raças inferiores, era necessário pelo menos resolver o problema racial, uma vez que contra o clima nada poderia ser feito (BOLSANELLO, p. 158, 1996).

É possível observar também um pensamento atrelado ao determinismo geográfico[3], no qual as condições climáticas seriam um outro fator a pesar negativamente para o país. Diante de tanto pessimismo com relação às perspectivas do país, a tentativa de trazer o progresso ao Brasil perpassava por trazer brancos, sobretudo jovens em idade econômica ativa. O projeto para o país era baseado em mão-de-obra livre e assalariada. Assim, a estrutura econômica começou a ser alterada com fazendeiros, sobretudo na Região Sul do país, incentivando a imigração europeia, e posteriormente com as leis abolicionistas houve uma grande aceleração nesse processo, devido a diminuição da oferta de mão-de-obra escravizada (BOLSANELLO, 1996).

A vinda de portugueses, principalmente analfabetos e interioranos se intensificou após a Proclamação da República, com leis de incentivos criadas justamente para atraí-los. Surgia a Imigração Subsidiada ou Subvencionada, que

[3] Vide ANTUNES (2022).

consistia no financiamento de passagens e na criação de alojamentos para esses indivíduos, sendo ações financiadas tanto por latifundiários como pelo próprio Governo do país.

Por conta de tal política, o século XIX no Brasil foi marcado por uma explosão das entradas de europeus, sobretudo em suas últimas duas décadas na qual os italianos foram maioria nesse período, tirando de Portugal o primeiro lugar nas emigrações para o país pela primeira vez. Cabe ressaltar que os italianos se concentraram nos 3 estados do Sul e nos do Sudeste, com exceção do Rio de Janeiro e Distrito Federal. A Capital do país e sua área de influência eram a localidade de maior domínio lusitano, na economia e nas redes sociais, de maior prestígio político dessa comunidade. Talvez por isso esse grupo acabou não obtendo o mesmo sucesso para atuar no Rio (LEVY, 1974).

Entretanto, ainda que os italianos tenham sido maioria, foi nesse período o auge das entradas de lusitanos em território brasileiro. Entre 1860 e 1930, cerca de 1,4 milhões de portugueses foram para o continente americano, um número extremamente significativo se tratando de um país que tinha entre 4,1 milhões (segundo o primeiro censo do país em 1864) e 7 milhões de habitantes no final desse período. Desses 1,4 milhões de imigrantes em solo americano, cerca de dois terços se dirigiram ao Brasil, com a maior parcela restante se dirigindo aos Estados Unidos (LEVY, 1974).

Àquela altura o Brasil vivia um crescimento pautado por um novo ciclo econômico baseado nas exportações de um produto: o café. Os lusos rapidamente foram sendo absorvidos pelas plantações cafeeiras espalhadas pelo interior paulista, norte do paraná e sul do Rio de Janeiro, sendo o segundo maior contingente imigrante a trabalhar no cultivo da força motriz da economia brasileira (somente atrás dos italianos). Entretanto, a absorção de tais indivíduos não se limitou ao setor agrícola, haja vista que as cidades, principalmente o Rio de Janeiro, continuaram recebendo um grande número deles para trabalharem em tradicionais setores da economia urbana (LEVY, 1974).

É possível concluir que tais políticas foram bem-sucedidas, levando em consideração que, segundo Bender (1980), no ano de 1872 o quantitativo de pessoas brancas (38%) no país já superava o de pessoas pretas (20%), ainda que a maioria da população fosse de mestiços (42%). Ainda nesse mesmo ano, havia 124.352 estrangeiros no Distrito Federal, dos quais 97.434 portugueses. Ou seja, representavam 62,77% da população estrangeira, e 18,64% da população total (522.651 pessoas no Rio

de Janeiro). Segundo Lobo (2001, p. 41) “os estrangeiros representavam cerca de 40% da força de trabalho do Rio de Janeiro” naquele período. De acordo com Pereira (2007),

> é do conhecimento geral que foi a escravatura que viabilizou o desenvolvimento da América no período colonial, a emigração europeia dessa época forneceu essencialmente os quadros administrativos, militares, técnicos e um restrito corpo de comerciantes e artesãos. Os colonatos foram raros e de êxito variável. Regra geral omite-se que foi a presença massiva de escravos que determinou a reduzida dimensão da emigração europeia e o seu forte controle. No período que nos interessa aqui, a coincidência da crise económica europeia com a crise de mão-de-obra provocada iniciada com o cessar do tráfego negreiro fez a “felicidade” de ambos os lados do Atlântico. É uma situação abordada com clareza na historiografia sobre o Brasil, mas omissa relativamente aos restantes países. Escravatura e emigração raramente são abordadas em conjunto, como fases sequenciais do mesmo processo de desenvolvimento das Américas. Ora estes dois processos de abastecimento do mercado de trabalho americano estavam interligados e na época foram tratados como tal a nível internacional. A passagem de uma sociedade escravagista para uma sociedade de trabalho livre foi extremamente morosa e prolongou-se muito para além das independências políticas nas Américas. No século XIX, assistiu-se nas Américas ao arrastado estertor de um sistema colonial, que deixou atrás de si uma pesada herança, a sociedade baseada no trabalho do africano escravo. Durante três séculos, uma corrente emigratória forçada permitira o povoamento e o desenvolvimento das colónias das Américas (PEREIRA, 2007, p. 42-43).

Em consonância a esse relato, também há o de Gladys Sabina Ribeiro:

> a presença de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro era significativa. Dentre estes, os portugueses eram bastante numerosos. Em 1890, havia 106.461 lusitanos, sendo 77 954 homens e 28 507 mulheres. Os homens correspondiam a 50% da população estrangeira e as mulheres a 18%. Homens e mulheres somavam um total de 68% dos estrangeiros. Este censo ainda revela a percentagem de portugueses que adotaram a nacionalidade brasileira, 18% (14% homens; 4% mulheres), e os brasileiros de origem lusa: 120 983 habitantes filhos de pai e mãe portugueses; 2 895 habitantes filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37 325 habitantes filhos de mãe brasileira e pai luso. Assim, se considerarmos o número bruto de habitantes lusitanos na capital, em 1890, estes eram 1/5 da população. Se a estas cifras acrescentarmos os filhos de portugueses, a população de origem lusitana mais direta cresce para 267 664 pessoas [...] (RIBEIRO, 2007, p. 123).

Tendo como referência exclusivamente a força de trabalho, esses números se tornam ainda mais expressivos, pois a considerável maioria dos que emigram estavam economicamente ativos – assim, fazendo esse recorte, os portugueses eram mais da metade População em Idade Ativa (PIA) da cidade. Dessa forma, eles ocupavam boa parcela das vagas de emprego. O grande número de portugueses atuando no comércio se justificava também por conta das correntes de ajuda: comerciantes portugueses que priorizavam a contratação de conterrâneos (RIBEIRO, 2007).

Devido a essa preferência por parte de patrões lusos por conterrâneos em detrimento de nacionais, à natureza humilde desses indivíduos e ao baixo nível de

escolaridade desses imigrantes, o que os colocava em uma posição ainda mais delicada para se inserirem na sociedade brasileira (ainda que essa fosse majoritariamente de baixa escolaridade também) acabaram criando um fortíssimo sentimento xenofóbico contra tal grupo, chamado de Lusofobia. Naquele momento surgiam diversas formas de opressão contra esses indivíduos, desde campanhas explícitas para que patrões brasileiros dessem preferência na contratação de nacionais, o surgimento de piadas e histórias de cunho classista e xenófobo envolvendo esses indivíduos, onde a capacidade intelectual, a higiene e hábitos desses imigrantes eram retratados de forma extremamente pejorativa. Em Ribeiro (2007, p. 125) temos uma dimensão nítida a esse respeito.

> As rivalidades entre brasileiros e portugueses tinham nesta problemática uma das suas origens. Os lusitanos eram considerados "exploradores" pelos populares, pois concorriam com brasileiros na sua terra natal. Eram tidos por" usurpadores" e "aproveitadores", que não reconheciam a benevolência e o acolhimento do povo brasileiro. Transformavam-se em "irmãos ursos". Deste modo, os portugueses desordenariam a vida dos brasileiros e eram percebidos como uma ameaça por estes últimos.

Um fato que tende a ser ignorado ou deixado em segundo plano quando se analisa movimentos migratórios internacionais é o perfil urbano/rural desses indivíduos. A emigração portuguesa para o Rio de Janeiro é antes de tudo um movimento campo-cidade. Muito por conta disso, o trabalhador carioca, ainda que de uma mesma classe social que o imigrante português, com um nível de escolaridade similar, estava mais habituado com as relações urbanas e o trabalho atrelado à cidade. Além de um estrangeiro num lugar que não o pertence e tomando uma vaga que não deveria ser dele, o português imigrante era lido como uma espécie de "caipira" pela população carioca, um estranho ignorante e "chucro" sem o refinamento necessário para lidar com pessoas da cidade (RIBEIRO, 2007).

É importante destacar o papel da imprensa nessa construção, pois frequentemente esses imigrantes eram retratados dessa forma nos principais jornais que circulavam pela capital, com destaque para o jornal "O Jacobino" que fazia uma campanha explícita contra a migração portuguesa – vide figuras 10 e 11 –, e que em certos casos apresentava a violência como resposta necessária para conter ao avanço da influência portuguesa no país. Os jacobinos brasileiros, assim como os originais franceses, eram um clube de republicanos radicais anti-monarquistas que apontavam os lusos como uma ameaça à República. Defendiam os espancamentos de imigrantes, os saques e depredações a mercearias e comércios desses indivíduos. Consideravam que no

início do século XX os lusos estavam ampliando sua representação política e que isso poderia ser um aceno para o regresso a forma de Governo Monárquico.

Um outro ingrediente que também contribuiu para que houvesse perseguições a esses indivíduos foi o fato e que alguns deles ajudaram a trazer ideais anarquistas para a Capital do país, à exemplo da comunidade italiana que foi a principal responsável pela efervescência sindicalista com ideais anarquistas e marxistas em São Paulo. Ainda que majoritariamente os lusos fossem originários do meio rural, uma minoria era de trabalhadores urbanos que havia tido contato com movimentos operários e sindicais. Por conta disso, tais indivíduos passaram a ser tratados como influências negativas para trabalhadores brasileiros, capazes de corromper comunidades operárias nas fábricas da Capital. Como relata Mendes (2009, s/p),

> o crescimento vertiginoso da imigração na passagem para o século XX gerou uma nova problemática, com a participação de portugueses no movimento operário, na qualidade de militantes anarquistas, comunistas ou de simples trabalhadores que reivindicavam direitos. No Rio de Janeiro, o antilusitanismo da Primeira República mesclou ingredientes que revelavam a amplitude social da coletividade lusitana: portugueses se destacavam nas lutas sindicais e foram colocados sob a mira da polícia; outros, comerciantes e donos de imóveis de aluguel, eram acusados de explorar os brasileiros. A mistura foi explosiva e provocou ataques a pessoas e propriedades.

Segundo Ribeiro (2007), o antilusitanismo foi acima de tudo um movimento de rua diretamente ligado às disputas por um incipiente mercado trabalho daquela época, mas também uma tentativa de desconstrução de um modelo de vida que não interessava à jovem República. Um movimento iniciado na República Velha, mas que retorna com grande força no Governo Vargas, algo que será abordado mais à frente.

Figura 10 - Campanha anti-Imigração portuguesa no Jornal "O Jacobino"

O JACOBINO

DIRECÇÃO E REDACÇÃO DE DEOCLECIANO MARTYR

NUMERO 9 | CAPITAL FEDERAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL 13 DE OUTUBRO DE 1894

EXPEDIENTE

Assignaturas até o fim do anno.
Capital Federal. . . . . 3$500
Estados do Brazil. . . . . 4$000
Numero avulso. $100

PAGAMENTO ADIANTADO

Publica-se nas quartas e sabbados.

Acceita-se franca colaboração e só dá-se publicidade a reclames e annuncios de casas commerciaes Brazileiras.

Não se admitte anonymato.

ENDEREÇO TELEGRAPHICO

DEOMAR

Toda a correspondencia relativa á administração deve ser dirigida ao gerente Mauricio J. Velloso.

Tiragem: 25.000 exemplares

OFFICINAS E REDACÇÃO

174 Rua da Uruguayana 174

AGENCIAS

São nossos agentes:

Em S. Paulo—Sr. Elizario Castanho—Rua de S. João n. 1 D.

Em Santos—rs. Weimann & Comp.—Rua 15 de Novembro.

Em Sorocaba—Sr. Alfredo Vaz Guimarães.

Em Queluz—Sr. Rodolpho dos Santos [illegible]

Na Capital Federal—Sr. Luiz A. P. Lisbôa—Rua da Constituição n. 40.

—Ponte das Barcas Ferry.

A FESTA DA PENHA

A festa da Penha é a manifestação tradicional dos mais atrazados costumes religiosos das aldêas de portugal, que se impuzeram no tempo do Imperio a esta cidade—a capital, esmagando e zombando com todos os nossos habitos e tendencias mais amenas e mais civilisadas.

A' medida que a população portugueza cresce, os seus costumes simi-selvagens se assentúam em todas as suas festas; é da vida social, avassalando tudo e até contagiando as outras colonias latinas, que, com muito custo vão conseguindo desviar a nossa sociedade que até neste ponto, parvamente, deu-se em monopolio a colonia portugueza.

Em vez de recebermos o influxo do genio nacional n'aquillo que elle tem de original e nosso, por descuro imperdoavel dos poderes publicos, vão as colonias de que fallamos, tomando a feição atrazada da colonia portugueza e é elles se assimilando.

E' tempo de acabar com isto, que só tem concorrido para o atrazo de nossa civilisação; para o nosso descredito perante o mundo civilisado o qual com certa justiça nos julga um Povo semibarbaro.

Está bem servida a Republica, se ella escancára a porta das condescendencias a quanta tradicção ha por ahi da população portugueza, nossa inimiga, e que agora escolheu como arma de combate as manifestações catholicas; então veremos isto reduzido á ultima aldêa de portugal.

A festa da Penha a titulo de romaria, é o espectaculo mais indigno e torpe que se desvenda aos olhos do observador; em homenagem á religião que se diz querer exaltar!

E' sabido que a Santa Madre Egreja Catholica reconhece na emergencia de taes manifestações piedozas um certo recolhimento; sinão a abstinencia completa ao menos a sobriedade compativel com a desposição do espirito religioso; sinão a paciencia evangelica, ao menos uma certa provisão de prudencia e tolerancia para com as indiscretas ou levianas impertinencias do proximo manifestante ou espectante.

A festa da Penha porem, ao contrario de tudo isto, offerece ensejo a parte mais boçal da colonia para dar largas ao seu furor e selvagem desbragamento!

E' o grend vous de todos os amores mais reles; vestidos com os «costumes campestres, da terra delles, chapéos longos e desbabados, com grande chifres cheios de vinhos a tira-collo; as damas grotescas, suarentas desse asconchego indecente e nauseabundo, grupos desse jaez—puchado em velhos carros cobertos de colchas rendadas ou de chita escariate; outros em caminhões cobertos de bambinellas de palhêta falça; forma tudo isso o prestito desordenado e insolentemente parvo que se decóra com o nome de romaria da Penha.

O pretexto dessa bacanal imunda são umas crendices absurdas, vindas tradicionalmente da idade média e que fizeram casa em portugal—os milagres da Senhora da Penha!...

Uma nota predomina na festa portugueza—a jactancia caracteristica daquelle povo manifestando o seu poder e riqueza, em confronto com o pobre Povo Brazileiro, propositalmente sacrificado pelos manejos da monarchia ao bem estar dos portuguezes.

Esta preoccupação de superioridade monetaria é partilhada por toda a colonia do sul e Manel Côtta dos «leilões escandalosos», até a parte mais boçal da colonia; e quanto mais boçal é a classe, mais se põe em evidencia a preoccupação de que fallamos.

De modo que os carroceiros, os acougueiros, os carregadores e outras classes deste nivel da colonia, unicas a quem ellas, muito de industria nesta terra, attribuem a virtude do trabalho; fazendo, como de facto fazem, parte do monopolio de nossa Patria, têm em suas mãos os meios de se fazer pagar na medida de suas ambições, a ponto de fazerem a Nossa Senhora «esmolas a principescas!

Finalmente, a festa da Penha, esse baixo carnaval religioso, offerece ensejo ao desenvolvimento de todos os vicios e das paixões mais brutaes e sanguinarias; e um dia de preoccupação para os agentes da segurança publica, os quaes se rodeiam de numerosas forças de infanteria e cavallaria, e a despeito de todas as cautellas a ordem publica é perturbada, convertendo-se por veres a pagodeira em uma lagôa de lama e de sangue!

E nós os jacobinos, é que estamos apoderados do espirito de impiedade!

No fundo de tudo isso, como sempre, vai uma especulação do velho plano da colonia; é mais um meio de afugentar as outras colonias estrangeiras acatholicas que, sentindo-se humilhadas em suas crenças ante tão hostentosas e esmagadoras manifestações religiosas, que «opportunamente» resurgem em odio á civilisadora reforma republicana, sentem necessidade de fugir desta terra, cuja intolerancia da «maioria religiosa» ameaça degenerar em «nashoras»!

A proposito, discutiremos um ponto de doutrina republicana que cumpre esclarecer ao Povo Brazileiro.

O § 3º do art. 72 da Constituição da Republica dispõe assim: «Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum.»

No § 5º do mesmo artigo, 2ª parte, «ficando livre a todos os cultos religiosos a praxe dos respectivos ritos com relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral publica e ás leis.»

Em bos hermeneutica quer dizer a Constituição que todos os cultos têm entrada nos cemiterios e alli

IMMIGRAÇÃO PORTUGUEZA

Eis verdadeiramente transportado para as nossas columnas o que é o portuguez no Brazil:

Eu bim axim...

Xiguei a ficari axim...

I bou-mi axim.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, 1894

Figura 11 - Charges lusofóbicas no Jornal “O Jacobino”

— NUMERO 42 — —CAPITAL FEDERAL, SABBADO 19 DE OUTUBRO DE 1895— — ANNO II —

TUDO PELA PATRIA —E— PELA REPUBLICA

O JACOBINO

UM POR TODOS —E— TODOS POR UM

DIRECÇÃO E REDACÇÃO DE DEOCLECIANO MARTYR

Assignaturas para a Capital Federal e Estados da União:
Por 50 numeros á publicar-se .. 5$000
Collecção já publicada ..... 6$000
Numero atrazado 200
« « do dia 100
PAGAMENTO ADIANTADO

O « JACOBINO » é orgam nativista, noticioso, politico e operario; dedicado aos interesses e deffeza dos Brazileiros e consagrado á causa da Republica.
Aceita-se franca collaboração e só dá-se publicidade á reclames e annuncios de casas commerciaes Brazileiras. Não se admitte o anonymato.

A expedição de nossa folha é toda feita pelo correio.
PUBLICA-SE AOS SABBADOS
Tiragem normal 15:000 exemplares.
Endereço telegraphico —DEOMAR
REDACÇÃO E OFFICINAS
174 RUA DA URUGUAYANA 174

O SEBASTIANISMO

A imprensa republicana, a imprensa que não se vende ao estrangeiro argentario, e nem tem as suas ideas prezas á insinuação retardataria da burguesia, para quem a Patria é a barriga e o unico ideal o recheio monetario das algibeiras, já deu o patriotico grito de alarma, denunciando á Nação, ao governo, ao Povo, a conspiração sebastianista urdida nas trevas do crime contra a Republica.

Conspira-se contra a Republica aceita e proclamada pelo Povo, conspira-se contra a felicidade da Patria Brazileira.

Miseraveis mercenarios! alugados covardes dos braganças e orleans! appareceí à luz do dia e não buscai as trevas que é o manto natural dos salt adores e dos criminosos vis, sem consciencia, que fogem da justiça, evitando a sociedade.

Os republicanos confiam no seu proprio valor civico e no momento dado vereis como as phalanges se levantam como um só homem e a mocidade corre altaneira para os postos mais avançados, pois ella é a vanguarda da Republica!

A verdadeira idéia de liberdade emana do regimen republicano, bem o sabe todo o Povo, e não da monarchia que propagaes sob a inspiração de Izabel que desvirtua a pureza da alma nacional.

Fallamos como Brazileiros genuinos, como republicanos confessos, que têm na pureza das suas convicções, não só a nitida comprehensão dos seus deveres civicos, como tambem a coragem mascula de enfrentar com os inimigos das instituições vigentes.

A mocidade, como muito bem disse o illustre homem politico dr. Erico Coelho, é o coração da Patria, e este coração, accrescentamos nós, é puro e forte; puro, como as instituições republicanas, e forte como as espadas dos Florianos e dos Carneiros!

Pois bem, é esta mesma mocidade que bateu os miseraveis revoltosos na cidade de Nictheroy, que desbaratou-os em Tijucas, que aniquilou-os na Lapa, cheia de amor pela Republica, amante da liberdade, é ella que vos espera para dar-vos uma lição de civismo e amor-patrio.

Não acreditamos na vossa victoria; o que tememos, o que sentimos, é que a Patria saia prejudicada com as vossas manifestações cominosas, oh! miseraveis!

Acautelai-vos! e depois quando o resultado vos for fatal, não ides para a imprensa alugada, ao vosso serviço, gritar contra a Republica e contra os «assassinos» que a deffrendem.

A postos republicanos!

PERFIS PORTUGUEZES

Continuamos na nossa faina, de, por meio do ridiculo e do descredito ver se essa gallegada infame e desmoralisada toma vergonha e deixa de intrometter-se nos negocios do Brazil.

Vejam só este; examinem bem e digam se é ou não, o typo exacto do velhaco, do tratante, do ratoneiro legal, que, sob a capa de dono de casa de penhor, rouba á olhos vistos o suor do incauto caucionador de joias. Representa elle a verdadeira cara do gallego

—AGIOTA—

E este? Não descobriram a semelhança da sua careta?

E' facil, pois em sua casa é que mais se falla dos visinhos, das familias, da politica, da Nação e da vida alheia, emfim.

Não descobriram na sua bestial physionomia, alguma coisa de pouca vergonha? E as pastinhas delle? Pois é verem essa nojenta cara e o mesmo que estarem na presença de um gallego

—BARBEIRO—

Este outro, ainda que nada valha, tambem falla das instituições, comenta sempre desfavoravelmente os actos do governo e injuria os Brazileiros. Tudo isso elle faz alta noite, encostado á uma porta e junctamente com o taverneiro. Esse crapula so ial é o reles

—SOLDADO DE GUARDA NOCTURNA—

DR. ALFREDO ELLIS

Temos sobre a mesa o livro em brochura «Esboço Biographico do Dr. Alfredo Ellis» devido a penna republicana de Libero Braga.

O nome de Alfredo Ellis uma gloria republicana; é um exemplo sublime dos mais puros sentimentos civicos.

Libero Braga, no seu bellissimo estudo biographico sobre o distincto Brazileiro, sob o ponto de vista politico, colloca-o na primeira fila dos gloriosos propagandistas da Republica, na vanguarda dos abnegados propugnadores da abolição e na guarda avançada dos patriotas que combateram a revolta de 6 de setembro.

E' um bellissimo estudo do talentoso escriptor Libero Braga, é um livro utilissimo aos republicanos, aonde se apprendem lições de civismo.

Parabens ao auctor e ao Povo Paulista.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, 1896.

A virada do século XIX para o século XX representa o ápice do fluxo migratório para o Brasil. Números nunca vistos foram registrados no período, mesmo com algumas

dificuldades sendo impostas. Tal período acabou coincidindo com o primeiro censo do país. Isso acaba proporcionando uma melhor visualização de tais dados.

Segundo o censo de 1872, justamente o primeiro, havia um total de 389.459 estrangeiros residindo no Brasil, sendo a população total de 9,9 milhões. Ou seja, os estrangeiros eram quase 4% da população. De acordo com Maria Stella Levy,

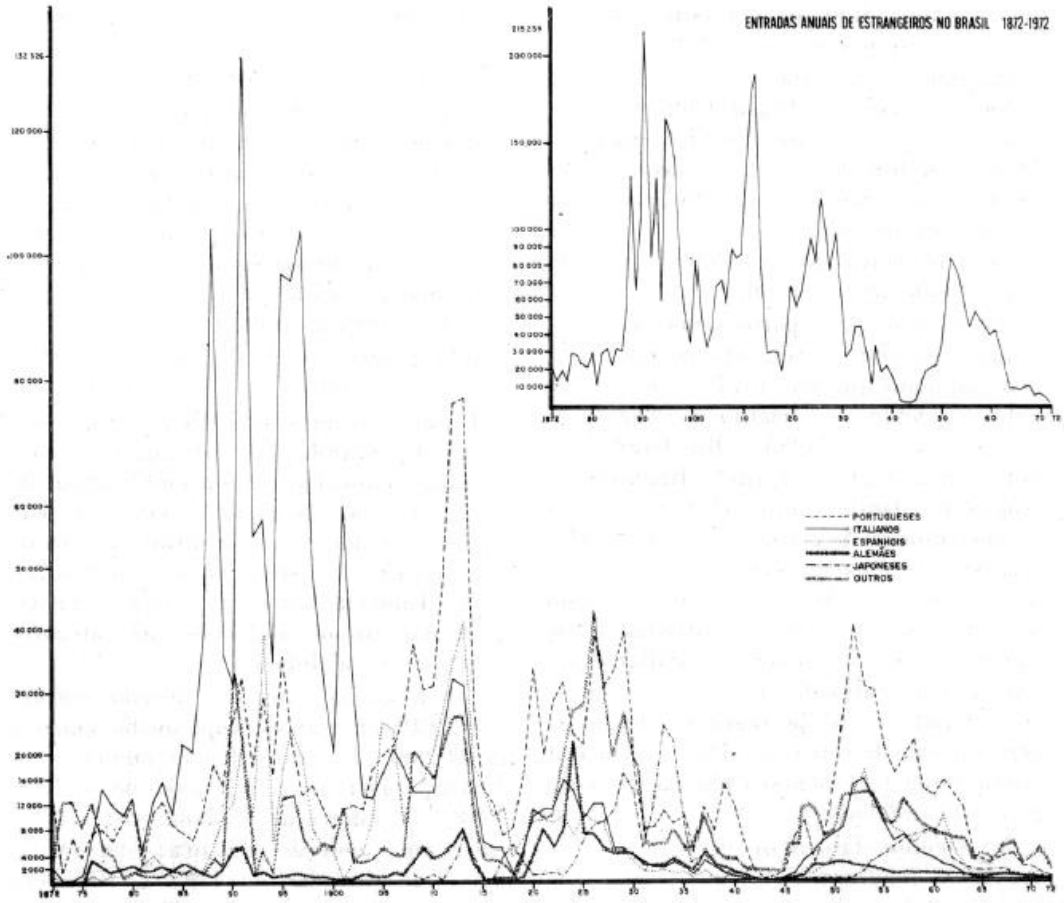
> de acordo com as diferentes intensidades numéricas e de grupos nacionais representados, os dados a partir dos quais a Figura 1 **[vide a Figura 12 no texto]** foi construída, sugerem a configuração de quatro períodos, [...] o primeiro de 1820 a 1876; o segundo de 1877 a 1903; o terceiro de 1904 a 1930, e o quarto de 1931 a 1963. No primeiro período, que se inicia com os primeiros núcleos colonizadores, o número total de imigrantes por ano oscila entre 10.000 a 20.000, apesar de chegar aos 30.000 em 1876. É característico desse período o fluxo constante de portugueses (que detém a maior frequência ano a ano) [...] Esse período corresponde às várias iniciativas de colonizações, seja governamental, como já foi mencionado, seja por iniciativa privada — especialmente em Santa Catarina e de alguns fazendeiros paulistas, particularmente o Senador Vergueiro. Além da imigração dirigida a núcleos de colonização, os estrangeiros, nesse período também se dirigiam a centros urbanos específicos; é especialmente o caso de Município Neutro, ou Distrito Federal, segundo MARQUES (p. 225). Até 1876 entraram 350.117 imigrantes, dos quais 45,73% foram portugueses, 35,74% de "outras nacionalidades"; alemães somam 12.97%, e italianos e espanhóis juntos não chegam a 6%. No segundo período começa a se alterar a tendência observada nos primeiros anos; de um modo geral caracteriza-se por uma intensa imigração italiana (58,49%), além de uma diminuição relativa da participação dos portugueses (20%). Durante os anos que o compõem (1877 a 1903) entram no Brasil 1.927.992 pessoas, o que perfaz uma média anual de 71.000 (LEVY, 1974, p. 52-53).

No chamado segundo período, há uma predominância da imigração italiana, totalizando 48% das entradas, bem acima dos 31% de portugueses, esse período termina com a proibição da imigração italiana gratuita para o Brasil, devido aos maus tratos aqui praticados, o que leva a Itália a sancionar o Decreto Prinetti[4], em 1902 (HUTTER, 1987).

É importante destacar que tais dados se referem a todo o território nacional, é como já fora mencionado, os italianos não tiveram como principal destino o Rio de Janeiro. Longe disso, no estado do Rio de Janeiro, e sobretudo no antigo Distrito Federal, o número de portugueses foi disparadamente o mais expressivo mesmo nesse recorte temporal, conforme se pode observar através das Figuras 13 e 14.

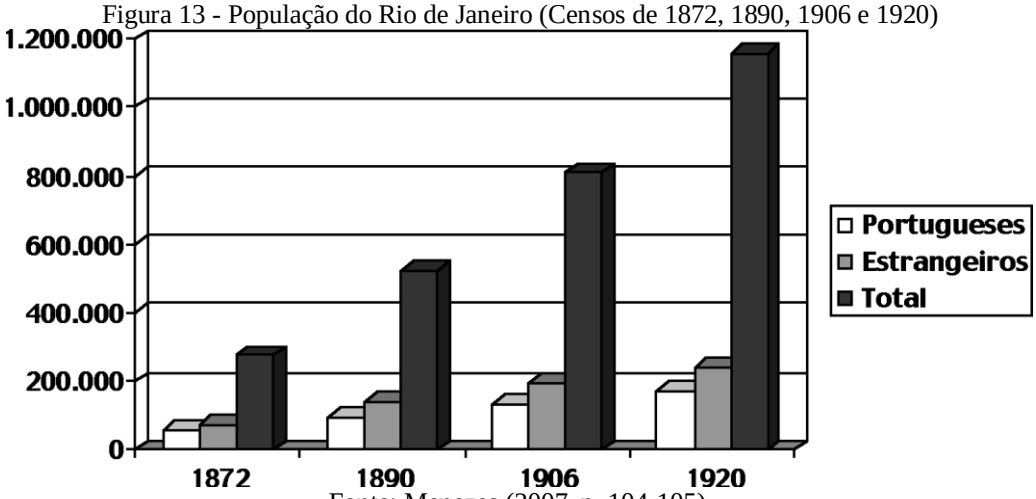
[4] Tal decreto, entre outras limitações à emigração italiana ao Brasil, impede a oferta gratuita de passagens de navio aos pretensos emigrantes interessados, conforme aponta Hutter (1987).

Figura 12 - Entradas anuais de estrangeiros no Brasil (1872-1972)



Fonte: LEVY, Maria Stella, 1974.

Figura 13 - População do Rio de Janeiro (Censos de 1872, 1890, 1906 e 1920)

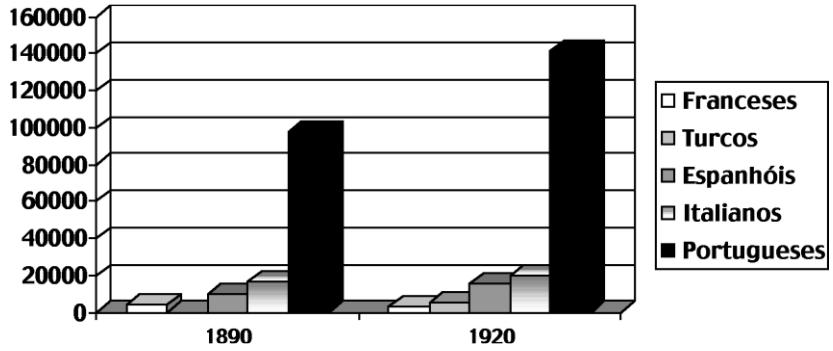


Fonte: Menezes (2007, p. 104-105).

Essa supremacia da presença portuguesa no antigo Distrito Federal, sobre as demais nacionalidades acaba sendo ilustrada de maneira levemente humorada em

charges – vide a Figura 15 –, na qual um gigante português observa com uma lupa as demais nacionalidades representadas por pequenos indivíduos.

Figura 14 - Nacionalidades estrangeiras fixadas na Capital Brasileira (Censos de 1890 e 1920)



Fonte: Menezes (2007, p. 104-105).

Figura 15 - Ilustração referente às nacionalidades estrangeiras no Censo de 1920

Fonte: Fonseca (2007, p. 418).

De acordo com Fonseca (2007), a população portuguesa totalizava 71% dos estrangeiros residentes na antiga capital federal naquele período, sendo 15% de toda a sociedade carioca. Ainda segundo o autor, é possível comparar os censos de 1890, o recenseamento de 1906 (exclusivo da antiga Capital Federal) e o censo de 1920, sobre as localidades onde se instalaram tais imigrantes. As paróquias/distritos são unidades urbanas precedentes à divisão por bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 5 - Comparativo entre os censos de 1890, 1906 e 1920 sobre as localidades nas quais se concentravam os portugueses

Paróquia/Distrito	**1890**	**1906**	**1920**
Andaraí	-	6845	11479
Campo Grande	1036	1609	3856
Candelária	4037	1734	1173
Copacabana	-	-	3154
Engenho Novo	4245	3452	3785
Engenho Velho	8155	6112	6531
Espírito Santo	6809	9745	12262
Gamboa	-	10045	14177
Gávea	773	1722	1946
Glória	8825	10760	11332
Guaratiba	424	207	468
Ilha de Paquetá	117	-	-
Ilha do Governador	437	-	-
Ilhas	-	-	1070
Inhaúma	2745	7995	13311
Irajá	1594	3067	8804
Jacarepaguá	1079	745	1396
Lagoa	4852	7700	8546
Méier	-	3443	4761
Sacramento	8873	7549	8295
Santa Cruz	646	314	582
Santa Rita	12315	11327	11419
Santa Teresa	-	1474	1347
Santana	16173	8057	9887
Santo Antônio	7070	9071	12901
São Cristóvão	3736	6440	8469
São José	11541	10260	7778
Tijuca	-	1454	2042
TOTAL	**105.482**	**132.529**	**172.633**

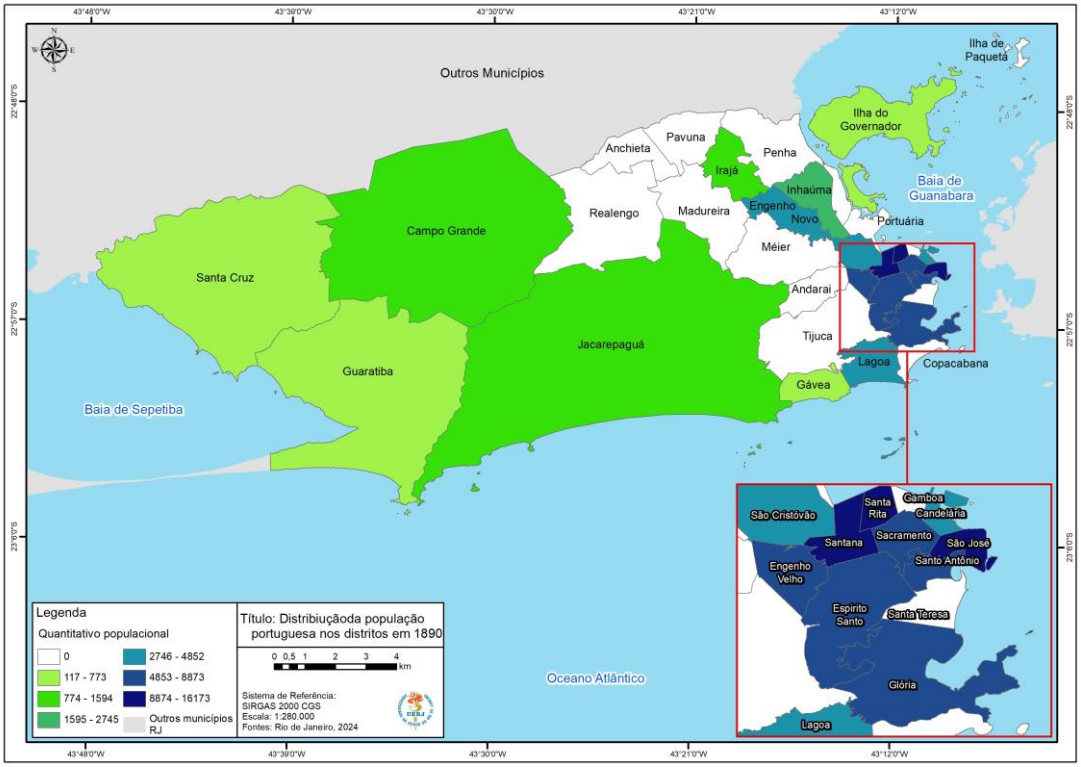
Fonte: Fonseca (2007, p. 424-425).

O Quadro 5 demonstra que certas localidades da cidade do Rio de Janeiro recebiam uma maior atração por parte desses imigrantes. Justamente as áreas de ocupação mais antiga, especialmente do Centro e da Zona Portuária. Dessa forma, é possível verificar que uma tendência do período colonial e do Império do Brasil se manteve e chegou até o Século XX.

Porém, é possível observar ainda que a partir do início desse século, alguns bairros da Zona Norte e Zona Sul próximos a Região Central passaram a ser áreas procuradas por esses imigrantes. "Paróquias" (hoje bairros) como a de Inhaúma, Andaraí (respectivamente os 2º e 3º maiores em número de portugueses em 1920) e Irajá apresentam grande crescimento. Fonseca (2007) supõe que isso se deve ao crescimento da cidade rumo a norte em tal período. Assim, a comunidade lusitana segui a tendência e acompanhou a expansão urbana a procura de loteamentos e moradias mais baratas. Sobre considerável crescimento da comunidade lusitana na Zona Sul, especialmente em distritos como a Lagoa, Copacabana e Glória, o autor aponta que houve "um processo de ascensão social, passando a residir na área mais nobre da cidade, a Zona Sul, ou foi para lá por empregos, enquanto outra parte permaneceu no Centro, também por proximidade ao trabalho" (FONSECA, 2007, p. 424).

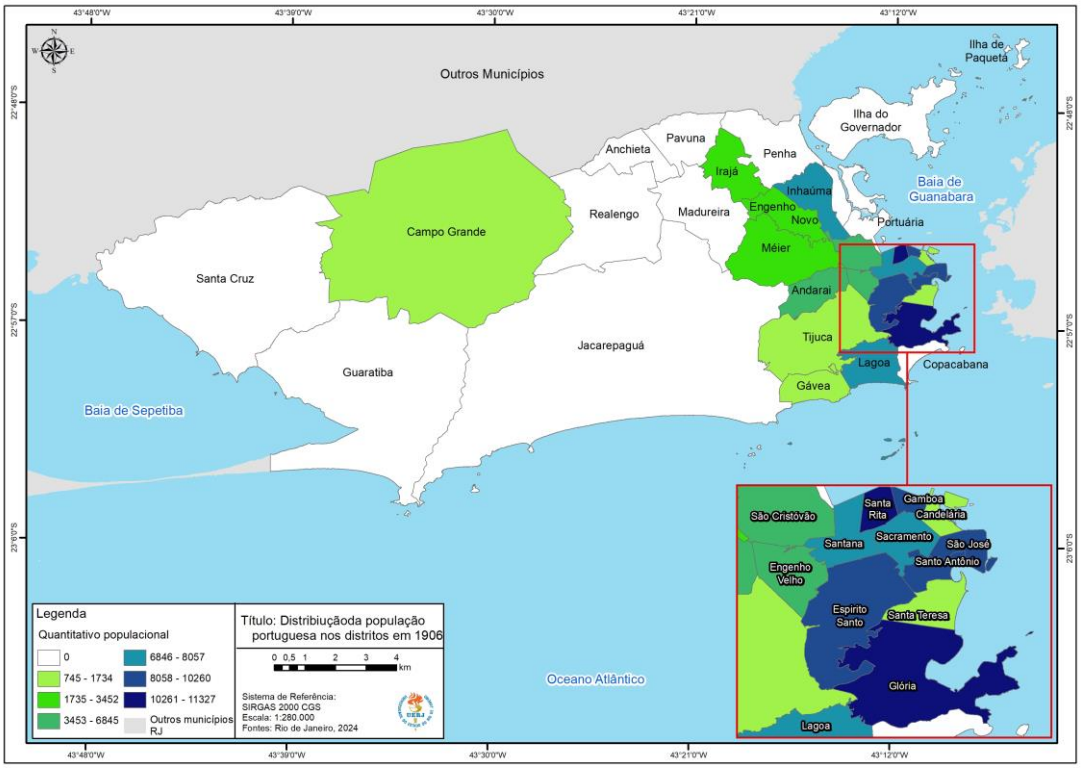
Para facilitar a visualização da espacialização desses indivíduos pela antiga capital federal, uma vez mais será necessário recorrer a Fonseca e suas ilustrações a seguir, como vemos nas Figuras 16, 17 e 18.

Figura 16 - Paróquias cariocas com mais de 4.000 portugueses em 1890



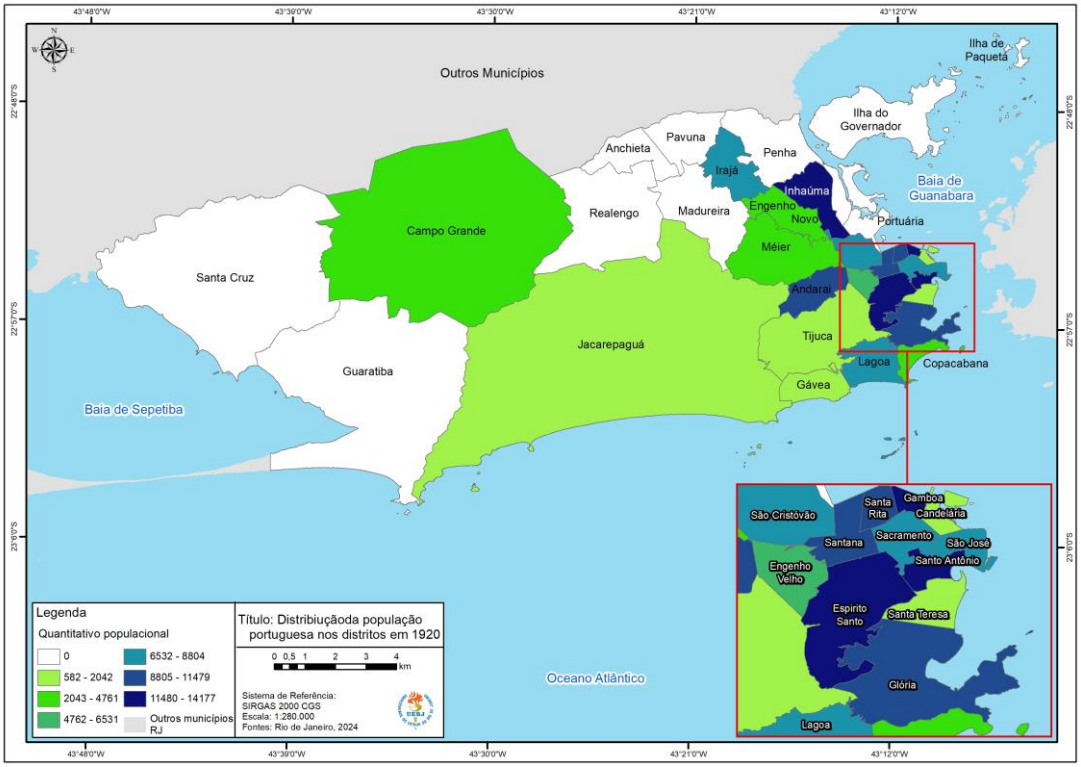
Fonte: cartograma elaborado pelo autor a partir de Fonseca (2007, p. 420), 2024.

Figura 17: Distritos cariocas com mais de 6.000 portugueses em 1906



Fonte: cartograma elaborado pelo autor a partir de Fonseca (2007, p. 421), 2024.

Figura 18: Distritos cariocas com mais de 6.000 portugueses em 1920



Fonte: cartograma elaborado pelo autor a partir de Fonseca (2007, p. 423), 2024.

Já o que Maria Stella Levy (1974) chamou de “terceiro período” (das migrações internacionais para o Brasil) compreende um segmento de tempo com grandes variações, pois entre 1904 e 1930 ocorreram eventos que marcaram diretamente os deslocamentos humanos para mais e para menos, sendo eles a I Guerra Mundial (1914-1918) que em determinados momentos fez com que pessoas fugissem da Europa para o país e em outros momentos fez imigrantes desistirem de cruzar o Atlântico, devido ao medo de ataques a navios; além da Gripe Espanhola (1918-1919) que acarretou no fechamento de fronteiras para conter a disseminação do vírus; e por fim, a Crise de 1929 que representou uma total desestabilização da economia nacional e impactou na perda de valor do principal produto de exportação brasileiro: o café. Sua influência foi tão grande que representou um marco para o término do período. Com a força motriz da economia totalmente desvalorizada era natural que essa deixasse de gerar tantos empregos, e sendo justamente a lavoura do café e o trabalho nas zonas portuárias dois

dos grandes elementos que traziam imigrantes ao país, uma consequente queda vertiginosa das entradas no país foi observada. De acordo com Pereira (2007),

> a grande emigração europeia para as Américas, centrada grosso modo entre 1870 e 1930, encontra-se balizada por duas grandes crises de efeitos totalmente opostos. A longa depressão europeia de 1873-1895, desencadeada pela concorrência da agricultura dos EUA e a revolução nos transportes, associa o desembarque de trigo americano barato na Europa e o desembarque de camponeses europeus empobrecidos do outro lado do Atlântico. Pelo contrário, a crise de 1929 de origem americana desacelera o movimento migratório por alguns anos e, embora não o tendo interrompido, constitui o final duma época, que as medidas restritivas dos anos 20 já prenunciavam. Se estas crises nos explicam por que tantos europeus se envolveram na aventura transatlântica, e também nos indica os motivos da sua desaceleração, nada nos diz sobre as razões da premente necessidade de mão-de-obra na vertente americana do Atlântico (PEREIRA, 2007, p.42).

Ademais, justamente com o início da década seguinte, inicia-se um novo período da história política do Brasil, com repercussões econômicas e por óbvio, demográficas. Logo em 1930 Getúlio Vargas chega ao poder através da Revolução de 1930.

O governo Vargas, que teve duas etapas, a primeira entre 1930 e 1945, que por sua vez é dividido em 3 fases: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945); a segunda etapa ocorreu entre 1951 e 1954. Seu governo marcado por uma série de medidas de cunho nacionalistas que afetaram os fluxos migratórios. Aqui analisaremos a sua primeira etapa.

Getúlio em diversos momentos evocava sentimentos ufanistas na população. Mas para além de um cunho meramente ideológico, seu nacionalismo também tinha implicações econômicas. O então presidente chegou a promover a nacionalização de empresas estrangeiros em setores-chave da economia, o que de certa forma, ainda que indiretamente, também freou entradas de imigrantes no país, visto que naquele momento era extremamente comum que elas carregassem indivíduos dos países originais. Para além da esfera ideológica e econômica, Vargas também agiu legalmente, baixando decretos e leis que interferiram diretamente nas entradas desses indivíduos. Por conta de seu discurso nacionalista, Getúlio passou a defender que a presença de estrangeiros e a concorrência que esses indivíduos causavam era prejudicial a mão-de-obra nacional, de forma que restringir a vinda de imigrantes seria uma forma de proteger o trabalhador brasileiro.

Desde a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais em 1930, a política migratória já era um tópico que recebia atenção do governo, que dava indícios que tomaria medidas interventivas desde aquele momento. O primeiro passo foi o fim da Imigração Subsidiada. Ou seja, aquele que desejasse vir ao Brasil deveria fazê-

lo sem nenhum tipo de custeio ou estímulo. Mas essa medida não era o bastante. Para Vargas não bastava deixar de facilitar a vinda de imigrantes, era necessário dificultá-la.

Um exemplo muito claro de medida com essa intenção foi a Lei dos 2/3, (BRASIL, 1930) que entrou em vigor com o Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Ela obrigava que qualquer empreendimento comercial no país, fosse uma empresa de grande porte, uma fábrica ou firma, fosse um mercado ou mercearia de bairro, tivesse um número mínimo de brasileiros natos. Como o apelido da lei sugere, esse número deveria ser de 2/3 de todos os funcionários. Tal norma surgiu justamente para enfrentar as redes de solidariedade dos imigrantes, como a tradicional Rota dos Caixeiros.

Nesse caso, os portugueses conseguiram encontrar formas de escapar de proibição. Era comum que esses caixeiros colocassem outros conterrâneos como sócios de seus estabelecimentos, pois a lei não estipulava cotas de nacionais para sócios. Como consequência alguns empreendimentos chegavam a ter um número significativamente maior de sócios em relação ao de funcionários. Porém, de certa forma essa intervenção jurídica acabou tornando mais trabalhosa a contratação de imigrantes, para aqueles que desejassem burlá-la.

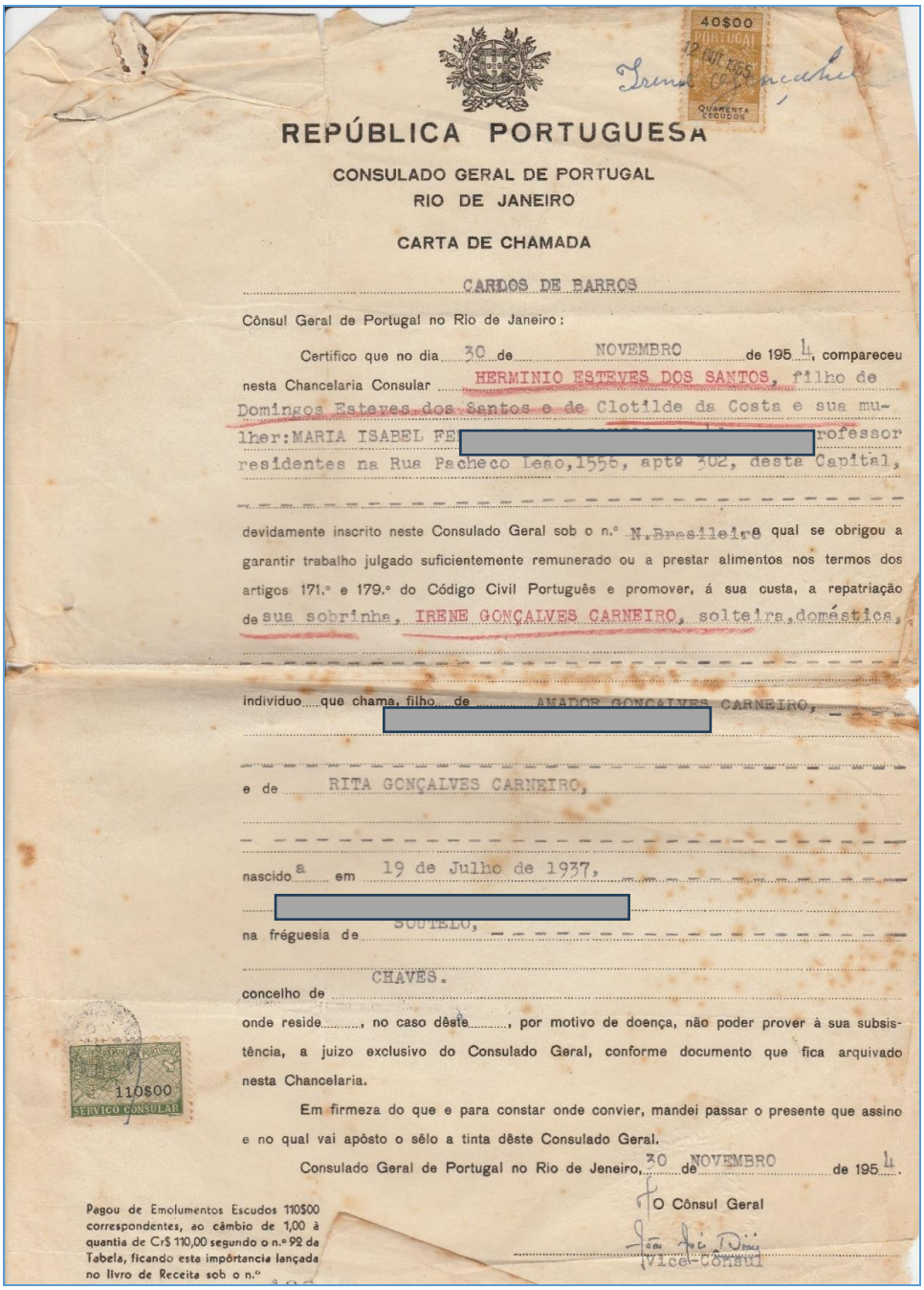
O Governo continuou criando empecilhos para esses indivíduos adentrarem no país. Logo após a lei dos 2/3, houve a imposição da Carta de Chamada. Isso se tratava de um documento – vide a Figura 19 – através do qual um residente no Brasil deveria convidar um imigrante em potencial ainda em sua terra natal, para que esse possa realizar a emigração. Dessa forma, somente um imigrante que já tivesse um contato de confiança no Brasil conseguiria tal documento.

Posteriormente, mais uma medida jurídica afetou as entradas no país: o Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, popularmente conhecida como a Lei de Cotas (BRASIL, 1934), e que entrou em vigor com a nova Constituição Federal promulgada no ano de 1934. Nela, o governo impôs limites às entradas de estrangeiros de acordo com sua nacionalidade. A nova legislação estabelecia que o limite de entradas de estrangeiros no país seria de 2% do total de entradas nos últimos 50 anos. Ou seja, nela a entrada de imigrantes anuais não poderia ultrapassar 2% do total dos seus respectivos conterrâneos fixados no país nesse período. Sobre tal medida, Maria Stella Levy afirma que

> as restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937. O regime de quotas fixa uma taxa anual de 2% sobre o efetivo total dos imigrantes de um dado país, entrados a contar de 1° de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933 (LEVY, 1974 p. 55).

Segundo Geraldo (2009), ainda que a norma indicasse uma aplicação geral para todas as nacionalidades, ela tinha como principal objetivo conter o aumento das entradas de japoneses no país, pois a imigração desse grupo era tardia em relação às migrações europeias para o Brasil. De forma que uma cota calculada em anos-anteriores iria manter uma ampla predominância das entradas de europeus e impedir as entradas japonesas. Isso ficou explícito durante a Constituinte de 1934, onde foram feitas diversas falas abertamente eugenistas.

Figura 19 - Carta de chamada de Isabel Guimarães Carvalho Sagres



REPÚBLICA PORTUGUESA

CONSULADO GERAL DE PORTUGAL
RIO DE JANEIRO

CARTA DE CHAMADA

CARLOS DE BARROS

Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro:

Certifico que no dia 30 de NOVEMBRO de 1954, compareceu nesta Chancelaria Consular HERMINIO ESTEVES DOS SANTOS, filho de Domingos Esteves dos Santos e de Clotilde da Costa e sua mulher: MARIA ISABEL FE[redacted] rofessor residentes na Rua Pacheco Leão, 1556, aptº 302, deste Capital,

devidamente inscrito neste Consulado Geral sob o n.º N.Brasileiro qual se obrigou a garantir trabalho julgado suficientemente remunerado ou a prestar alimentos nos termos dos artigos 171.º e 179.º do Código Civil Português e promover, á sua custa, a repatriação de sua sobrinha, IRENE GONÇALVES CARNEIRO, solteira, domésticas,

individuo que chama, filho de AMADOR GONÇALVES CARNEIRO, [redacted]

e de RITA GONÇALVES CARNEIRO,

nascido a em 19 de Julho de 1937, [redacted]

na fréguesia de SOUTELO,

concelho de CHAVES.

onde reside, no caso dêste, por motivo de doença, não poder prover à sua subsistência, a juizo exclusivo do Consulado Geral, conforme documento que fica arquivado nesta Chancelaria.

Em firmeza do que e para constar onde convier, mandei passar o presente que assino e no qual vai apôsto o sêlo a tinta dêste Consulado Geral.

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, 30 de NOVEMBRO de 1954.

O Cônsul Geral

Vice-Cônsul

40$00 PORTUGAL 12 OUT 1955 QUARENTA ESCUDOS

110$00 SERVIÇO CONSULAR

Pagou de Emolumentos Escudos 110$00 correspondentes, ao câmbio de 1,00 à quantia de Cr$ 110,00 segundo o n.º 92 da Tabela, ficando esta importância lançada no livro de Receita sob o n.º

Fonte: acervo pessoal de Isabel Guimarães Carvalho Sagres.

Essa norma teve fortes influências nazifascistas, entretanto a inspiração de sua redação foi estadunidense. Segundo a autora,

> alguns estudos destacam a influência das políticas raciais dos regimes nazista e fascista sobre os discursos da Assembleia Constituinte. Por vezes, os deputados faziam referências diretas a essas nações. Por outro lado, é importante perceber que a política imigratória norte-americana constituiu uma importante fonte para esses deputados e especialmente para a proposta do sistema de cotas. Baseado em concepções eugenistas, o Congresso norte-americano havia aprovado um sistema de cotas no Immigration Act of 1924. Um dos elementos dessa lei era igualmente a aplicação de um índice de 2% a partir da nacionalidade dos imigrantes. Porém, esse índice seria calculado a partir dos registros da presença desses imigrantes nos Estados Unidos identificados no censo de 1890. A escolha desse período, para a execução do cálculo, visava favorecer os imigrantes do norte e do oeste da Europa. Além disso, havia ainda outro elemento nessa mesma lei, que se referia ao que o governo dos Estados Unidos havia definido como estrangeiros que podiam ou não conseguir a cidadania americana. Grande parte dos grupos considerados indesejáveis (chineses, japoneses e os originários do sul da Ásia) foram excluídos principalmente nessa segunda medida. Enquanto as cotas seriam aplicadas especialmente para a Europa, os asiáticos foram considerados como "ineligible to citizenship", justificando a restrição imigratória.41As iniciativas da maior nação imigrantista da América em impedira entrada de japoneses e criar limites e critérios seletivos em sua legislação constituíram uma importante base para os debates parlamentares e para a imprensa do período no Brasil.42 Da mesma forma, a existência de campanhas antinipônicas em outras nações serviu de inspiração para o desenrolar desses debates no Brasil. (GERALDO, 2009, pp. 190-191)

Assim, fica evidente que através dessa norma os europeus não foram tão prejudicados pela política anti-imigratória de Vargas. Entretanto, a combinação de exigências e restrições deu resultado. Justamente a partir do momento em que a Constituição de 1934 entrou em vigor, imigrantes europeus passaram a ser frequentemente proibidos de desembarcar no país, sendo forçados a retornarem para suas terras natais – vide a Figura 20.

As fraudes nas documentações se tornaram recorrentes, especialmente nas Cartas de Chamadas, nas declarações de inexistência de antecedentes criminais e nas autorizações paternas. Esses jovens tentavam contornar tais barreiras das formas que podiam, entretanto nem sempre conseguiam, como no exemplo dado.

Figura 20: Política Anti-imigratória do Período Vargas

Desembarcam os immigrantes portuguezes

Mas o ministro do Trabalho faz sérias advertencias

Verdadeiro commercio de immigração!

Escandalosas revelações do inquerito effectuado pelo D.N.P. sobre as fraudes nos documentos de immigrantes

SERÁ INTERPELLADO O ITAMARATY E ADVERTIDO O CONSUL BRASILEIRO EM LISBOA

Como o ministro do Trabalho decidiu o caso

Negocios da China... no Ceará

Uma casa avaliada em 10 contos foi adquirida pelo governo do Estado por 120 contos

FORTALEZA, 6 (Especial para O GLOBO) — O matutino "A Rua", desta capital, em sensacional reportagem, a propósito da compra de casas pelo governo do Estado, effectuada em ultimos actos do coronel Moreira Lima como interventor federal, affirma que

Coronel Moreira Lima, ex-interventor federal no Ceará

A viagem do Sr. Getulio Vargas a Minas

S. Ex. vae presidir a diversas inaugurações

BELLO HORIZONTE, 6 (Especial para O GLOBO) — A convite do governo mineiro, deverá chegar a esta capital, a 20 do corrente, o Sr. Getulio Vargas. O presidente da Republica permanecerá em Bello Horizonte dous dias, seguindo, depois, para a zona do Rio Doce, onde inaugurará, a 1 de setembro, o trecho Augusto Lima-Monlevade. Nessa estação, S. Ex. presidirá ao acto de lançamento da pedra fundamental da grande usina siderurgica que ali vae ser construida pela Companhia Belgo-Mineira.

DO RÉ MI FA SOL O MELHOR SABONETE É O Eucalol

Angelino Guedes da Silva e Maria Carolina, que reconheceram a photographia como sendo do cadaver de Maria Thomazia

Quasi desvendado o mysterio

Maria Thomazia suicidou-se?

A REPORTAGEM DO "GLOBO" COLHE IMPRESSIONANTES DADOS SOBRE A VIDA DA DESVENTURADA RAPARIGA

Fonte: Arquivo de O Globo. O Globo, 6 agosto de 1935.

Para dificultar ainda mais novas entradas, o novo governante do país, Antônio Oliveira Salazar, o ditador do Estado Novo português (1933-1968) iniciava um esforço para conter os vazamentos demográficos. Salazar se preocupava com a perde de população em idade ativa, de jovens que poderiam contribuir com o crescimento econômico português. Isso representava uma orientação oposta ao pensamento vigente.

Antes as saídas desses indivíduos por parte de governantes eram vistas como uma forma de livrar as grandes cidades portuguesas, sobretudo Lisboa e Porto, de uma indesejada urbanização descontrolada, pois entendia-se que a emigração para o Brasil vinha cumprindo um papel de evitar uma migração campo cidade nacional, já que àquela altura eram grandes cidades brasileiras que atraíam esses indivíduos e que se a migração internacional não ocorresse, poderia vir a ser substituída por uma interna, criando problemas urbanos como o desemprego. Assim, a emigração até então era vista como um remédio para Portugal, um país de altas taxas de natalidade, com muitos jovens, mas sem um crescimento econômico acompanhado de levas de novos postos de emprego, por não ser um país se industrializando.

Para Salazar a emigração não era um remédio, mas sim sangria a ser estancada. O ditador tinha planos ufanistas para o crescimento da nação e enxergava esses jovens

como importantes para o desenvolvimento econômico (que não ocorreu durante as quatro décadas em que seu partido governou o país, pelo contrário, seu governo e o de seu sucessor foram marcados por uma significativa estagnação econômica que manteve as taxas emigratórias elevadas). Assim, o governo salazarista passou a reprimir a emigração e pressionar freguesias e instituições locais que faziam propaganda migratória. Segundo Gladys Sabino Ribeiro,

> [...] a imigração portuguesa não parou de crescer a partir de 1890. Justamente entre esta data e 1930, houve o maior fluxo migratório de portugueses para o Brasil. Entravam majoritariamente pelo porto do Rio de Janeiro. Esta imigração em massa se deu até 1930. A partir desta data, a imigração lusitana decresceu rapidamente [...] (RIBEIRO 2007, p.123).

Já segundo Maria Stella Levy (1974), durante o período de recessão da economia nacional em decorrência da instabilidade econômica global, inicia-se o que a autora classifica como quarto e último período, entre 1931 e 1963. Um momento de retração nas migrações. A década de 1930 acaba sendo a de menor número de entradas de lusitanos em terras brasileiras, conforme demonstra o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6: Entrada de imigrantes portugueses no Brasil no período 1820-1940

ANO	**NÚMERO ABSOLUTO DE PORTUGUESES**
1820-1883	221 536
1884-1890	91 489
1891-1900	202 429
1901-1910	218 193
1911-1920	311 507
1921-1930	286 772
1931-1940	95 740

Fonte: Ribeiro, 2007.

Com o final dessa década, um outro evento coloca a migração em circunstâncias ainda mais difíceis: a Segunda Guerra Mundial. É possível então, observar uma notória queda nas saídas da Europa para o continente americano, o que era natural uma vez que

transitar de navio em torno do continente europeu era uma missão perigosa durante a maior parte do conflito, além disso o medo de espionagem também contribuiu para que migrações em geral não fossem bem-vistas durante o período.

Em 1945, Vargas baixa o Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945 (BRASIL, 1945), e através dele, entre outras coisas, Vargas fecha as fronteiras do país para imigrantes de quaisquer nacionalidades sem a autorização prévia do Governo Federal. Tal medida tinha como objetivo impedir a entrada de espiões no país, uma vez que a guerra estava em sua reta final e havia disputas geopolíticas se desenhando. Essa foi a medida mais dura de Vargas em relação ao componente migratório, entretanto ela durou pouco tempo, visto que o conflito logo cessaria. Ainda segundo Levy,

> os anos correspondentes a II Guerra Mundial, em especial de 1942 a 1945, apresentam um número bastante reduzido de entradas, em torno de 2.000 imigrantes anuais. A Constituição de 1946 ameniza certos itens da legislação por quotas, e nessa segunda fase do período a imigração ressurge, em níveis não tão altos como no passado, aproximadamente 44.000 entradas anuais (LEVY, 1974. p. 55).

Nesse período, as migrações para o Brasil atingem os menores números desde o início da colonização do país. Com o término da Segunda Guerra e a demanda de mão-de-obra crescendo nos país mais afetados pelo conflito, as saídas de portugueses acabam tomando como destino nações europeias próximas, especialmente para a França, que fora severamente afetada com grandes batalhas ocorrendo em suas cidades e que naquele momento recebia um grande investimento dos Estados Unidos, devido ao Plano Marshall. A reconstrução de seus vizinhos europeus acabou atraindo muitos lusitanos, que participaram diretamente desse processo.

Por fim, o final dos anos 1940 foi um período de transição entre um mundo em guerra para um novo ordenamento mundial. Levaram alguns anos para que o fluxo migratório português para o Brasil se restabelecesse de forma plena. Somente na década seguinte os registros de entradas chegam a um nível elevado novamente.

7 **MIGRAÇÕES LABORATIVAS PORTUGUESAS PARA O BRASIL: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

O presente capítulo pretende analisar o processo migratório português em sua última fase mostrando brevemente o contexto social, econômico e político de ambas as sociedades no início do período, num mundo ainda instável por conta do término recente da Grande Guerra, que mesmo com tais circunstâncias, apresentou uma retomada significativa nos deslocamentos, de modo que o fluxo migratório que até então havia cessado, ganhou forma novamente e apresentou um volume expressivo pela última vez até meados dos anos 1960.

Serão analisadas as mudanças que contribuíram para que o fluxo atingisse números muito baixos, as transformações que tornaram o Brasil menos atrativo para os lusitanos, se de fato foram os fatores *de pool* que determinaram tamanha alteração.

7.1 **Anos 1950-60: o último grande fluxo migratório português para o Brasil:**

A sociedade brasileira passou por uma série de transformações expressivas no pós-Guerra, sobretudo a partir dos anos 1950. Com uma grande instabilidade política, materializada pela volta de Getúlio Vargas ao cargo presidencial após o fim do governo de Gaspar Dutra. Dessa vez eleito democraticamente, e num governo que terminou de forma dramática com sua morte em 1954, sendo sucedido por outros três que ascenderam pela linha sucessória para ocupar o cargo em vacância em um período de apenas 2 anos, até Juscelino Kubitschek tomar posse em janeiro de 1956, sendo este um Presidente da República com uma visão completamente distinta daquela observada em Getúlio Vargas em diversos aspectos.

Dessa forma, alternâncias presidenciais naturalmente acarretaram mudanças na política econômica e na política migratória. Se antes a industrialização e a ideologia do crescimento brasileiro eram pautadas por uma aura estadista e nacionalista, Juscelino Kubitschek enxergava no capital privado transnacional uma oportunidade para acelerar o crescimento econômico. Assim, o então presidente optou por abrir o país para uma massiva entrada de investimentos. Tal abertura possibilitou a entrada de empresários italianos e portugueses no país, instalando fábricas e redes de supermercados no país, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo.

A aceleração da industrialização no período proporcionou índices de urbanização nunca vistos no país, de forma que os deslocamentos internos cresceram vertiginosamente, sobretudo o fluxo de nordestinos, nortistas e mineiros do interior para as duas cidades supracitadas. Ainda que a expansão urbana proporcione uma explosão nas vagas de emprego e demanda por mão-de-obra, por conta um aumento na demanda de alimentos e suprimentos, potencializando o comércio, além da necessidade de obras estruturais e da construção de novas moradias, fomentando a construção civil, houve também a explosão nos deslocamos internos. Assim, tal fluxo passou a representar um aumento na concorrência de postos de trabalho, de forma que algumas atividades passaram a ser tipicamente exercidas por grupos específicos oriundos de outras localidades do Brasil, representando uma reconfiguração no trabalho imigrante na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse caso, as redes de solidariedade entre os imigrantes portugueses continuaram possibilitando que esses indivíduos já desembarcassem na cidade com algum trabalho a espera. Ainda que os sucessores de Getúlio Vargas não tivessem tamanha preocupação em restringir a vida dos imigrantes, as imposições anteriores ainda vigoravam, o que tornavam ainda mais sólidas as redes existentes.

Paralelamente a isso, do outro lado do Atlântico a situação econômica piorava, uma vez que a política neocolonialista portuguesa se mostrava custosa, de modo que os gastos militares para manter as colônias que àquela altura iniciavam seus processos de independência, e a infraestrutura precária do país, sobretudo na porção setentrional, não permitiam que a economia engrenasse, como previa Antônio Salazar para o pós-Guerra. Não à toa, novamente a porção Norte do país, historicamente a mais esquecida pelos governantes, além de territórios insulares como a Madeira, igualmente renegada por Lisboa, foram as regiões de maior emigração para o Brasil – vide o Quadro 7.

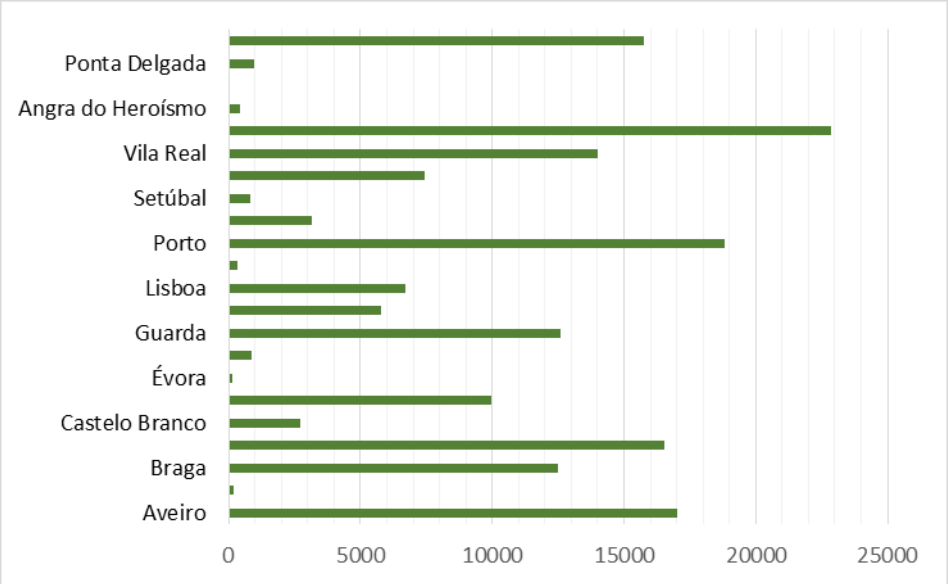
Em ordem decrescente, os Distritos com maior número de saídas foram Viseu, Porto, Aveiro, Bragança, Funchal (Ilha da Madeira, o único que não faz parte do norte português), Vila Real, Guarda, Braga e Coimbra – vide a Figura 21.

Quadro 7: A origem dos imigrantes portugueses no Brasil (1959-74)

Distrito	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	8.498	6.168	1.721	622	17.009
Beja	141	44	8	7	201
Braga	7.230	4.126	816	324	12.496
Bragança	8.417	6.563			16.537
Castelo Branco	1.351	1.027	6.563	108	2.718
Coimbra	4.948	3.250	999	390	9.987
Évora	101	43	8	7	159
Faro	509	285	53	12	859
Guarda	7.547	3.585	1.098	345	12.575
Leiria	4.041	2.094	465	175	5.775
Lisboa	2.034	3.181	942	566	6.723
Portalegre	183	116	21	9	329
Porto	10.802	5;962	1.496	572	18.832
Santarém	1.523	1.162	328	121	3.134
Setúbal	295	365	107	40	807
Viana do Castelo	4.305	2.215	658	248	7.426
Vila Real	7.480	4.693	1.330	507	14.010
Viseu	13.294	6.855	2.024	672	22.843
Angra do Heroísmo	233	170	16	14	433
Horta	37	5	1	1	44
Ponta Delgada	706	239	5	14	964
Funchal	7.775	6.020	1.514	468	15.777

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Arroteia (1983).

Figura 21: Quantitativo de imigrantes portugueses no Brasil (1955-74)



Fonte: Arroteia, 1983.

Ainda que pareça bastante óbvio que justamente os distritos mais pobres e com maior contingente populacional sejam aqueles que tenham uma maior perda demográfica, é possível visualizar o papel das redes de solidariedade e características singulares da emigração para o Brasil ao compararmos o quadro acima com os quadros correspondentes de outros países. A começar pelos casos que apresentam as maiores distinções, os EUA e o Canadá, como apontam os Quadros 8 e 9, respectivamente.

Quadro 8: A origem dos imigrantes portugueses nos EUA (1959-74)

Distrito	**1955-59**	**1960-64**	**1965-69**	**1970-74**	**1955-74**
Aveiro	505	1.150	2.970	4.317	8.942
Beja	18	13	62	49	142
Braga	50	109	360	408	927
Bragança	39	37	40	82	198
Castelo Branco	45	67	195	141	448
Coimbra	129	207	590	948	1.874
Évora	9	7	8	23	47
Faro	77	304	497	519	1.397
Guarda	436	567	1.624	1.430	4.057
Leiria	256	686	2.284	2.386	5.612
Lisboa	269	1.129	4.107	3.901	9.406
Portalegre	8	23	33	17	81
Porto	63	165	502	652	1.382
Santarém	88	120	494	446	1.148
Setúbal	26	117	504	608	1.255
Viana do Castelo	139	382	1.072	1.421	3.014
Vila Real	504	1.115	2.836	2.835	7.290
Viseu	217	536	1.350	1.363	3.466
Angra do Heroísmo	917	2020	8.490	6.955	18.382
Horta	3.249	2.429	4.76	3.418	13.857
Ponta Delgada	2.538	4.344	17.745	11.377	36.004
Funchal	127	180	146	540	993

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Arroteia (1983).

Fica evidente que a emigração para a América Anglo-saxônica seguiu condições distintas em relação ao Brasil. Isso porque o distrito de Lisboa foi de maior número de emigrantes, seguido por Leiria e com Santarém com um número também significativo, sendo esses dois distritos vizinhos de Lisboa e desenvolvidos. Outros distritos com melhores condições que os do Norte que possuem números expressivos são o Faro e

Setúbal, àquela altura o segundo e terceiro distrito de melhores índices sociais do país, e que apresentam números bem maiores do que para o Brasil.

Quadro 9: A origem dos imigrantes portugueses no Canadá (1959-74)

Distrito	**1955-59**	**1960-64**	**1965-69**	**1970-74**	**1955-74**
Aveiro	352	674	1.106	1.543	3.675
Beja	124	124	170	126	544
Braga	240	365	465	677	1.743
Bragança	150	136	251	180	717
Castelo Branco	252	449	482	582	1.765
Coimbra	138	255	618	888	1.899
Évora	13	17	12	20	62
Faro	332	617	801	486	2.236
Guarda	97	115	151	180	543
Leiria	545	989	1.964	1.910	5.408
Lisboa	452	1.874	3.367	2.935	8.628
Portalegre	29	37	48	34	148
Porto	83	154	324	415	976
Santarém	186	427	734	795	2.146
Setúbal	71	239	685	601	1.597
Viana do Castelo	522	618	1.003	1.260	3.403
Vila Real	125	192	259	378	954
Viseu	93	83	157	301	634
Angra do Heroísmo	306	1.135	2.468	4.220	8.129
Horta	1.283	1.120	1.235	2.121	5.759
Ponta Delgada	5.674	8.542	15.513	19.266	48.995
Funchal	249	288	124	487	1.148

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Arroteia (1983).

Assim, fica evidente que a emigração para o norte do continente americano teve características de um movimento de pessoas em condições melhores de vida. Possivelmente esses indivíduos passaram mais anos na escola e não viviam em condições de campesinato antes da migração. Um fato interessante é que no caso estadunidense houve um deslocamento massivo para a Costa Oeste estadunidense, de forma que a Califórnia se tornou o estado com o maior número absoluto de portugueses e descendentes na América do Norte, superando Massachusetts. Algo que fugiu completamente da tradição migratória lusitana para aquele país de se concentrar na Costa Leste, mais precisamente na Nova Inglaterra, como fora abordado em capítulos anteriores. É muito provável que a vertiginosa ascensão econômica californiana naquele

período tenha sido o principal fator responsável por essa mudança, constituindo assim novas redes entres em uma outra região do país.

Para fazer uma melhor comparação e evidenciar ainda mais como as redes de solidariedade atuaram é importante também comparar com um destino mais próximo da realidade brasileira: a Venezuela, como aponta o Quadro 10.

Quadro 10: A origem dos imigrantes portugueses na Venezuela (1959-74)

Distrito	**1955-59**	**1960-64**	**1965-69**	**1970-74**	**1955-74**
Aveiro	5.070	3.411	4.511	3.040	16.032
Beja	12	4	10	6	32
Braga	587	198	275	182	1.242
Bragança	17	6	11	5	39
Castelo Branco	237	129	88	23	477
Coimbra	437	272	323	245	1.277
Évora	8	7	2	3	20
Faro	935	529	308	99	1.871
Guarda	112	47	67	37	263
Leiria	327	208	169	101	805
Lisboa	223	190	197	228	858
Portalegre	18	2	4	2	26
Porto	2.440	1.260	1.488	1.159	6.347
Santarém	168	101	72	39	380
Setúbal	49	26	30	24	129
Viana do Castelo	288	88	131	50	557
Vila Real	79	11	3	22	115
Viseu	224	110	86	51	471
Angra do Heroísmo	10	3	33	100	146
Horta	8	1	3	2	14
Ponta Delgada	31	27	34	46	138
Funchal	9.711	11.148	11.685	11.448	43.992

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Arroteia (1983).

O caso Venezuelano é muito mais parecido com o brasileiro, tanto por questões geográficas quanto por questões econômicas. No início dos anos 1950 o país era a terceira maior economia da América do Sul, com uma renda per capita maior que a do Brasil, porém próxima. Além disso, já era o segundo maior destino de portugueses no sul do continente desde o século anterior.

Se as condições se aproximam, a tendência natural seria que os mesmos distritos que mais contribuíram para emigração para o Brasil apresentassem o mesmo destaque no caso venezuelano. Entretanto o quadro não se assemelha em quase nada ao brasileiro. É possível observar uma ampla dominância de Aveiro como principal origem desses indivíduos em relação a Portugal continental, sendo esse distrito sozinho por mais das metades das saídas da porção continental do país.

Porém, analisando os distritos insulares do país há um disparate ainda maior: Funchal. A capital da Ilha da Madeira detém que o dobro do contingente emigratório de todo o território continental do país. Tendo como destino a Venezuela quase o triplo do número de emigrantes para o Brasil. Essa desproporção não poderia ser justificada através de uma simples preferência pela Venezuela, uma vez que as proximidades culturais são naturalmente maiores com o Brasil. A forma mais factível de justificar tal comportamento perpassa pelo entendimento de que redes de contatos influenciaram tal dinâmica. O isolamento da Ilha da Madeira em relação a Portugal continental era ainda maior no século passado. A cultura, o sotaque, a gastronomia local, tudo isso se difere muito do resto do país, de forma que a influência de outros distritos não é muito grande. Assim, é bem provável que Funchal acabou desenvolvendo uma rede de solidariedade própria, a partir de uma colônia madeirense fixada na Venezuela, que acabou facilitando esse deslocamento e tornando o país o principal destino da população da ilha.

Um outro exemplo interessante e relativamente próximo da realidade econômica brasileira a ser comparado, ainda que distante geograficamente, é o da África do Sul – vide o Quadro 11. O país mescla algumas características da emigração para o Brasil, Venezuela, Canadá e EUA, uma vez que quatro distintos bem distintos correspondem por quase toda a emigração: Porto, Lisboa, Aveiro (os três com emigração concentrada no recorte entre (1965-1969) e Funchal (entre 1970-1974). Ou seja, o crescimento vertiginoso ocorreu a partir de 1965, justamente no período em que o fluxo migratório para o Brasil cessou, após o Golpe de 1964. É bem possível que tenha ocorrido um fenômeno no qual o país sul-africano absorveu migrantes que pudessem vir ao Brasil, caso não ocorresse uma transformação política no país.

Quadro 11: A origem dos imigrantes portugueses na África do Sul (1959-74)

Distrito	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	62	187	1.765	375	2.389
Beja	6	11	59	7	83
Braga	14	26	213	47	300
Bragança	4	13	43	6	66
Castelo Branco	16	30	153	23	222
Coimbra	69	80	379	80	608
Évora	3	4	40	6	53
Faro	32	56	284	36	408
Guarda	28	32	145	23	228
Leiria	73	121	501	86	781
Lisboa	82	330	2.072	208	2.692
Portalegre	10	12	56	4	82
Porto	273	674	3.195	627	4.769
Santarém	30	69	362	38	499
Setúbal	25	96	545	68	734
Viana do Castelo	26	30	110	17	183
Vila Real	5	8	72	14	99
Viseu	75	93	337	75	580
Angra do Heroísmo	7	1	6	18	32
Horta	1	0	0	0	1
Ponta Delgada	8	2	5	0	15
Funchal	3.504	2.807	772	368	7.451

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Arroteia (1983).

O que também chama atenção é o fato de somente o Porto, dentre os supracitados distritos nortistas que contribuíram com saídas para o Brasil, ter um protagonismo no componente imigratório nos casos venezuelano e sul-africano. Distritos como Enquanto Vila Real, Viseu, Braga, Bragança, Guarda e Coimbra por exemplo, possuem percentuais bem menos representativos nesses dois casos do que em relação ao Brasil, mesmo o período de análise sendo o mesmo e a atratividade dos países sendo a mesma para cada um dos distritos. Como isso poderia ser explicado?

Sem dúvidas, a resposta consiste nas Redes de Contatos ou Correntes de Solidariedade. O mero acaso não seria capaz de construir sozinho tais números. Ademais, no caso brasileiro, a já mencionada Carta de Chamada tratou de restringir muitas vindas. Sendo assim, distritos que já não tivessem colônias de imigrantes expressivas no Brasil estariam fadados a uma dificuldade imensa para conseguir tal documentação, de modo que ir para outro país pode ter sido a solução. Solução essa que

criou uma rota e firmou uma nova corrente de ajuda que restringiu certos distritos a outros destinos que não o Brasil.

Mesmo com leis proibicionistas em vigor, com a reconstrução do continente europeu em avanço e com a economia dos Estados Unidos chegando a patamares muito mais elevados do que no período entre e pré-Guerras, o Brasil permaneceu sendo o principal destino dos lusos até o início da década de 1960, o que é abordado por Jorge Arroteia

> embora só em 1963 a emigração para o Brasil — em número de 11 281 saídas — tenha sido superada pela emigração para a França — 15 223 saídas —, pondo-se assim termo à hegemonia que, durante séculos a imigração brasileira apresentou, no contexto global da emigração portuguesa (ARROTEIA, 1983, p. 21).

É importante observar que não foi o Golpe Cívico-Militar de 1964 o fator que tirou a supremacia do Brasil no destino da emigração, entretanto, como bem aponta Levy, o ano em questão marca uma ruptura na tradição centenária

> após esses quatro períodos mencionados, inicia-se em 1964 um declínio acentuado no número de imigrantes entrados no país, sendo que do total, a maior participação pertence à categoria "outras nacionalidades". No total de cem anos, portanto, entraram no Brasil pelo menos 5.350.889 imigrantes, uma vez que os dados aqui apresentados se referem a imigrantes de primeiro estabelecimento apenas, dos quais 31,06% de origem portuguesa, 30,32% de italianos, 13,38% de espanhóis, 4,63% de japoneses, 4,18% de alemães, e ainda 16,42% de outras origens não especificadas (LEVY, 1974, p. 55).

De acordo com os dados fornecidos pela autora, foi possível dimensionar o quantitativo de portugueses a entrar no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 – vide os Quadros 12 e 13, respectivamente.

Quadro 12: Entrada de portugueses no Brasil na década de 1950

Anos	**Nº de Entradas de Portugueses**
1950	14.739
1951	28.731
1952	40.561
1953	30.675
1954	30.062
1955	21.264
1956	16.803
1957	19.471
1958	21.928
1959	17.345
TOTAL:	**241.579**

Fonte: adaptado a partir de Levy (1974).

Quadro 13: Entrada de portugueses no Brasil na década de 1960

Anos	**Nº de Entradas de Portugueses**
1960	13.105
1961	15.819
1962	13.718
1963	11.585
1964	4249
1965	3262
1966	2708
1967	3838
1968	3917
1969	1933
TOTAL:	**74.129**

Fonte: adaptado a partir de Levy (1974).

Ainda que não haja dados precisos quanto ao estado e município onde esses indivíduos fixaram residência ao chegarem ao país, é notório que o Rio de Janeiro foi o principal destino, mantendo uma tendência secular. Nesse caso é possível observar uma perpetuação de um fluxo migratório através das redes de solidariedade.

Ainda é possível também identificar a Teoria dos Sistemas Migratórios, pois tendo em vista que existe uma herança espacial materializada na cidade, com uma grande concentração em bairros e regiões dela. Um exemplo tangível no Rio de Janeiro são os clubes sociais, culturais e desportivos fundados por membros dessa colônia e que exercem um papel de elo para os imigrantes até o presente, e que sem dúvida também desempenharam tal papel no período em questão. A ampla maioria dessas instituições foi fundada entre o final o Século XIX e o início dos anos 1960.

Tais instituições acabam por desempenhar um papel muito importante para a preservação e promoção cultural das províncias desses indivíduos, como festas e datas de celebrações, facilitando a adaptação e integração em solo estrangeiro, atraindo novos imigrantes para a teia de contatos que se forma e enriquecendo culturalmente a sociedade carioca. O apoio social, emocional e prático é notório e serve para contar as histórias de transformações dos bairros em que elas estão inseridas. De acordo com Barricarte (2010), esses sistemas migratórios criam estruturas espaciais. Isso pode ser

verificado no caso da migração em questão com base nos dados trazidos por Knopfli (2007):

> Existem no Brasil 237 instituições portuguesas e luso-brasileiras em atividade, muito embora nem todas mantenham contatos regulares e/ou assíduos com os serviços. A maioria delas está filiada na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, fundada em 1931 e sedeada no Rio de Janeiro. As atividades a que se dedicam as associações portuguesas e luso-brasileiras são de natureza cultural, recreativa, desportiva e beneficente (KNOPFLI, 2007, p. 482).

Entre clubes, casas regionais e instituições dedicadas à prática esportiva, recreação, lazer, festividades e celebrações da cultura lusitana que foram fundadas na cidade do Rio de Janeiro, chegamos as seguintes associações:

- Associação Atlética Portuguesa, fundada em 1924, presente atualmente na Ilha do Governador;
- Arouca Barra Clube, fundado em 1967, na Tijuca, hoje na Barra da Tijuca;
- Casa dos Açores, fundada em 1952, na Tijuca;
- Casa das Beiras, fundada em 1935, na Praça da Bandeira;
- Casa de Espinho, fundada em 1964, em Vista Alegre;
- Casa de Lafões (já extinta), fundada em 1944, na Tijuca;
- Casa do Minho, fundada em 1924, no Cosme Velho;
- Casa do Porto, fundada em1945, na Tijuca;
- Casa dos Poveiros, fundada em 1930, na Tijuca;
- Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, fundada em 1923, na Tijuca – vide figura 25;
- Casa Regional de Aveiro, fundada em 1958, em Maria da Graça;
- Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, fundada em 1953, na Tijuca – vide Figura 22;
- Casa de Viseu, fundada em 1966, na Vila da Penha;
- Club de Regatas Vasco da Gama, fundado em 1898, na Saúde, hoje no bairro Vasco da Gama – vide figura 23;
- Orfeão Portugal, na Tijuca;
- Orfeão Português, fundado em 1915, no Maracanã;

- Real Sociedade Clube Ginástico Português, fundado em 1868, no Centro e desde 1983 sediado também na Barra da Tijuca;

A forma como tais instituições tiveram aderência de imigrantes é notória ao constatarmos que dentre todos os supracitados, somente uma instituição deixou de existir: Casa de Lafões da Tijuca, que hoje tem uma academia funcionando em seu prédio histórico. Todas as outras seguem em pleno funcionamento.

Figura 22 - Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria

Fonte: http://azulejosantigosrj.blogspot.com/2018/03/tijuca-xi-casa-da-vila-da-feira-e.html. Acesso em: 05 nov. 2023.

Clubes como esses retratam aspectos culturais das regiões que representam, desde formas arquitetônicas – como pode ser observado na Figura 22 –, como também a de elementos mais amplos da história portuguesa, como a que retrata a expedição de Vasco da Gama, em 1898, através de um painel feito pelo português Jorge Colaço com o uso do azulejo azul português, uma tradição do país, presente no estádio de São

Januário, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, como pode ser observado na Figura 23. Instituições como essas valorizam o povo imigrante, mas também contribuem para o enriquecimento cultural, artístico e urbano da cidade que os recebe.

Figura 23 - Painel em azulejos portugueses no estádio de São Januário

Fonte: http://azulejosantigosrj.blogspot.com/2013/01/sao-cristovao-iii-estadio-de-sao.html. Acesso em: 05 nov. 2023.

Tais associações contam com quadros sociais ainda ativos, realizando eventos que mantém essas redes vivas até o presente. Se no passado foram importantes para o acolhimento e a formação dessas redes – assunto que ainda será mais bem aprofundado neste capítulo –, hoje elas servem como perpetuadoras e integradoras para as novas gerações (vide as Figuras 24 e 25).

Figura 24 - Apresentação de Grupo Folclórico na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: https://casadetrasosmontes.com/sobre/. Acesso em 08 mai. 2022.

Figura 25 - Folder de evento na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: https://casadetrasosmontes.com/wp-content/uploads/2022/03/276991371_4934346773345744_8455027605184638599_n.jpg. Acesso em: 08 mai. 2022.

Há de se destacar ainda instituições cujo objetivo seja proteção ajuda direta a esses indivíduos como:

- Associação Beneficente em Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes, fundado em 29/11/1896;
- Associação Beneficente em Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão, fundado em 21/09/1887;
- Associação Beneficente Memória a Dom Afonso Henrique e Serpa Pinta, fundado em 20/03/1903;
- Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita, fundada em 01/01/1882;
- Associação de Socorros Mútuos Dona Marta Pia, fundada em 12/06/1881;
- Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei Dom Sebastião, fundada em 08/09/1883;
- Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage, fundada em 07/09/1884;
- Associação de Socorro Mútuos Memória Ester de Carvalho, fundada em 22/01/1884;
- Associação de Socorros Mútuos Restauração de Portugal, fundada em 15/08/1882;
- Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama, fundada em 11/07/1880;
- Benemérita Loja Capitular Luís de Camões;
- Centro Beneficente D. Amélia – Rainha de Portugal, 23/10/1898;
- Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho, 07/01/1902;
- Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque, 01/04/1897;
- Congregação dos Filhos do Trabalho Dom Carlos I Rei de Portugal, fundada em 08/04/1883;
- Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal, fundada em 31/03/1895;

- Congresso Beneficente Alto Mearim, fundado em 15/08/1886;
- Congresso Beneficente General Cunha, fundado em 21/04/1900;
- Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa, fundado em 29/06/1884;
- Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco, fundado em 30/05/1884;
- Liceu Literário Português, fundado em 1868, no Centro;
- Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale, fundado em 15/08/1865;
- Real Associação de Socorros Mútuos Memória Dom Luís I, fundado em 10/06/1872;
- Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Dom Pedro, fundada em 1863, no Centro;
- Real Gabinete Português de Leitura, em 1837, no Centro;
- Real Sociedade Clube Ginástico Português, fundado em 31/10/1868;
- Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pita, fundada em 05/05/1888;
- Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640, fundada em 25/04/1884;
- Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel;
- União Social, fundada em 22/08/1907.

Para além do enriquecimento cultural, social e esportivo do Rio, essas agremiações e entidades representaram um instrumento fundamental para que a colônia permanecesse unida e conseguisse desenvolver apoio mútuo entre seus membros. Sem dúvidas, elas trouxeram benefícios para ambos os povos, imigrantes e nativos da cidade.

Essas associações são sem dúvida a materialização das correntes imigratórias, algo que ilustra bem a forma como ocorre uma queda no número de entradas de portugueses após o Golpe de 1964 é o fato de que somente duas delas foram fundadas nos anos subsequentes, em 1965 e 1967. Posteriormente a isso não houve outras fundações. Em contrapartida, o auge do fluxo migratório, o final do século XIX, coincide com o maior número de fundações.

7.1.1 Presença portuguesa no Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60

Para melhor ilustrar a relação da comunidade lusitana com as Casas de Cultura portuguesas presentes no Rio de Janeiro, além de outros aspectos citados anteriormente, a seguir serão apresentadas entrevistas realizadas com dezessete imigrantes pertencentes ao fluxo migratório português dos anos 1950-60 e estabelecido especificamente na cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisar o Quadro 14 apresentado, num primeiro momento chama atenção a idade desses indivíduos. Todos são jovens, a maioria com a maioridade recém completa. Poderia argumentar-se que isso seria uma obviedade, visto que tendo passado mais de sessenta anos do fim do período estudado, aqueles que tivessem migrado com uma certa idade mais avançada já não estariam vivos. Entretanto, houve um padrão muito claro entre eles: a maioria teve parentes ou amigos próximos que vieram para o Rio de Janeiro, entretanto não houve relatos de imigrantes em idades avançadas. Mesmo nos casos de portugueses que vieram na infância, seus pais eram relativamente jovens, tendo menos de trinta anos. Essas informações confirmam uma tendência etária em migrações laborativas.

Quadro 14 - Imigrantes portugueses entrevistados (nomes fictícios)

Nome	Nascimento	Ano de Chegada	Distrito de Origem	Idade quando veio
André dos Santos de Pinho	1935	1955	Aveiro	20
Andréa Mendes Barreiro	1953	1966	Viseu	13
Ângelo de Araújo Gonçalves	1942	1958	Viana do Castelo	16
Adamastor Martins Leão	1932	1951	Braga	19
Clotilde Almeida Carneiro	1948	1962	Viseu	14
Etelvina Maria Gonçalves de Sousa	1940	1960	Vila Real	20
Felipa Damião Aguiar	1931	1953	Vila Real	21
Flávia Fernandes Montinho	1951	1952	Porto	1
Flávio Rui de Carvalho	1948	1958	Braga	10
Franco da Silva Aveiro de Simões	1952	1954	Braga	2
Ida Magalhães Pereira	1952	1954	Viseu	2
Isabel Guimarães Carvalho Sagres	1937	1955	Vila Real	19
José Ponte Sagres	1933	1955	Viseu	22
Josué Simão Coelho	1949	1960	Viseu	11

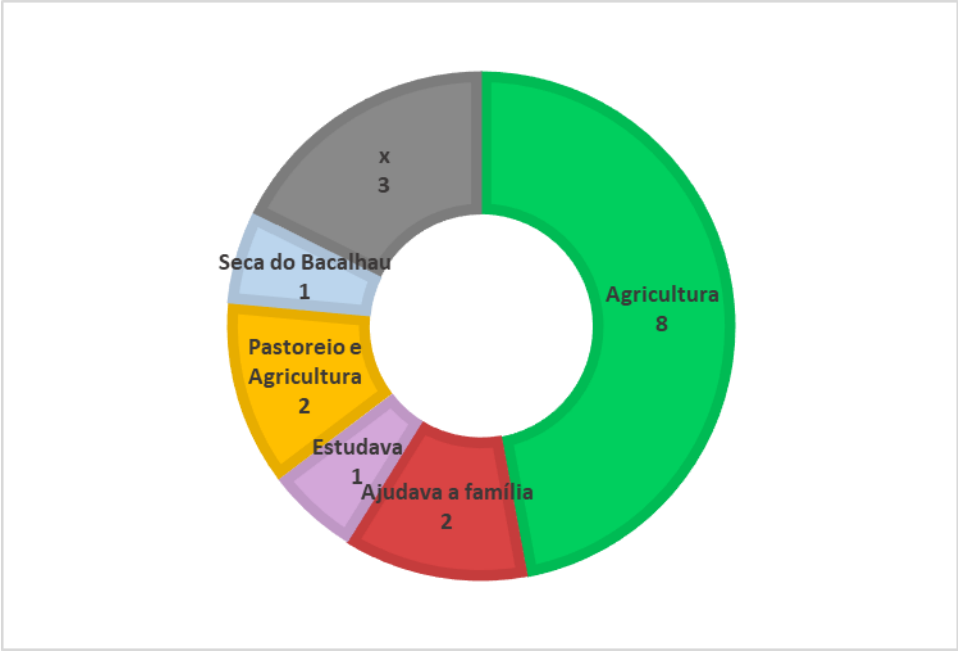
Leonor Domingues Leão	1933	1954	Viseu	21
Marcus Rodrigues Figueira	1929	1953	Aveiro	23
Teresa Pereira Figueiredo de Pinho	1933	1953	Aveiro	20

Fonte: dados obtidos através de entrevistas e compilados pelo autor.

No que diz respeito ao trabalho ainda em Portugal, a semelhança foi ainda maior: a maioria exercia atividades associadas ao campo, mesmo aqueles que vieram para o país ainda crianças ou adolescentes. Alguns deles relataram já ajudar na colheita de verduras, no pastoreio e na ordenha mesmo antes de terem idade para ir para escola, conforme demonstram as informações dispostas na Figura 26).

Isso provavelmente está associado ao fato de todos os entrevistados serem nortistas, ou seja, da região mais populosa, menos desenvolvida e mais agrária do país àquela altura. Há ainda um relato comum às mulheres: a ajuda nas atividades domésticas e nos afazeres do lar. Um relato que foge um pouco desse padrão foi o de Marcus Rodrigues Figueira, que trabalhava na seca do bacalhau e nas salinas em Aveiro, sendo natural da freguesia litorânea de Gafanha da Encarnação. Isso por ter sido o único entrevistado de um povoado litorâneo do país (enquanto mais da metade eram de distritos do interior, sendo um representante das atividades associadas ao mar, à pesca, tão importantes para a história desse povo.

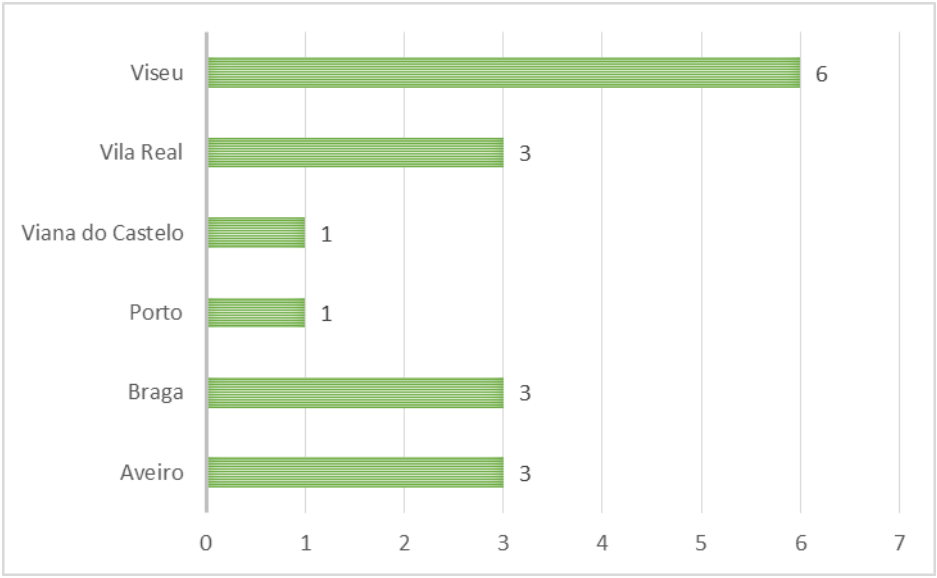
Figura 26 - Atividade exercida na terra natal



Fonte: dados compilados pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

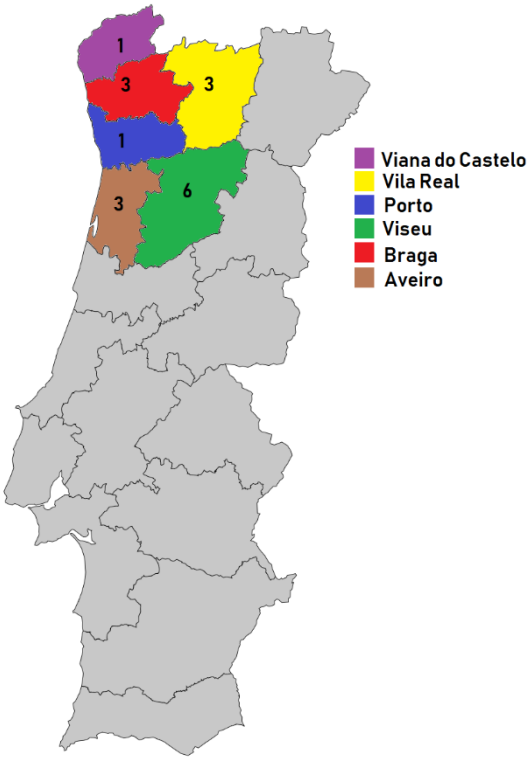
A prematuridade da inserção desses jovens nas atividades listadas retrata uma tendência pré-industrial marcante em países que possuem a maior parte da população vivendo no campo. As altíssimas taxas de natalidade de seus pais também confirmam isso, numa sociedade em que filhos exerciam fundamentalmente o papel de mão-de-obra a serviço dos pais na agricultura subsistência. “Aprendi a mexer na terra antes de aprender a ler e escrever. Aprendi a trabalhar com a enxada antes de ter força para carregá-la.” Foram duas das frases ditas por Isabel Guimarães Carvalho Sagres, uma das entrevistadas. Quase todos os entrevistados, ao serem perguntados sobre o que faziam em Portugal, respondiam imediatamente que trabalhavam e/ou ajudavam a família, e a informação quanto aos estudos vinha depois, e por vezes era esquecida, só vindo quando especificamente perguntada.

Figura 27 - Distritos de origem dos portugueses



Fonte: dados compilados pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Figura 28 - Cartograma com os Distritos de origem dos portugueses



Fonte: ilustração elaborada pelo autor, 2024.

A predominância de Viseu entre os entrevistados não está associada a uma predominância no ciclo de convivência familiar do autor ou em fatores externos. Ela apenas ilustra a informação anteriormente apontada através do Quadro 7, na qual Viseu aparece no topo da lista dos distritos que mais forneceram imigrantes durante o recorte temporal aqui estudado. Os dados de origem dos entrevistados, no seu todo, também reforçam o Norte português como a porção territorial de maior expulsão de patrícios – vide as Figuras 27 e 28.

Quando se estabeleceram no Rio de Janeiro, alguns desses imigrantes passaram a desenvolver atividades similares às já conhecidas e desenvolvidas em Portugal. É o caso de Marcus, que se estabeleceu no bairro do Caju, que naquela época ainda era uma localidade da cidade com uma praia limpa e frequentada pela população local, onde pescadores conseguiam extrair uma boa quantidade de peixes diariamente. Assim, o imigrante passou a integrar uma colônia de pescadores local.

Porém, a maioria deles estava habituada a trabalhos do campo. Assim, alguns casos que surgiram no decorrer das entrevistas representaram exceções à regra: os casos

de imigrantes que puderam exercer atividades agrícolas no Rio. É o exemplo de José Ponte Sagres, que como pastor de cabras e ovelhas na infância, além de agricultor na pequena aldeia de Pendilhe, no distrito de Viseu, acabou sendo convidado por seu tio que já estava no Rio de Janeiro e residia em Jacarepaguá, numa área muito pouco urbanizada do bairro no início da década de 1950. Ao chegar à cidade aos 22 anos de idade, José passou a ajudá-lo a desenvolver agricultura e a vender seus produtos pela cidade, especialmente nos bairros vizinhos e na região central. Posteriormente, José se mudou para Urca, trabalhando como garçom/mordomo na casa de uma família rica da região. Posteriormente, ele acabou indo trabalhar como garçom em um hotel na Zona Portuária, onde permaneceu por décadas até se aposentar.

Outro que também trabalho em feiras foi José Cardoso Correia, que chegou aos 11 anos no país a mando de seu pai que o esperava, por precisar de alguém para auxiliá-lo. O trabalho era essencialmente braçal e pesado para uma criança: se tratava de ajudar a carregar e descarregar o caminhão, além de auxiliar no comércio das verduras que eles levavam às feiras da Região da Grande Tijuca e Central. Posteriormente, seu pai abriu uma mercearia de bairro tipicamente portuguesa em Vila Isabel, que anos mais tarde foi transferida para o Rio Comprido, sendo mantidas as características originais do negócio, e denominada Mercearia Abronhense, funcionando até os dias de hoje – vide a Figura 29. Atualmente José recebe de seu filho (único) o suporte que deu a seu pai no passado, trabalhando junto a ele e a sua esposa, também portuguesa.

Figura 29 - Mercearia Abronhense, no Rio Comprido

Fonte: acervo do autor.

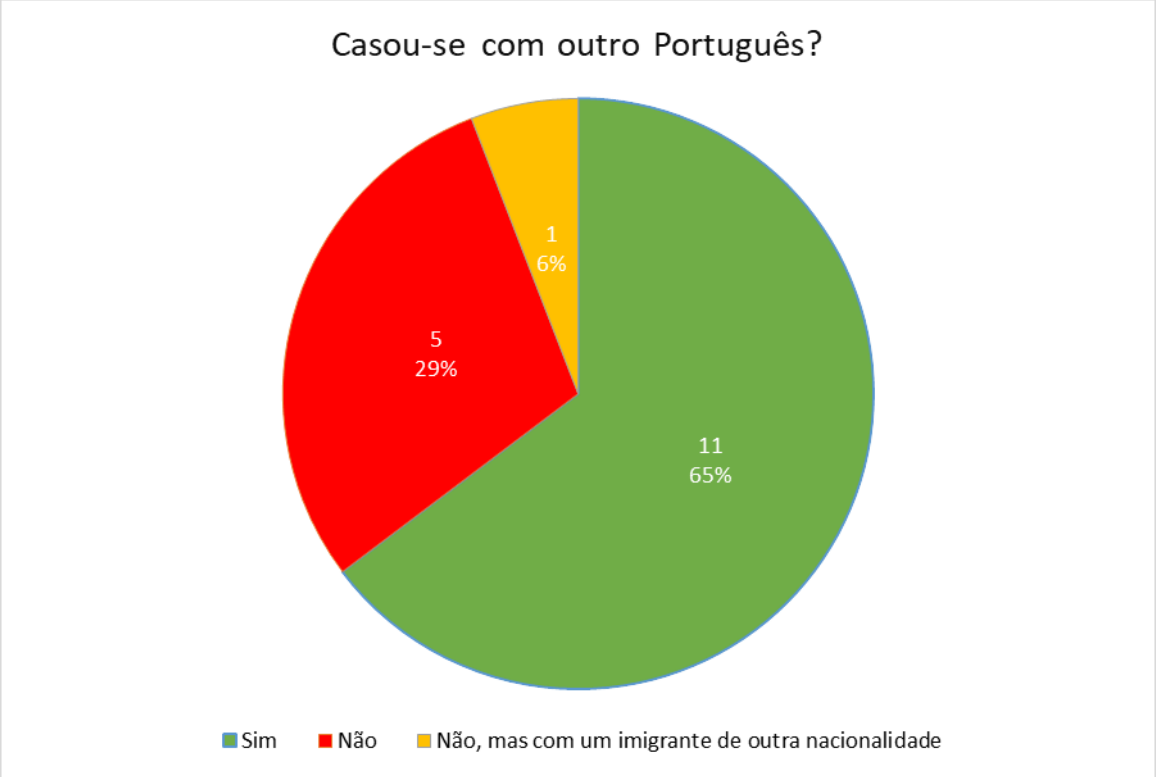
Essa característica do casamento com outro imigrante lusitano foi algo que se repetiu muitas vezes – um total de 11 entrevistados relataram isso, o que indica a presença de uma rede social consolidada, conforme aponta Barricarte (2010), assim como a tendência a uma baixa natalidade dos casais – vide a Figura 30.

Um exemplo de casal lusitano é o caso de Teresa Pereira Figueiredo de Pinho e André dos Santos de Pinho. Ambos são naturais de Ovar, uma pequena cidade no distrito de Aveiro. Embora conterrâneos, a rede social que os uniu está atrelada ao fato deles somente terem se conhecido no Rio de Janeiro.

Eles se conheceram através de seus irmãos: o irmão mais velho de André conheceu e casou-se com a irmã mais velha de Teresa já no Rio de Janeiro, e assim, apresentaram seus irmãos, além de tratarem de os receberem na cidade e os incluírem em seus ciclos, que eram fundamentalmente compostos por outros imigrantes lusitanos.

Esse caso retrata a forma como certas redes de solidariedade entre imigrantes se formam e se consolidam de maneira bem fechada.

Figura 30 - Casamentos entre os imigrantes portugueses entrevistados



Fonte: dados compilados pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Como fora citado, a maioria desses indivíduos não teve a mesma sorte de encontrar áreas de agricultura na cidade. Então o que fazer ao realizar uma imigração que embora internacional também era no sentido campo-cidade, um fenômeno de urbanização que exigia adaptação?

Ao chegar no país alguns deles já possuíam trabalho garantido, muitas vezes indicado pela própria pessoa que emitiu a carta de chamada que trouxe esse indivíduo, e em certos casos pagando sua passagem – vide a Figura 31. Um trabalho comum foi o de empregada doméstica que fora citada 4 vezes, seguido por feirante com 3 citações.

Muitos desses indivíduos só chegaram já com um emprego por conta das redes de solidariedade, e alguns deles ainda acabaram reproduzindo essas redes, pois acabaram influenciando parentes e amigos a virem também, arrumando emprego para outros compatriotas.

Apesar das Redes de Solidariedade, nem todos chegaram com emprego garantido. Alguns imigrantes precisaram buscar em locais distintos. Dois casos curiosos que envolvem a busca por emprego são os de duas entrevistadas que trabalharam como empregadas no período: Clotilde Almeida Carneiro e Isabel Guimarães Carvalho Sagres, chegadas respectivamente com 14 e 18 anos, ambas afirmam que foram contratadas por serem portuguesas.

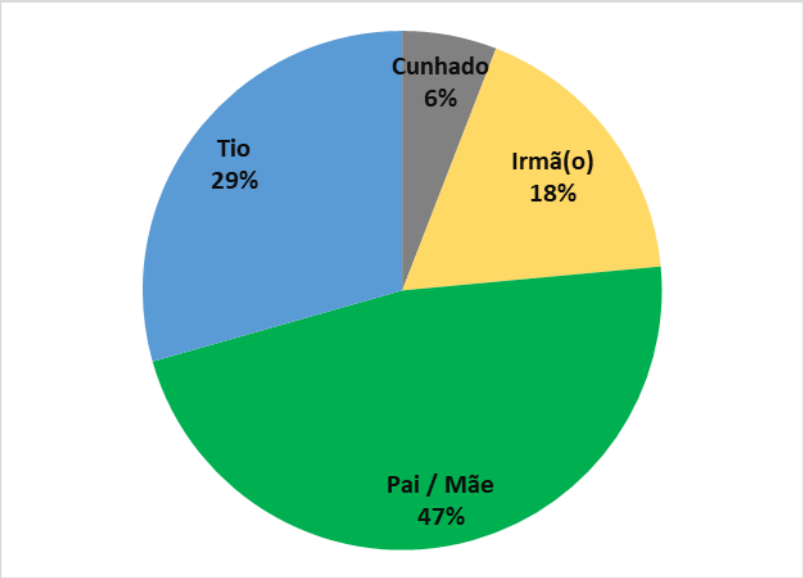
A primeira encontrou uma vaga de emprego disponível no jornal em que anunciava abertamente o interesse em contratar uma moça portuguesa para trabalhos domésticos. Já a segunda, anteriormente havia trabalhado na casa de seu tio como doméstica, mas não conseguiu permanecer devido aos maus tratos e humilhações sofridas diante da esposa de seu tio (brasileira), que frequentemente agia de forma xenofóbica, e insinuava que o fato de se tratar de uma portuguesa oriunda do campo não a qualificava para lidar com pessoas da cidade, que deveria regressar a Portugal. Isso a estimulou a procurar um novo emprego em outra casa, e sua recepção acabou sendo a oposta disso, sendo similar a de Clotilde: o fato de ser portuguesa acabou sendo positivo.

Naquele momento, com tantos imigrantes chegando à cidade, criou-se um estigma de que moças portuguesas tinham uma certa aptidão para o serviço doméstico, de forma que ambas relataram que as portuguesas eram conhecidas por serem “honestas e trabalhadeiras”. Esse desejo por ter empregados brancos europeus pode ser algo reforçado por uma elite dos anos 1950 que estava ainda mais próxima de uma mentalidade escravocrata e racista, como se ter um empregado europeu gerasse um luxo maior para sua residência.

No caso de Isabel isso ficou ainda mais notório, uma vez que ela passou a trabalhar numa mansão no bairro da Urca com inúmeros funcionários, onde havia alguns outros portugueses. Isso acabou favorecendo a criação de uma rede de solidariedade entre esses indivíduos, incluindo um laço familiar com outro imigrante, o supracitado José Ponte Sagres.

Alguns tiveram a sorte de terem pessoas próximas em condições de ajudar no custeio do valor da passagem, outros somente receberam a passagem como forma de empréstimo, e posteriormente a pagaram com o trabalho aqui desempenhado.

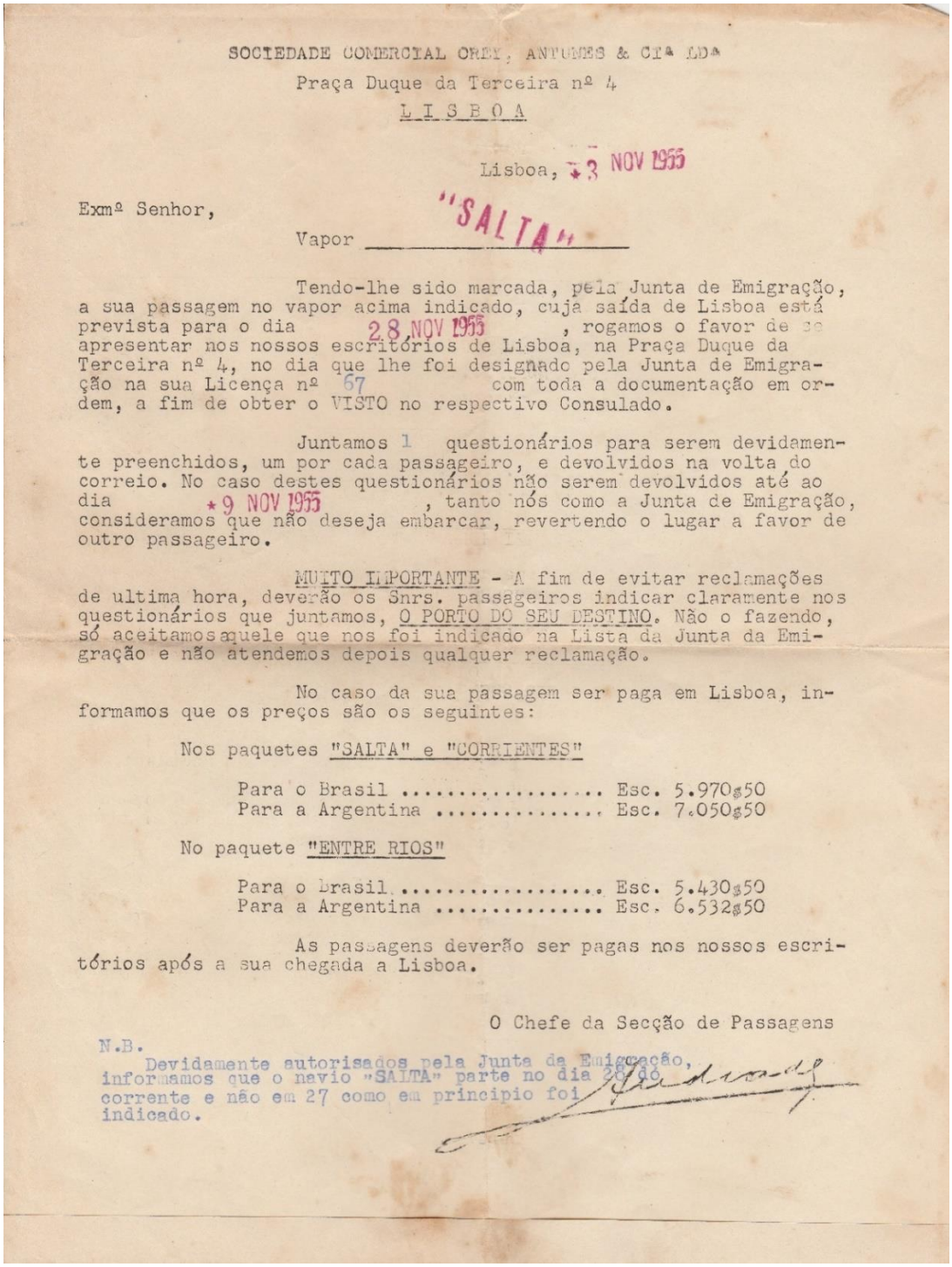
Figura 31 - Quem custeou o pagamento da passagem de vinda ao Brasil



Fonte: O autor, 2024.

Algo interessante é que nenhum dos entrevistados conseguiu informar um valor minimamente aproximado do custo de sua passagem. Ainda que a maioria tenha levado muito tempo para pagá-las, o tempo, a inflação e as alterações monetárias dificultaram isso. Graças à existência do bilhete de passagem de Isabel Guimarães Carvalho Sagres podemos ter noção do valor – vide a Figura 32.

Figura 32 - Passagem de navio de Isabel Guimarães Carvalho Sagres, 1955



SOCIEDADE COMERCIAL OREY, ANTUNES & CIª LDª
Praça Duque da Terceira nº 4
L I S B O A

Lisboa, 13 NOV 1955

Exmº Senhor,

Vapor "SALTA"

Tendo-lhe sido marcada, pela Junta de Emigração, a sua passagem no vapor acima indicado, cuja saída de Lisboa está prevista para o dia 28 NOV 1955, rogamos o favor de se apresentar nos nossos escritórios de Lisboa, na Praça Duque da Terceira nº 4, no dia que lhe foi designado pela Junta de Emigração na sua Licença nº 67 com toda a documentação em ordem, a fim de obter o VISTO no respectivo Consulado.

Juntamos 1 questionários para serem devidamente preenchidos, um por cada passageiro, e devolvidos na volta do correio. No caso destes questionários não serem devolvidos até ao dia 9 NOV 1955, tanto nós como a Junta de Emigração, consideramos que não deseja embarcar, revertendo o lugar a favor de outro passageiro.

MUITO IMPORTANTE - A fim de evitar reclamações de ultima hora, deverão os Snrs. passageiros indicar claramente nos questionários que juntamos, O PORTO DO SEU DESTINO. Não o fazendo, só aceitamos aquele que nos foi indicado na Lista da Junta da Emigração e não atendemos depois qualquer reclamação.

No caso da sua passagem ser paga em Lisboa, informamos que os preços são os seguintes:

Nos paquetes "SALTA" e "CORRIENTES"

Para o Brasil ..... Esc. 5.970$50
Para a Argentina ..... Esc. 7.050$50

No paquete "ENTRE RIOS"

Para o Brasil ..... Esc. 5.430$50
Para a Argentina ..... Esc. 6.532$50

As passagens deverão ser pagas nos nossos escritórios após a sua chegada a Lisboa.

O Chefe da Secção de Passagens

N.B.
Devidamente autorisados pela Junta da Emigração, informamos que o navio "SALTA" parte no dia 28 do corrente e não em 27 como em principio foi indicado.

Fonte: acervo pessoal de Isabel Guimarães Carvalho Sagres.

O valor de 5.970,50 escudos – moeda vigente em Portugal à época – em 1955, em sofrendo uma atualização monetária se torna algo próximo de 3.500 euros nos dias de hoje[5]. Essa atualização revela algumas referências para o entendimento do valor

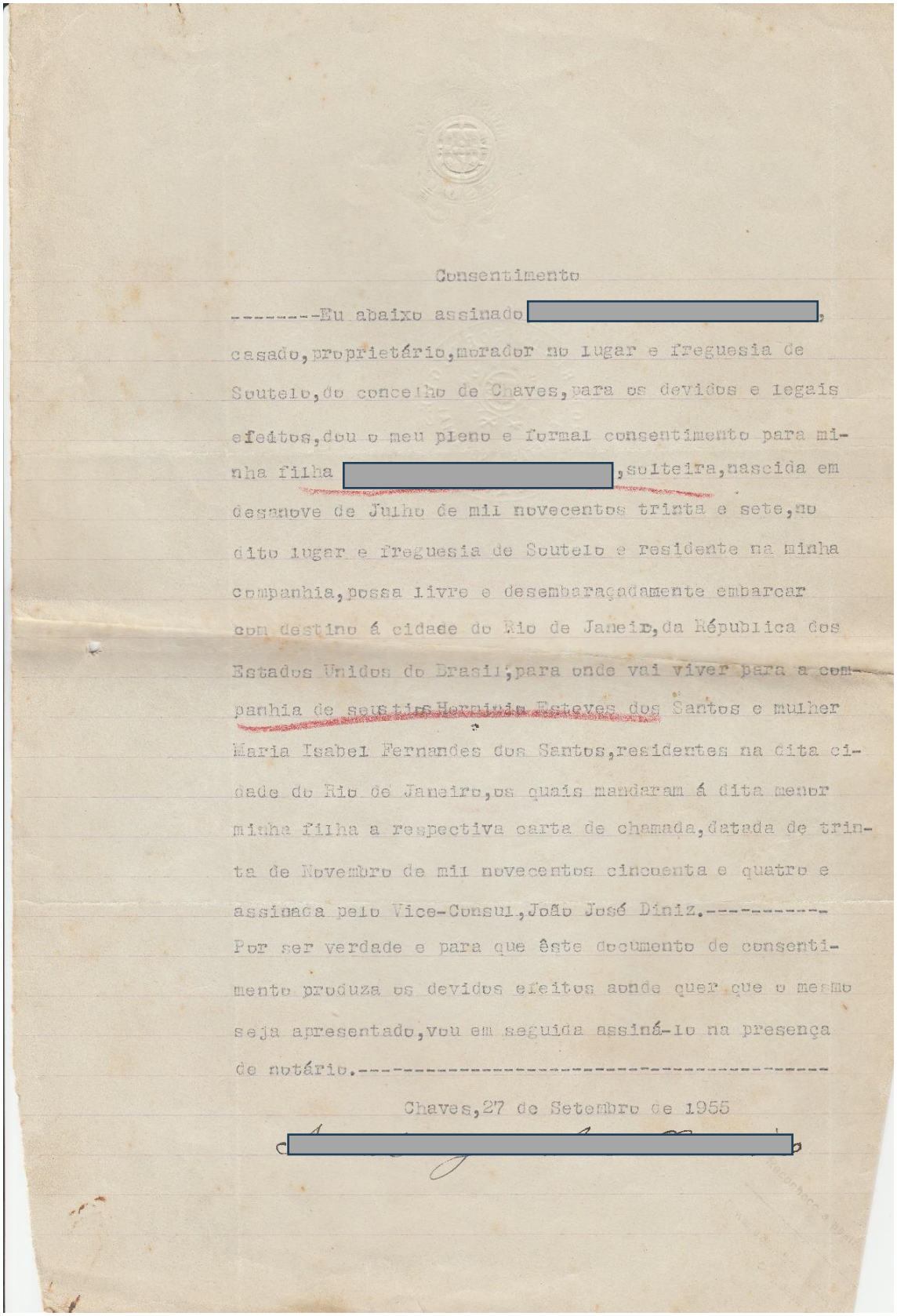
[5] Fundação Francisco Manoel dos Santos https://www.pordata.pt/simulador-inflacao-quanto-vale-hoje-o-dinheiro-do-passado/ / acesso em 03/01/2024.

pago. Por exemplo, em 2024, a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) – o que se pode chamar de salário-mínimo em Portugal – é de €820,00, ou seja, o valor atualizado da passagem seria mais do que quatro salários-mínimos vigentes em Portugal na atualidade. Infelizmente não é possível comparar o valor da época com o salário-mínimo vigente porque simplesmente não havia um. A RMMG foi criada somente em 1974.

Apesar de não se recordarem do valor em questão, a maioria lembrava bem o quão árduo foi o pagamento dessa passagem e que os seus primeiros salários foram dedicados ao pagamento do empréstimo. Essa situação foi tratada como uma questão de honra para a maioria dos entrevistados, que fazia questão de ressaltar não ganharam suas passagens e que "lutaram pela vinda ao Brasil desde antes da vinda", como me disse um deles.

A passagem de Isabel acabou sendo paga por seu tio, e a exemplo de seus compatriotas, foi ressarcida posteriormente. Em seu caso, seu pai era contra a emigração, pois para além da questão sentimental, Isabel tinha um papel fundamental para o lar. Por ser a segunda mais velha, sendo mais nova apenas que um filho homem, ela desempenhava uma função doméstica fundamental, sendo quase que uma assistente da matriarca da família. E durante as gravidezes de seus irmãos, acabava tendo que cuidar de sua mãe também, e nas semanas finais, tendo que cuidar do lar exclusivamente, além de ter ajudado no parto dos irmãos mais novos. Tendo sua mãe tido 10 filhos (11 gestações), raros foram os anos em que ela não estava grávida. Por essa razão, Isabel acabou sendo a única dos dez filhos que foi proibida de estudar, tendo que abandonar a escola em seu terceiro ano apenas. Essa situação acabou sendo o principal motivo pelo qual ela acabou decidindo sair de casa, tendo visto no Brasil onde seu tio residia, a oportunidade de ter um futuro melhor, mesmo sem muito estudo. Entretanto, sua decisão não foi aceita pelos pais, que impuseram muita resistência, como no caso de outros portugueses. O mesmo ocorreu com seu futuro marido, José Ponte Sagres, que teve sua carta de chamada escondida por anos por sua mãe, após ter chegado em sua casa.

Figura 33 - Autorização paterna de Isabel Guimarães Carvalho Sagres



Consentimento

--------Eu abaixo assinado [redacted], casado, proprietário, morador no lugar e freguesia de Soutelo, do concelho de Chaves, para os devidos e legais efeitos, dou o meu pleno e formal consentimento para minha filha [redacted], solteira, nascida em desanove de Julho de mil novecentos trinta e sete, no dito lugar e freguesia de Soutelo e residente na minha companhia, possa livre e desembaraçadamente embarcar com destino á cidade do Rio de Janeir, da República dos Estados Unidos do Brasil; para onde vai viver para a companhia de seu tio Herminio Esteves dos Santos e mulher Maria Isabel Fernandes dos Santos, residentes na dita cidade do Rio de Janeiro, os quais mandaram á dita menor minha filha a respectiva carta de chamada, datada de trinta de Novembro de mil novecentos cincoenta e quatro e assinada pelo Vice-Consul, João José Diniz.----------

Por ser verdade e para que êste documento de consentimento produza os devidos efeitos aonde quer que o mesmo seja apresentado, vou em seguida assiná-lo na presença de notário.----------

Chaves, 27 de Setembro de 1955

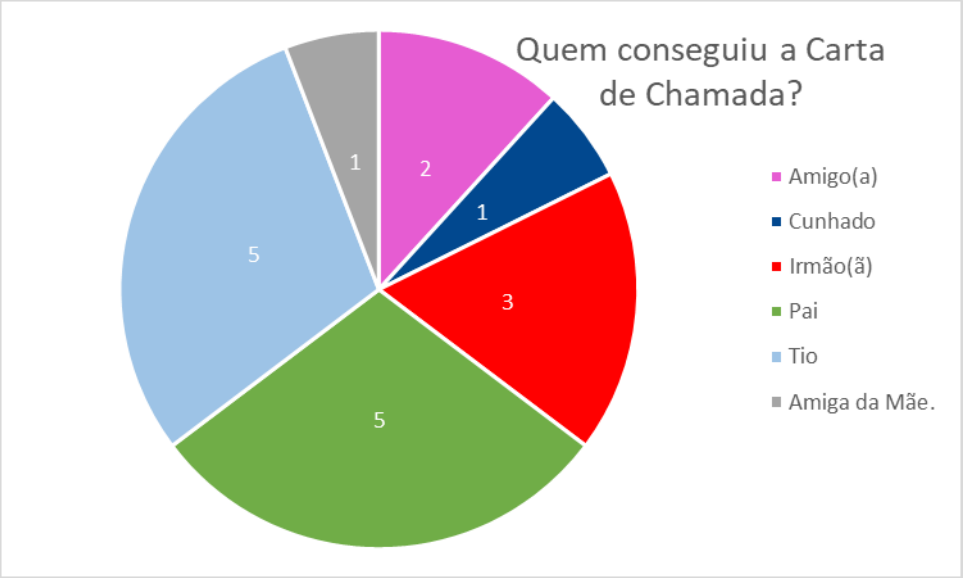
[redacted]

Fonte: acervo pessoal de Isabel Guimarães Carvalho Sagres.

O que dificultava ainda mais esses indivíduos era o fato de que menores de 21 anos precisavam apresentar declarações de autorização de viagem por parte dos pais, como no exemplo do documento de Isabel Guimarães Carvalho Sagres, como mostra a Figura 33, o que impedia a muitos potenciais imigrantes de o fazerem mais cedo. Mesmo com tais dificuldades e com toda a pressão emocional, com a noção de que possivelmente não veriam muitas outras vezes seus familiares, esses jovens conseguiram vir para o Rio de Janeiro.

Ainda que muitos dos familiares tenham tentado impedir seus filhos e filhas de emigrarem, foi justamente na família que esses indivíduos encontraram a chance de realizarem tal fluxo, como é demonstrado pela Figura 34. Somente 2 entrevistados conseguiram a Carta de Chamada com algum amigo, os demais tiveram a participação de familiares diretos ou indiretamente: 13 através de parentes diretos, 1 através do cunhado e 1 através de uma amiga de sua mãe.

Figura 34 - A origem das Cartas de Chamada



Fonte: dados compilados pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Desses imigrantes, apenas duas foram chamadas por mulheres (uma irmã e uma amiga da mãe), todos os demais foram chamados por homens, o que demonstra o papel masculino na criação da rede de solidariedade. Os fatores são muitos, desde uma questão de segurança, pois de fato é menos perigoso para um homem se aventurar no

desconhecido quando uma rede de contatos ainda é frágil, até uma questão meramente laboral, pois uma sociedade ainda muito machista oferecia muito mais permeabilidade no mercado de trabalho para homens. Isso acaba retratando a tendência histórica da imigração, já que historicamente ela foi majoritariamente masculina.

Em geral, os relatos desses indivíduos envolveram muita nostalgia e uma grande demonstração de carinho por suas "terrinhas". Apesar de terem decidido sair de suas aldeias, quase todos demonstraram grande afeição pelo local que nasceram. Com exceções pontuais, especialmente daqueles que vieram ainda na fase infantil, os demais afirmaram ainda tentar manter contato com seus parentes portugueses.

Apesar desse forte apego familiar e uma forte saudade comum a esses indivíduos, não houve o desejo de reproduzir a estrutura familiar de onde nasceram aqui. Isso porque esses indivíduos, diferentemente de seus pais, tios, avós etc., optaram por não construírem grandes núcleos familiares. As taxas de natalidade em geral foram baixas, conforme aponta o Quadro 15.

Quadro 15 - Número de filhos dos Imigrantes Portugueses

Nome	**Quantos filhos?**
André dos Santos de Pinho	1
Andréa Mendes Barreiro	2
Ângelo de Araújo Gonçalves	2
Adamastor Martins Leão	2
Clotilde Almeida Carneiro	0
Etelvina Maria Gonçalves de Sousa	0
Felipa Damião Aguiar	1
Flávia Fernandes Montinho	2
Flávio Rui de Carvalho	3
Franco da Silva Aveiro de Simões	1
Ida Magalhães Pereira	5
Isabel Guimarães Carvalho Sagres	1
José Ponte Sagres	1
Josué Simão Coelho	1

Leonor Domingues Leão	2
Marcus Rodrigues Figueira	3
Teresa Pereira Figueiredo de Pinho	1

Fonte: dados compilados pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Quando perguntados do porquê disso, em geral a afirmação era de que a vida era muito difícil e que havia muitos custos, a dificuldade de se começar uma vida longe de casa, obstáculos financeiros em geral. Nesse período, a partir dos anos 1960 também ocorreu a Revolução Sexual, trazendo métodos contraceptivos e uma maior autonomia feminina. Isso sem dúvidas influenciou, entretanto, há de se destacar que ainda assim, tais dados retratam taxas de natalidade inferiores à média da sociedade brasileira.

É interessante como as histórias contadas por esses indivíduos acabaram sendo muito similares. Desde suas origens, suas motivações, como vieram, como se estabeleceram e como sobreviveram. Dentre os diversos aspectos mencionados, esses foram os que mais mereceram destaque.

7.2 **A Emigração portuguesa no Século XXI: considerações iniciais**

De fato, a constante histórica das emigrações de Portugal se manteve nas últimas décadas. Embora o país tenha apresentado melhorias muito significativas na qualidade de vida nas últimas décadas do Século XX e no início do Século XXI, não houve uma queda proporcional nas taxas emigratórias, como seria de se esperar. Pelo contrário, ainda que indicadores sociais do país venham melhorando, a economia portuguesa segue sendo pouco competitiva e o país segue sendo periferia na União europeia. Sobre essa situação econômica do país, temos:

> a estagnação do crescimento económico em Portugal que se seguiu à entrada no Euro, a consequente pressão depressiva sobre o investimento público e o aumento do desemprego traduziram-se num crescimento da emigração nas duas primeiras décadas do século XXI. Esse crescimento seria interrompido com a crise de 2008 e regressaria, agora com mais intensidade, a partir de 2010. Os efeitos da crise sobre o volume da emigração portuguesa variaram ao longo dos últimos anos. Numa primeira fase, entre 2008 e 2010, a natureza global da crise financeira e, em particular, o seu impacto no emprego em Espanha, então o principal destino da emigração portuguesa, traduziram-se

> num decréscimo da emigração portuguesa. Desde 2010, com a natureza assimétrica da chamada crise das dívidas soberanas e os efeitos recessivos das políticas de austeridade, a emigração passou a crescer mais do que antes da crise, estabilizando entre 2013 e 2014 na casa das 110 mil saídas ano, valor da ordem dos observados nos anos 60/70 do século XX. Hoje Portugal é, sobretudo, de novo, um país de emigração (PIRES *et al.*, 2015, p. 29).

Atualmente, segundo dados da OEm – Observatório da Emigração (PAÍSES, c. 2022) –, Portugal é o 12º país do Mundo com a maior taxa de emigração – vide o Quadro 16 –, ou seja, o décimo segundo país com maior número de emigrantes sobre a população total do país (dado em percentagem). Ainda segundo a OEm, o país tem 2,2 milhões de indivíduos no exterior.

Quadro 16 - Taxas de emigração por país - 2010

Ranking	**Principais países de origem**	**Taxa**
1	Palestina	68,3
2	Albânia	45,4
3	Porto Rico	42,7
4	Bósnia e Herzegovina	38,9
5	Jamaica	36,1
6	Arménia	28,2
7	Trinidad e Tobago	26,7
8	Geórgia	25,1
9	Cazaquistão	23,6
10	Macedónia	21,9
11	Moldávia	21,5
12	**Portugal**	**20,8**
13	Lesoto	20,5
14	El Salvador	20,5
15	Bielorrússia	18,6
16	Eritreia	18,0
17	Croácia	17,1
18	Irlanda	16,1
19	Azerbaijão	16,0
20	Bulgária	16,0
21	Líbano	15,6

22	Nova Zelândia	14,5
23	Ucrânia	14,4
24	Israel	14,0
25	Lituânia	13,5
26	Suazilândia	13,3
27	Roménia	13,1
28	Estónia	12,7
29	Nicarágua	12,5
30	Letónia	12,2

Fonte: PIRES *et al.* (2015).

Ainda segundo os dados da OEm[6], os cinco países que concentram a maior quantidade de nascidos em Portugal são, na ordem: França, Suíça, Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. Com base nesses dados, foi possível elaborar o Quadro 17, com os principais países (todos os que ultrapassaram 10 mil indivíduos) em número de residentes portugueses. Há de se destacar que para além dos países europeus e da América do Norte, com economias superlativas, é o Brasil o país a contar com o maior número de residentes de origem portuguesa.

Quadro 17 - Países com maior presença de portugueses na atualidade

		Residentes nascidos em Portugal	
Ano	País	Número absoluto	% dos nascidos no estrangeiro do país
2021	Alemanha	115.165	1,1
2020	África do Sul	11.861	0,4
2021	Austrália	18.380	0,2
2021	Bélgica	37.798	1,8
2020	Brasil	175.251	16,2
2021	Canadá	133.695	1,4

[6] Disponíveis em: http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html

2021	Espanha	93.902	1,3
2021	Estados Unidos	161.121	0,3
2021	França	598.500	8,6
2020	Luxemburgo	75.221	25,2
2021	Países Baixos	21.735	0,9
2021	Reino Unido	156.295	1,6
2021	Suíça	207.251	7,8
2020	Venezuela	51.471	3,9

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Portal OEm (PAÍSES, c. 2022).

Porém, há uma expectativa de diminuição desse número em boa parte dos países para os dados referentes a 2021 (para aqueles ainda não divulgados) e 2022. Durante a pandemia, alguns números apresentaram quedas expressivas. O maior exemplo foi a África do Sul, pois segundo dados da OEm, o país apresentava 47.622 nascidos em Portugal em seu território no ano de 2019, porém já no primeiro ano de pandemia esse número caiu para 11.861 indivíduos, ou seja, uma variação de -75.1% em cerca de 12 meses, e provavelmente, essa tendência se manteve no ano seguinte.

O destino desses indivíduos foi majoritariamente Portugal, de forma que a migração de retorno foi uma característica que se repetiu em diversas comunidades de imigrantes por todo o mundo durante o período pandêmico. O enfrentamento do vírus longe da família, o medo de contrair o vírus no estrangeiro, as dificuldades econômicas decorrentes da paralisação da economia e o fechamento de postos de emprego acabaram fazendo diversos imigrantes desistirem de seus objetivos.

De acordo relatório da OMS, divulgado pela ONU em julho de 2022, sobre a saúde de migrantes e refugiados durante a pandemia da Covid-19, a partir de um comparativo entre trabalhadores nativos e não-nativos, foi constatado que o risco de contaminação do Corona Vírus era tido como um risco significativamente maior para esses indivíduos do que para não-migrantes, uma vez que os migrantes tinham menos chances de conseguir usar os serviços de saúde, particulares ou públicos, ainda que fossem mais propensos a acidentes de trabalho (OMS, 2022).

Essa situação fica ainda mais severa para imigrantes ilegais, pois ainda menos direitos são concedidos a esses indivíduos a depender do país que estiverem. Para

sintetizar a situação desses indivíduos durante o período, uma fala do secretário-geral das Nações Unidas, ex-alto-comissário do ACNUR, o português António Guterres, pode ser invocada. Em julho de 2020, ele afirmou que refugiados e migrantes enfrentam "três crises de uma só vez", sendo elas nos âmbitos socioeconômico, de saúde e de proteção (direitos) (REFUGIADOS, 2022). Assim, não é de se surpreender que muitos desses indivíduos acabem retornando para casa num período de tantos riscos e incertezas.

7.3 **Os efeitos da emigração em território português**

E quanto ao emigrante? Se o imigrante "nasce" no país de chegada, pode-se dizer que emigrante "morre" para seu país natal ao atravessar suas fronteiras rumo ao estrangeiro? É bem verdade que em regiões muito marcadas por saídas forma-se um "cemitério" de emigrantes, ou seja, vazios demográficos. Porém, esses emigrantes não estão "mortos" para os seus países de origem. Hoje, boa parte de remessas internacionais são enviadas por emigrantes de volta aos seus países de origem. Esses indivíduos são responsáveis por movimentarem a economia de seus países mesmo estando a centenas ou milhares de quilômetros da terra na qual nasceram.

No caso dos portugueses não é diferente. Segundo dados da OEm, os portugueses no exterior, ao longo dos últimos 22 anos, foram responsáveis por enviar de volta ao país cerca de 69,286 milhões de euros – somente no ano de 2022, o total foi de cerca de 3,892 milhões de euros, conforme pode ser observado no Quadro 18 a seguir.

Quadro 18 - Remessas dos emigrantes para Portugal, 2000-2022 (milhões de euros)

Anos	Entradas em Portugal		Saídas de Portugal		Saldo	
	N	Var. anual (%)	N	Var. anual (%)	N	Var. anual (%)
2022	3,892	6	531	3	3,361	6
2021	3,678	2	518	7	3,160	1
2020	3,613	-1	486	2	3,217	-2
2019	3,662	2	478	-10	3,184	4

2018	3,604	1	533	3	3,071	1
2017	3,555	6	518	-3	3,037	8
2016	3,343	1	533	2	2,810	1
2015	3,316	8	523	-2	2,793	11
2014	3,061	1	535	-4	2,526	3
2013	3,016	10	556	6	2,460	11
2012	2,749	13	526	-10	2,224	21
2011	2,430	0	586	3	1,845	-1
2010	2,426	6	567	1	1,859	8
2009	2,282	-8	559	-4	1,723	-10
2008	2,485	-4	580	2	1,905	-6
2007	2,588	7	570	-7	2,018	11
2006	2,420	6	610	9	1,811	5
2005	2,277	-7	560	15	1,717	-12
2004	2,442	0	486	4	1,957	-1
2003	2,434	-14	467	7	1,967	-17
2002	2,818	-25	436	6	2,382	-28
2001	3,737	8	410	117	3,327	2
2000	3,458	..	189	..	3,269	..

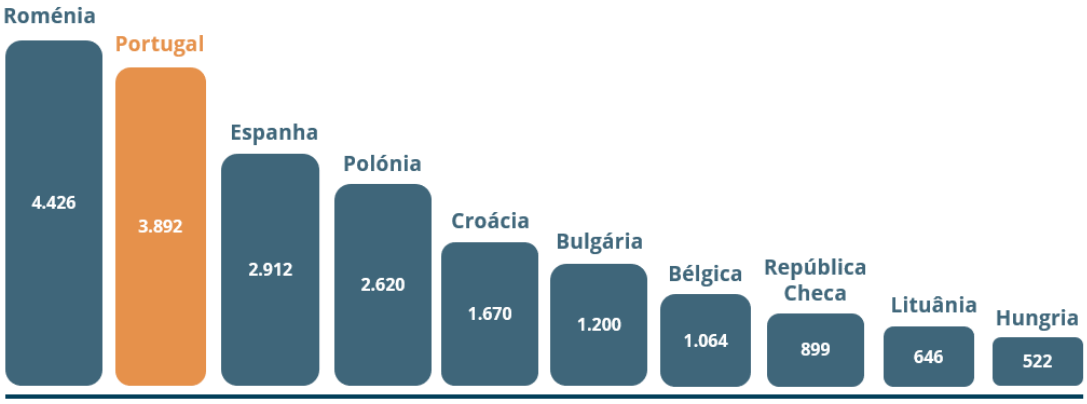
Fonte: Portal OEm (ESTIMATIVAS, c. 2022)[7].

Esse dinheiro que é enviado por nacionais no exterior de volta à sua terra natal acaba sendo um complemento de renda para parentes que não emigraram ou ainda, em muitos casos, a fonte do sustento de famílias inteiras. Segundo apuração da Eurostat[8],

[7] Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.
[8]Eurostat https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/BOP_REM6__custom_9008645/default/table?lang=en / acesso em 03/01/2024.

Portugal é o segundo país da União Europeia que mais recebe remessas financeiras de seus emigrantes, ficando atrás somente da Romênia (Figura 35). Esse montante foi de 3,892 bilhões em 2022, um dinheiro que possibilita uma melhora na qualidade de vida de milhares de pessoas no país.

Figura 35 - Remessas de emigrantes



Fonte: Eurostat.

Mesmo sendo um país que recebe muitos imigrantes, o saldo português é bastante positivo, ou seja, os emigrantes portugueses mandam mais dinheiro para o país do que os imigrantes em Portugal mandam para fora.

Segundo o Banco de Portugal[9], a França é o país de onde vem a maior parte dessa remessa (1,081 bilhões), o que é natural, devido ao fato do país concentrar o maior número de portugueses fora de Portugal, seguido por Suíça (1,061 bilhões) e Reino Unido (458 milhões). O interessante é que a França possui quase o triplo do número de imigrantes portugueses que a Suíça (vide quadro 17), entretanto o valor das remessas é bem similar, o que indica que os trabalhadores em solo suíço desempenham funções de maior qualificação e mais bem remuneradas.

Entretanto, a emigração não representa apenas uma fonte de renda, ela também traz consequências negativas para o país. Se nas décadas anteriores ela evitava que se formasse uma imensa massa de jovens desempregados no país, jovens com baixíssimo grau de instrução e oriundos de regiões com o trabalho atrelado ao campo, hoje o cenário é bem diferente.

[9] Banco de Portugal https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1417 acesso em 03/01/2024.

Com a grande evolução do país nas condições sociais de sua população, incluindo um avanço muito significativo no grau de escolaridade do povo português, um problema surge: o chamado *Brain Drain*, ou Fuga de Cerébros e ainda Fuga de Capital Humano. Como fora abordado superficialmente anteriormente, se trata de um fenômeno no qual indivíduos que receberam um treinamento avançado, ou investimentos em educação e no desenvolvimento científico, saem de seus países de origem, se tornando imigrantes em nações mais desenvolvidas, por conta de melhores salários e estruturas que possibilitem uma ascensão econômica mais significativa.

Isso acaba lesando o país de origem duplamente: num primeiro momento porque o país formador perde mão-de-obra qualificada, sofrendo com déficit de profissionais em certas áreas; e num segundo ponto porque esse país acaba arcando com toda a formação desses indivíduos, em certos casos com ensino público, além de arcar com custos sociais deles antes de se tornarem produtivos e quando poderiam ter um retorno em forma de impostos e prestação de serviços, os perdem.

No caso de Portugal não é diferente. Por se tratar de um país com uma economia pouco desenvolvida, com um salário-mínimo bem inferior ao de seus vizinhos da União Europeia e com uma educação mais acessível do que a de boa parte desses países, o país passou a ser um exportador de jovens com recém-formados do nível superior. Não é difícil encontrar concluintes de certas faculdades, sobretudo engenheiros e médicos, que antes de se formarem já possuem convites para trabalhar em países vizinhos.

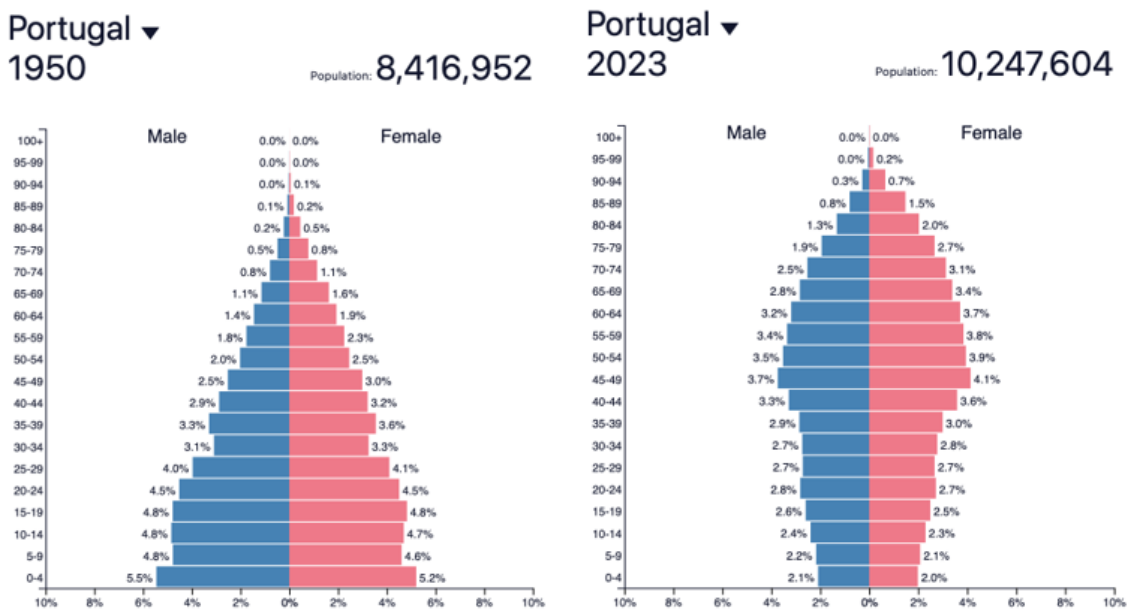
É importante ressaltar que esse conceito é alvo de discussões e contestações desde o início do século. Autores como Góis e Marques (2007) entendem que esse termo surgiu a partir do crescimento das sociedades multinacionais, com estratégias cada vez mais comuns de recrutamento no mercado internacional, onde talentos que não tinham perspectivas de crescimento em suas terras, que se sentiam desvalorizados e enxergavam os problemas sociais de seus países como barreiras, acabavam optando por "evadirem" ao invés de ajudarem o país a evoluir. Entretanto, com um mundo cada vez mais globalizado, entende-se hoje que a expressão "fuga" não dá conta de traduzir os a mobilidade humana e de capital (incluindo as já mencionadas remessas de imigrantes).

De todo modo, sem reforçar ideias de cunho nacionalistas que tratam emigrantes como desertores, como por vezes a nomenclatura fuga de cérebros indique, é fato que países formadores perdem esses talentos, capital humano de grau elevado escolaridade. No caso de Portugal, apesar de não ser uma das principais economias da União Europeia, o país possui melhores indicadores sociais e melhores perspectivas de vida do

que nações do sul global em geral. Assim, o país acaba sendo não apenas um polo de repulsão de mão-de-obra qualificada, mas também de atração, sobretudo de suas ex-colônias. Forma-se uma hierarquia global: países que atraem capital humano, países intermediários (que perdem e atraem ao mesmo tempo) e países que apenas perdem. Portugal fica bem caracterizado numa posição intermediária.

Ademais, para além da questão do *brain drain*, com a queda vertiginosa da taxa de natalidade do país associada aos avanços já citados e as mudanças da economia portuguesa, sobretudo a transição de um país majoritariamente rural para uma população urbana, hoje Portugal tem uma representatividade muito menor da população jovem do país em relação população total (vide figura 36).

Figura 36 - Pirâmides etárias de Portugal em 1950 e 2023



Fonte**:** Population Pyramids.

Em 1950, mesmo com a emigração já tendo levado uma parte desse grupo para fora do país, 56,3% da população residente era de jovens com menos de 30 anos. Em 2023 esse mesmo grupo detinha 28,4%, ou seja, praticamente metade.

Dessa forma, o país tem uma necessidade de jovens para suprir a demanda por mão-de-obra, algo que não existia setenta anos antes. Assim, postos de emprego para certas atividades acabam ficando com escassez de trabalhadores, sobretudo aquelas de

menor remuneração. A partir disso abre-se um vácuo que passa a ser preenchido por imigrantes que passam a chegar. Mais uma vez a hierarquia global das migrações fica ilustrada tendo o país como um claro representante do setor intermediário.

7.4 **A situação dos migrantes portugueses no Brasil atual**

Hoje, segundo o Banco de Portugal, as remessas de imigrantes portugueses residentes no Brasil de volta para Portugal, são 14,4 milhões de euros anualmente. Um valor baixo demais para o número de portugueses no país, 175 mil (vide quadro 17). A título de comparação, os EUA que possuem 161 mil lusos enviam cerca de 245 milhões de euros anualmente, um valor muito superior. Isso revela uma série de informações.

Pode-se concluir que esses imigrantes no Brasil não estão ativos economicamente, pela idade avançada isso fica notório. Ademais, aqueles que chegaram ao país recentemente possuem um perfil diferente da maioria dos que emigram para nações rica da Europa e América do Norte. A imigração portuguesa no Brasil hoje tem uma característica de ser realizada por classes mais abastadas, de forma que esses indivíduos já não realizam a migração como forma de garantirem seu sustento, e muito menos o de seus familiares. Portanto não enviam remessas para casa.

Na realidade, a imigração portuguesa no Brasil atualmente possui características muito mais atreladas a estudo e qualificação profissional, ou ainda de trabalho de alto grau de especialização, do que de mão-de-obra de baixo valor, como ainda ocorre nas migrações para Europa e América do Norte.

A relação com o Brasil mudou demasiadamente nos últimos anos. Hoje existem uma série de programas de incentivo a cooperação mútua entre os países para o desenvolvimento educacional e científico, com bolsas de pesquisa e intercâmbio entre estudantes.

Porém, de um modo geral, é possível concluir que desde a década de 1960 o Brasil já não é um país interessante para a maioria dos lusitanos. As razões são muitas e algumas delas já foram exploradas no presente trabalho. Desde o fortalecimento da União Europeia com maiores facilidades para o deslocamento interno, a globalização facilitando a criação de novas redes de solidariedade para novos países, um maior acesso à informação, uma maior facilidade para se comunicar e aprender novos idiomas,

o que diminuiu o distanciamento entre nações culturalmente distintas, além da estagnação econômica brasileira em relação às perspectivas que eram traçadas para o país em meados do século passado e o inchaço urbano dos grandes centros brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo, que já não possuem mais os mesmos índices de urbanização e as mesmas possibilidades para absorção de imigrantes como outrora.

Com o envelhecimento desses imigrantes que aqui chegaram no período abordado no presente trabalho, e a não renovação do fluxo, gradativamente a população portuguesa vem diminuindo no país, devido aos óbitos desses indivíduos. Não apenas a população portuguesa: a população imigrante em geral. Isso porque mesmo com a entrada de estrangeiros oriundos de países latino-americanos no Século XXI, como haitianos, bolivianos e venezuelanos, esses indivíduos anualmente não superam os falecimentos desses imigrantes do século passado.

Gradativamente o Brasil passa a ser uma nação menos imigrante, com menos indivíduos nascidos em Portugal. Entretanto, apesar da imigração não se renovar, o que aumenta constantemente no Brasil são as solicitações de nacionalidade portuguesa entre netos e bisnetos desses indivíduos. Entre 2010 e 2022 foram 419.364 concessões de nacionalidade portuguesa para brasileiros (com os últimos dois anos do recorte tendo uma queda abrupta, devido às restrições impostas pela pandemia da Covid como forma de dificultar novas entradas no país a fim de conter novas ondas e variantes), com expectativa de chegar a 500 mil concessões ao final de 2024[10].

Ou seja, ainda que o número de portugueses por *jus solis* venha caindo no Brasil, o número de portugueses por jus sanguinis vem crescendo ano após ano, e ainda há um estoque significativo de portugueses em potencial, uma vez que é estimado que cerca de 25 milhões de brasileiros tenham direito a nacionalidade portuguesa, o que seria mais que o dobro da população lusitana. Assim, pode-se dizer que um dos grandes legados da imigração portuguesa no Brasil no século XX é justamente o direito à nacionalidade.

[10] Eu estudante, disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/08/5115752-cidadania-portuguesa-abre-as-portas-do-mercado-de-trabalho-na-europa.html / acesso em 03/01/2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise comparativa de uma série de teorias e estudos anteriores de diversos autores, sobretudo de Barricarte (2010) sobre fluxos migratórios, e estudos em geral sobre perfil migratório do povo português e seus esforços para se estabelecerem no estrangeiro, como os trabalhos de Arroteia (1983), Ribeiro (2007), Levy (1974), Fonseca (2007), entre tantos outros e o confrontamento dos dados coletados de forma empírica, foi possível traçar alguns pontos.

Entre eles, o fato de que emigração, desde o surgimento do desejo do emigrante em potencial, até a escolha do destino, passa por uma série de fatores totalmente subjetivos, associados a história de vida desses indivíduos. É claro que as condições sociais, econômicas, fatores culturais e históricos tem forte influência e precisam ser analisados, mas fica evidente que existem especificidades nas histórias desses imigrantes que influenciaram em suas escolhas. Entretanto, ainda que com histórias de vidas distantes, suas histórias, suas lutas, seus desejos, suas saudades e seus relatos em geral foram similares em muitos aspectos. Um fluxo migratório reserva para aqueles que compõem uma série de características comuns.

Um outro ponto é a constatação que de fato a emigração é uma constante histórica do povo português. Não é exagero afirmar que é uma tradição secular. Nem tão pouco seria exagero concluir que no país criou-se uma certa exaltação a coragem ao desbravamento, a lançar-se ao Atlântico, ao desconhecido em prol do desenvolvimento, como o próprio hino nacional exalta os “heróis do mar”. Uma tradição que remonta aos pescadores que viajavam para as gélidas águas do norte próximo ao mar da Noruega, posteriormente aos primeiros ocupantes da Ilha da Madeira, aos comerciantes que se aventuravam em rotas marítimas e por fim, aos imigrantes que espalharam Portugal pelo mundo nos últimos séculos.

Para além das muitas dificuldades encontradas no país, sobretudo nas porções mais populosas e historicamente menos desenvolvidas, há uma cultura emigrante viva no país. Uma cultura que pode ter sido moldada pelo passado histórico de Portugal, ou que pode tê-lo moldado.

É possível ainda concluir que se as redes de solidariedade se firmam a partir de teias complexas de relações humanas com inúmeros indivíduos envolvidos, elas formam laços com uma capacidade de resistência proporcional ao grau de suas complexidades.

O caso das imposições criadas na década de 1930 sendo superadas a partir dessas redes é o grande exemplo disso. Se a imposição da carta de chamada pretendia ser uma barreira para dificultar a vida de imigrantes, tal imposição acabou servindo como instrumento de formação e fortalecimento dessas redes de solidariedade, mais que isso elas as institucionalizaram, as materializaram e acabaram servindo de registro histórico. A carta de chamada se tornou um documento de registro de redes sociais entre imigrantes.

É possível concluir que a carta de chamada alterou significativamente um comportamento: antes era frequente que jovens portugueses emigrassem para o Brasil de forma individual, buscando apenas tentar crescer no "El Dourado" português, mas sem de fato terem algo garantido. Com a carta de chamada a migração necessariamente deixa de ser feita dessa forma e obrigou a formação de vínculos antes mesmo da partida.

A imposição da carta de chamada possivelmente impediu a vinda de alguns milhares de indivíduos, mas ao mesmo tempo também condicionou comportamentos de outros forçando indivíduos a se conhecerem, fazendo com que certos portugueses tenham agido como intermediadores entre amigos ou familiares imigrantes já residentes no Brasil e outros portugueses que desejassem emigrar. Ou seja, ela tratou de cruzar caminhos, formar elos que jamais ocorreriam em situações normais. A carta de chamada ainda que tenha surgido como um problema para esses indivíduos, em inúmeros casos estreitou laços e ajudou na consolidação de comunidades.

Em geral, ainda que dificultosa por conta dos inúmeros fatores mencionados, esses indivíduos se mostraram satisfeitos com suas escolhas. O legado de seus corajosos atos de saírem de suas terras, mesmo sem muitos recursos e tendo que enfrentar uma vida não menos árdua em solo brasileiro, é o legado que a maioria deles desejava: a consolidação de uma rede, uma família. É engraçado como quase todos tiveram muita dificuldade em explicar o porquê da emigração, quais seus objetivos de fato. Mas ao mesmo tempo se mostravam orgulhosos e recompensados por conta da família que construíram e em alguns casos, por conta da comunidade que passaram a fazer parte. Suas histórias, suas culturas sendo repassadas de geração em geração, e a rede que muitos deles passaram a construir assim que decidiram realizar a migração são o grande legado desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

AARDT, Peet van. Million whites leave SA – study. In: **Portal Fin 24**, s./l., set. 2006. Disponível em: http://web.archive.org/web/20080416135445/http://www.fin24.com/articles/default/display_article.aspx?ArticleId=1518-25_2003186. Acesso em: 09 abr. 2023.

ALBUQUERQUE, Raquel. "O número de emigrantes equivale a 20% da nossa população": Portugal é o país da Europa Ocidental que mais cidadãos vê partir. In: **Portal Expresso**, Lisboa, 20 nov. 2022. Disponível em: https://expresso.pt/sociedade/2022-11-20-O-numero-de-emigrantes-equivale-a-20-da-nossa-populacao-Portugal-e-o-pais-da-Europa-Ocidental-que-mais-cidadaos-ve-partir-cf30bf7c. Acesso em: 09 abr. 2023.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira. A emigração portuguesa para França em 1953-1965: alguns aspectos quantitativos. In: **Análise Social**, Lisboa, v. II, n. 7-8, 1964. pp. 599-622. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163417C9lYD3xt0Vp29ZN9.pdf. Acesso em: 19 br. 2023.

ALVES, Jorge Fernandes. Terra de esperanças: o Brasil na emigração portuguesa. In: MORAIS, Paulo; MARTINS, Luís; ALVES, Jorge; RAMOS, Maria da Coceição; CESÁRIO, José. (Orgs.). **Porto de partida, Porto de chegada**: a emigração portuguesa. Porto: Âncora Editores, 2001. pp. 33-53.

ANTUNES, Thiago. Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma. **Revista Espaço e Geografía**. Brasília, 24(1), 2022, pp. 149-168. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40284. Acesso em: 13 mar. 2024.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. In: **Migración y desarrollo**, Zacatecas, México, n. 1, out. 2003. pp. 1-30. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **A Emigração Portuguesa: Suas Origens e Distribuição**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

BAGANHA, Maria Ioannis B. As correntes emigratórias portuguesas no Século XX e o seu impacto na economia nacional. In: **Análise Social**, Lisboa, v. XXIX, n. 128, 1994, pp. 959-980. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/40754. Acesso em: 19 abr. 2023.

BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.

BASSAN, Dilani Silveira; GEVEHR, Daniel Luciano; LUZ, Maurício. Migrações e migrantes no contexto dos movimentos históricos e contemporâneos. In: **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p., jul./dez. 2019. pp. 9-24. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/issue/view/563. Acesso em: 08 abr. 2023.

BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português, mito e realidade**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial** - 1776-1848. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

BLANC, Marcel. **Os herdeiros de Darwin**. São Paulo, Editora Scritta, 1994.

BLONCOURT, Gerald. **Passage d'immigrés portugais clandestins dans les Pyrénées en mars 1965**. 1965. 1 fotografia. 787 × 537 pixels. Disponível em: https://www.histoire-immigration.fr/sites/default/files/musee/photos/t1-ico-020-00024337_0.jpg Acesso em: 19 abr. 2023.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

BRADFORD, William. **The Port of New Bedford from Crow Island**. 1854. Pintura a óleo. Domínio público. Disponível em: https://www.william-bradford-gallery.org/The-Port-Of-New-Bedford-From-Crow-Island.html. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL – Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior** – estimativas referentes ao ano de 2020. Brasília: MRE, Departamento Consular, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Dispõe *sôbre* a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em territorio nacional. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: Acesso em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=24215&ano=1934&ato=9ef0TQq10MNpXT8d3. 14 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 19.482, de 12 de *Dezembro* de 1930**. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1930. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=19482&ano=1930&ato=1730TR65ENnpWT3be. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 581, de 04 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do *trafico* de africanos neste *Imperio*. Rio de Janeiro: Chancelaria do Império, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20581%2C%20DE%204%20DE%20SETEMBRO%20DE%201850.&text=Estabelece%20medidas%20para%20a%20repress%C3%A3o%20do%20trafico%20de%20africanos%20neste%20Imperio. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Between two ages**: America's role in the technetronic era. New York: the Viking Press, 1970. Disponível em: https://solipsyzm.pl/between2ages.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

CASTELLS, Manuel. Immigrant workers and class struggles in advanced capitalism: The Western European experience. In: **Politics & Society**, v. 5, n. 1, mar. 1975, pp. 33-66.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 35, jul.-dez., 2010. pp. 11-43. Disponível em: https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227/210. Acesso em: 08 abr. 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; Tonhati, Tuíla; Araújo, Dina; Botega, Tânia. (Org.) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CUNHA, Afonso Henrique Carvalho. **A emigração para o Brasil no distrito de Vila Real (1838-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga, 2019. 156f. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/64108/1/3_Dissertacao_pg1250_AfonsoCunha.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

DAMATTA, Roberto. Digressão: A Fábulas das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 58-85.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo/Lisboa: Livraria Martins Fontes/Editorial Presença, 1977.

ESTIMATIVAS e dados globais. In: **Portal OEm** - OBSERVATÓRIO da Emigração, s./l., c. 2022. Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/ . Acesso em: 19 abr. 2023.

FABER, Eli. **Jews, Slaves, and the Slave Trade**: Setting the Record Straight. Nova Iorque: NYU Press, 1998.

FONSECA, Vitor Manoel Marques. Monumentos à Imigração: as Sedes das Associações Portuguesas no Rio de Janeiro em inícios do Século XX. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meirelles (Orgs.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE - Edições Afrontamento, 2007. 417-436 pp.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1969.

GÊNGIS KHAN é responsável por globalização, diz jornal chinês. In: **Portal O Globo**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2012, s./p. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/gengis-khan-responsavel-por-globalizacao-diz-jornal-chines-4580147. Acesso em: 08 abr. 2023.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**. Campinas, v. 15, n. 27, 2009. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/17062019_150835.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

Góis, Pedro & Marques, J. Carlos. **Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal.** Lisboa: Observatório da Imigração – Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, nov. 2007, Lisboa.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos; PINHO, Filipa. **Regresso de uma geração preparada**: diagnóstico de situação atual. Porto: Fundação AEP, 2017. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2896/1/outras_pub2017.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Textos para discussão, n. 231. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf. Acesso em 08 abr. 2023.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: LIMONAD, Ester (Org.). **Etc.**: espaço, tempo e crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. pp. 39-52.

HISTORY of Wellesbourne Allotments. In: **Portal Wellesbourne Allotments**, Wellesbourne, (s./d.). Disponível em: https://www.wellesbourneallotments.co.uk/our-history. Acesso em: 08 abr. 2023.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório. **RIEB** – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 27, 1987, 59-73 pp. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/69906/72560/93118. Acesso em: 14 mar. 2024.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.

JANSEN, Clifford J. Some sociological aspects of migration. In: JACKSON, J. A. (Ed.). **Migration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. pp. 60-73.

KNOPFLI, Francisco. As comunidades portuguesas no Brasil no presente. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meirelles (Orgs.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE (Edições Afrontamento), 2007. 481-485 pp.

LEVY, Maria Stella. F. O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira - 1872 a 1972. São Paulo: **Revista de Saúde Pública**, vol.8, suppl., pp. 49-90, 1974.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. Editora Hucitec, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização**: Estado nacional e espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1997.

MARANHÃO, Ricardo. **Diário de navegação**: Pero Lopes e a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532). São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2019.

MARGLIN, Stephen A.; SCHOR, Juliet B. (Ed.). **The golden age of capitalism**: reinterpreting the postwar experience. Oxford University Press, 1991.

MAUSS, Marcel. **The gift**: forms and functions of exchange in archaic societies. London: Cohen & West, 1966 [1950]. Disponível em: https://monoskop.org/images/a/ae/Mauss_Marcel_The_Gift_The_Form_and_Functions_of_Exchange_in_Archaic_Societies_1966.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

MASSEY, Douglas. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. In: **Population Index**, Princeton, v. 56, n. 1, spring/1990, pp. 3-26. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12316385/. Acesso em: 08 abr. 2023.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **War and peace in the global village**. New York – London – Toronto: Bantam Books, 1968. Disponível em: https://monoskop.org/images/9/9d/McLuhan_Marshall_Fiore_Quentin_War_and_Peace_in_the_Global_Village_1968.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. A emigração do distrito de Vila Real para o Brasil (1901-1930): realidade e percepções. In: SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda; VIEIRA JR., Antônio; CANCELA, Cristina (Orgs.). **Entre Mares**: o Brasil dos portugueses. Belém: Paka-tatu, 2010. pp. 161-173. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/entre-mares.-o-brasil-dos-portugueses. Acesso em; 17 abr. 2023.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 61, n. 2, 2009. pp. 56-59.

MENEZES, Leiná Medeiros. A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920 dos números às trajetórias de vida. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meirelles (Orgs.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE (Edições Afrontamento), 2007. 103-119 pp.

OLIVEIRA, Márcio. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. In: **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, pp. 73-100. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/bK5qDxSsGNjnLVbmjZ543hF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 abr. 2023.

OMS lança primeiro relatório sobre saúde de migrantes e refugiados. In: **Portal ONU News** - Perspectiva Global Reportagens Humanas, s./l., 22 jul. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/07/1795982. Acesso em: 19 abr. 2023.

PAÍSES de destino. In: **Portal OEm** - OBSERVATÓRIO da Emigração, s./l., c. 2022. Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html. Acesso em: 19 abr. 2023.

PAIVA, Odair da Cruz. Refugiados da Segunda Guerra Mundial e os Direitos Humanos. In: **Portal Diversitas** – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, FFLCH, USP, c. 2000. Disponível em: https://diversitas.fflch.usp.br/refugiados-da-segunda-guerra-mundial-e-os-direitos-humanos. Acesso em: 12 jan. 2022.

PEREIRA, Miriam Halpern. A emigração portuguesa para o Brasil e a geoestratégia do desenvolvimento euro-americano. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meirelles (Orgs.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE (Edições Afrontamento), 2007. 41-50 pp.

PERRUCHOUD, Richard (Ed.). Glossário sobre migração. In: **Direito Internacional da Migração**, n. 22**,** Genebra, OIM, 2009**.** Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Democracia e Integração Regional: os desafios da globalização. **Revista Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 59, 2000. pp. 221-249.

PIRES, Rui Pena; PEREIRA, Cláudia; AZEVEDO, Joana; ESPÍRITO SANTO, Inês; VIDIGAL, Inês; RIBEIRO, Ana Cristina. **Emigração Portuguesa**. Relatório Estatístico 2015, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL e DGACCP. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10052/11/report_hdl10052.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

PÓVOA-NETO, Helion. Mirações internas e mobilidade de trabalho no Brasil: novos desafios para a análise. In: **Experimental**, s./l., n. 2, mar. 1997, pp. 11-24. Disponível em: https://xdocz.com.br/doc/experimental-migraoes-internas-e-mobilidade-do-trabalho-no-brasil-atual-novos-desafios-para-a-analise-helion-povoa-neto-xn452d23rqoj. Acesso em: 08 abr. 2023.

RATTNER, H. Globalização: em direção a um só mundo? In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 6, 1995. pp. 65-76. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8886. Acesso em: 08 abr. 2023.

REFUGIADOS e migrantes enfrentam 'três crises de uma só vez', alerta secretário-geral da ONU. In: **Portal ACNUR**, s./l., 03 jun. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2020/06/03/refugiados-e-migrantes-enfrentam-tres-crises-de-uma-so-vez-alerta-secretario-geral-da-onu/. Acesso em: 19 abr. 2023.

RIBEIRO, Gladys Sabina, O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930). In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meirelles (Orgs.). **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Porto: CEPESE (Edições Afrontamento), 2007. 121-142 pp.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. New York – London: Palgrave MacMillan Press, 1988. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-349-19017-1. Acesso em: 08 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O País Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 1995.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia. Teoria das Migrações Internacionais. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ABEP, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, 1976.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, Antônio Henrique (Dir.). **Nova História de Portugal**: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Presença, 1987. v. 4.

SOARES, Torquato de Sousa. Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos Séculos VIII ao XI. In: **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n. 10, 1981, pp. 1-13. Disponível em: https://dl-dev.uc.pt/explore?bitstream_id=12209406&handle=10316.2/46567&provider=iiif-image#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-1735%2C-157%2C5430%2C3121. Acesso em: 17 abr. 2023.

SOUSA, Israel Coelho. **Tensões e interações entre judeus e cristãos em Portugal no final do Século XV**. Goiânia, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007. 139f.

SCOTT, Ana Silvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. **Globalização**: o que é isso, afinal. São Paulo: Moderna, 1998.

TAVARES, Maria José Ferro**. Os judeus em Portugal no século XV**. Lisboa: UNL, 1982.

VINGBOONS, Johannes. **Gezicht op Nieuw Amsterdam**. 1664. Aquarela sobre papel. 44 x 64 cm. Domínio público. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AMH-6740-NA_View_of_New_Amsterdam.jpg. Acesso em: 19 abr. 2023.

WEBER, Max. O Estado Nacional e a Política Econômica. In: COHN, G. (Org.). **Weber**: Sociologia. São Paulo: Ed Ática, 1979. pp. 58-78.